



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Renata Fernandes da Silva Nogueira

**Muda a cidade, mudam-se as pessoas. Repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada *O Malho* (1902 -1910)**

São Gonçalo

2018

Renata Fernandes da Silva Nogueira

**Muda a cidade, mudam-se as pessoas. Repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada *O Malho* (1902 -1910)**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, relações de poder e movimentos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Antônio Santos Monteiro

São Gonçalo

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

**FEITA NA BIBLIOTECA**

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Renata Fernandes da Silva Nogueira

**Muda a cidade, mudam-se as pessoas. Repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada *O Malho* (1902 -1910)**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Território, relações de poder e movimentos sociais.

Aprovada em \_\_\_\_ de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

---

Prof.º Dr. Cláudio Antônio Santos Monteiro (Orientador)  
(UERJ – PPGHS)

---

Prof.º Dr. Gelsom Rozentino  
(UERJ – PPGHS)

---

Prof.ª Dr.ª Lúcia Helena Pereira da Silva  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

São Gonçalo

2018

## DEDICATÓRIA

Ao meu velhinho pai, Sr. Arley, vulgo Leão, que mesmo não estando tão consciente, me apoia e está presente em minha vida e participa dos momentos felizes e tristes e, que, de certa maneira está e estará sempre presente em minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Não posso começar os agradecimento sem falar da pessoa que esta presente em todos os momentos da minha vida, minha cumplice, amiga, companheira e leitora deste trabalho que mesmo não entendendo nada, sempre me incentiva, minha amada irmã Roberta Nogueira. Ela me ajuda a caminhar e seguir em frente neste grande espetáculo que é a nossa vida, tornando-a mais leve e alegre.

Em hipótese nenhuma posso esquecer meu amado marido, Leonardo Marques Ornelas, que sempre me apoia, orienta e briga comigo com a intenção de me incentivar e direcionar para o caminho certo. Sou grata pelo constante apoio, paciência e incentivo, por aguentar minhas ausências noturnas, finais de semana e feriados de estudo e principalmente por compreender a importância deste estudo para mim. Sem você seria impossível levar este estudo adiante, meu imenso amor, admiração e respeito.

À minha colega, Adna Gomes de Oliveira, que com o passar do tempo se transformou em uma amiga mais que especial, que pude compartilhar tanto os temores, expectativas, frustrações, angústias e as conquistas tanto profissional e pessoal. Agradeço por todos os momentos e confidências que passamos juntas, neles recuperei o equilíbrio e inspiração para seguir em frente e chegar ao final deste estudo, meu muito obrigada amiga!

Ao meu orientador, professor Dr. Cláudio Antônio Santos Monteiro que se colocou de pronto a me orientar e o fez com tamanho zelo, comprometimento e presteza. Pessoa de fundamental importancia para meu crescimento acadêmico. Sua insistência e seriedade fez com que esta pesquisa enriquecesse a cada revisão fazendo que me estimulasse cada vez mais nesta profissão e a querer seguir em frente. Sem você não teria realizado este estudo, meu muito obrigada.

Aos professores Dr. Gelsom Rozentino e a Dra. Lúcia Helena por aceitarem o convite para participar da minha banca examinadora e da defesa dessa dissertação, como também pelas preciosas criticas e sugestões que fizeram na minha qualificação de mestrado, tornando em um momento crucial de reflexão e direcionamento para os rumos deste estudo. Na medida do possível tentei incorpora-las a este estudo.

## RESUMO

NOGUEIRA, R.F.S. *Muda a cidade, mudam-se as pessoas. Repressão e movimentos sociais nas páginas da revista ilustrada O Malho (1902 -1910)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade do Formação de Professores, São Gonçado, 2018.

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar o discurso ambíguo da revista ilustrada *O Malho*, nossa fonte e objeto de estudo, em torno da repressão e dos movimentos sociais que marcaram as políticas públicas direcionadas às classes populares que habitavam a cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal. O estudo foi feito através das charges e crônicas publicadas na revista ilustrada *O Malho* durante a primeira década do século XX, 1902 a 1910. Às classes populares foram representadas pelos chargistas da revista e por crônicas que retrataram a participação nos movimentos sociais como a Revolta da Vacina e a da Chibata. Procuramos escolher imagens e crônicas que retratasse o cotidiano das classes populares que habitavam a cidade carioca em meio aos projetos de modernização e as suas relações e reações em face ao projeto de modernização da cidade, bota-baixo. Desta forma buscamos desvendar quais foram as alternativas de participação e/ou resistência dessas classes populares perante as reformas urbanas tão almejadas e como esse ambiente de mudança continua afetou a rotina das classes populares.

Palavra-chave: *O Malho*. Modernização. Repressão. Classes Populares.

## ABSTRAC

NOGUEIRA, R.F.S. The city change, the people change. Repression and social movements in the pages of the illustrated magazine "*O Malho*" (1902 -1910). Dissertation (Master in Social History) - Universidade do Estadual Rio de Janeiro, Faculty of Teacher Education, São Gonçalo, 2018.

This research had the as main objective to analyse the ambiguous speech of the illustrated magazine "*O Malho*", our source and object of study, around the repression and social movements that marked the public political, directed to the popular classes from the city of Rio de Janeiro, Federal District. The study was made by cartoons printed and chronicles published in this illustrated magazine "*O Malho*" during the first decade of XX Century, 1902 to 1910. This popular classes were represented by the cartoonists of the magazine and chronicles that portrayed the participation of the social movements like the "Revolta da Vacina" and "Revolta da Chibata". We choose images and chronicles that show the everyday of this popular classes that live in the city in the middle of modernization projects and their relations and reactions in face of the modernization project of the city, "bota-baixo". So, we looked for discover wich was the alternatives of participation and/or resistance of these popular classes in face of the urban reforms desired and how this environment of changing continuous to affect the routine of the popular classes.

Keywords: *O Malho*. Modernization. Repression. Popular Classes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 -	NOTÍCIA, <i>O Malho</i> , nº 15, 27/12/1902, p.09.....	60
Figura 2 -	CHRONICA, <i>O Malho</i> , nº 2, 27/09/1902, p.3.....	61
Figura 3 -	EXPEDIENTE, <i>O Malho</i> , nº4, 08/11/1902, p.3.....	62
Figura 4 -	NOTÍCIA, <i>O Malho</i> , nº 12, 06/12/1902, p.3.....	62
Figura 5 -	NOTÍCIA, <i>O Malho</i> , nº 153, 19/08/1905, p.03.....	63
Figura 6 -	ANÚNCIOS, <i>O Malho</i> , nº 23, 21/02/1903, p. 15.....	66
Figura 7 -	DIREITO POR LINHAS TORTAS, <i>O Malho</i> , nº 89, 03/05/1904, p. 2....	68
Figura 8 -	CAPA, <i>O Malho</i> , nº1, 20/09/ 1902.....	74
Figura 9 -	PEDRA PHILOSOPHAL, <i>O Malho</i> , nº 1, 20/09/1902, contra capa.....	75
Figura 10 -	O DESPERTAR DE HOJE , <i>O Malho</i> , nº1209, 15/11/1902, p. 08.....	81
Figura 11 -	ALTURA –POLITICA, <i>O Malho</i> , nº12, 06/12/1902, p. 08.....	84
Figura 12 -	CAPA, <i>REVISTA DA SEMANA</i> , <i>O Malho</i> , nº111, 02/10/ 1904.....	85
Figura 13 -	MINISTRO J. J. SEABRA E RODRIGUES ALVES, <i>O Malho</i> , nº111, 29/10/1904, p.25.....	86
Figura 14 -	NO TERRENO DA VACCINA OBRIGATORIA, <i>O Malho</i> , nº 114, 19/ 11/1904, p.07.....	87
Figura 15 -	ATTITUDE REAL DO ZÉ POVO, <i>O Malho</i> , nº 114, 19/11/1904, p.07...	88
Figura 16 -	NA VIA PUBLICA, <i>O Malho</i> , nº 174, 13/01/1906, p. 17.....	89
Figura 17 -	POUR ÊPATER LES BOURGOIS, <i>O Malho</i> , nº7, 01/11/1902, p.06.....	94
Figura 18 -	TRANSFORMISMO, <i>O Malho</i> , nº17, 10/01/1903, p.08.....	98
Figura 19 -	ME SORTE, SEU SORDADO, <i>O Malho</i> , nº17, 10/01/1903, p.06.....	98
Figura 20 -	DIREITOS ENGARRAFADOS, <i>O Malho</i> , nº96, 16/07/1904, p.27.....	99
Figura 21 -	QUEM ESPERA DESESPERA, <i>O Malho</i> , nº182, 10/03/1906, p.32.....	102
Figura 22 -	A GRANDE INCOGNITA, <i>O Malho</i> , nº60, 08/08/10903, p.06.....	106
Figura 23 -	AO POVO, <i>O Malho</i> , nº312, 05/09/908, pg.08.....	107
Figura 24 -	AO POVO, <i>O Malho</i> , , nº313, 12/09/1908, p.08.....	108
Figura 25 -	CHRONICA, <i>O Malho</i> , nº172, 30/11/1905, p.10.....	112
Figura 26 -	A ABERTURA DA GRANDE AVENIDA, <i>O Malho</i> , nº78, 12/03/1904, p.05.....	114
Figura 27 -	TUDO AS AVESSAS, <i>O Malho</i> , nº104, 10/09/1904, p.24.....	115
Figura 28 -	O <<MULAMBO>> DA <<FAROFA>>, <i>O Malho</i> , nº413, 13/08/1910, p.38.....	116

Figura 29 -	O VENDEDOR DE AVES, <i>O Malho</i> , nº413, 13/08/ 1910, p.35.....	117
Figura 30 -	SCENAS CARIOCAS, <i>O Malho</i> , nº413, 13/08/1910, p.44.....	118
Figura 31 -	A VICTORIA DOS OPERARIOS DO LLOYD, <i>O Malho</i> , nº41, 27/06/1903, p.04.....	121
Figura 32 -	GRUPO DE OPERARIOS DO LARGO DA GLORIA, <i>O Malho</i> , nº41, 27/06/1903, p.04. ....	122
Figura 33 -	NOTÍCIA, <i>O Malho</i> , nº51,05/09/ 1903, p.12.....	124
Figura 34 -	GRÈVES E MAIS GRÈVES, <i>O Malho</i> , nº65, 12/12/1903, p.06.....	124
Figura 35 -	ECHOS DA GREVE, <i>O Malho</i> , nº142, 03/06/1905, p.29.....	126
Figura 36 -	A FESTA DO TRABALHO, <i>O Malho</i> , nº192, 19/05/1906, p.18.....	127
Figura 37 -	A PROPOSITO DO CONGRESSO, <i>O Malho</i> , nº188, 21/04/1906, p.26....	128
Figura 38 -	PRECAUÇÕES, <i>O Malho</i> , nº283, 15/02/ 1908, p.19. ....	129
Figura 39 -	FOTO, <i>O Malho</i> , nº115, 26/11/1904, p.3. ....	134
Figura 40 -	A SEPARAÇÃO DOS PRESOS, <i>O Malho</i> , nº116, 03/12/1904, p.14.....	134
Figura 41-	ORDEM E PROGRESSO, <i>O Malho</i> , nº429,13/12/1910, p.26.....	136
Figura 42 -	VICTIMAS DA REVOLTA, <i>O Malho</i> , nº429,13/12/1910, p.40.....	137



## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	13
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SEU CONTEXTO URBANO E SOCIAL.....</b>	19
1.1	<b>Diversidade da população da cidade do Rio de Janeiro.....</b>	22
1.2	<b>Os problemas de uma nova cidade em construção.....</b>	27
1.3	<b>Perdas no ritmo e na rotina de vida.....</b>	37
1.4	<b>Reflexões sobre os intelectuais e a imprensa.....</b>	41
1.4.1	<b><u>Função pedagógica e social da imprensa.....</u></b>	46
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>REVISTA ILUSTRADA <i>O MALHO</i>.....</b>	53
2.1	<b>A Revista.....</b>	53
2.2	<b>A revista como instrumento de modernização.....</b>	65
2.3	<b><i>O Malho</i> e a História da Imprensa no Brasil.....</b>	71
2.4	<b><i>O Malho</i> e as teorias do humor.....</b>	78
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>CONTROLE SOCIAL; ORDENAMENTO ESPACIAL E MORAL NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX..</b>	93
3.1	<b>Cidadania em <i>O Malho</i>.....</b>	103
3.2	<b>O cotidiano das classes populares nas páginas d' <i>O Malho</i>.....</b>	112
3.2.1	<b><u>Usos e costumes</u> .....</b>	116
3.3	<b>Movimentos sociais na revista <i>O Malho</i>.....</b>	119
3.3.1	<b><u>As greves</u>.....</b>	120
3.4	<b>Revolta: perspectivas e problemas.....</b>	130
3.4.1	<b><u>Revolta da Vacina</u>.....</b>	130
3.4.2	<b><u>Revolta da Chibata</u>.....</b>	136
	<b>Considerações finais.....</b>	140
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	144

## INTRODUÇÃO

O engenheiro Francisco Pereira Passos foi nomeado como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, na época Capital Federal, no ano de 1903 pelo presidente vigente Rodrigues Alves. O governo de Pereira Passos ficou marcado na história do Rio de Janeiro e nacional por ter realizado a emblemática reforma urbana (1903 a 1906) na cidade Capital que modificou substancialmente sua formação geográfica espacial ao mesmo tempo que alterou a rotina e os hábitos da população carioca. De acordo com a historiografia, Passos e sua equipe estavam empreendendo uma grande reforma urbana que embelezaria e limparia a cidade do Rio de Janeiro a deixando moderna e civilizada conforme os padrões internacionais da modernidade urbana.

A cidade era vista com maus olhos por manter traços de aparência colonial; ruas estreitas, sem calçamento e saneamento, casarões antigos e insalubres. Nas ruas do centro do Rio de Janeiro era comum matar e vender animais, ordenhar vacas e a presença constante de ambulantes. Ou seja, para uma Capital Federal, a cidade do Rio de Janeiro não possuía nenhum ordenamento físico e nem espacial. Sem falar no aspecto insalubre que cada vez mais seriam condenadas pelas práticas do comércio de viveres, conforme era tradicionalmente realizados pelos trabalhadores mais humildes da zona central da cidade.

De acordo com Benchimol<sup>1</sup> os homens do governo, intelectuais e engenheiros, consideravam a imagem que a cidade tinha até então expressava a realidade do Brasil colônia, mas a cidade colonial não combinava com uma Capital da República, devendo assim passar por reformas urbanas e sociais para dar lugar à uma nova cidade.

Para Marcia Diogo. “o Brasil da virada do século XIX para o século XX deveria romper com o passado colonial e com tudo que o representava. Este período era visto como o momento para o Brasil realizar sua modernização e equiparar-se às principais nações do Ocidente.”<sup>2</sup>

Para atingir tal objetivo era necessário que o Brasil passasse a compartilhar os benefícios dos padrões ocidentais, principalmente os ideais de ordem, progresso e civilização, modelo de referência positivista instituído/insenhado pelas potências da época em especial

---

<sup>1</sup>BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Divisão de Editoração. Biblioteca Carioca, 1992.

<sup>2</sup>DIOGO, Márcia Cezar. *O RIO EM REVISTA. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999. p.12.

pela França. O Rio de Janeiro conforme Diogo descreve representaria para o restante do país e para o exterior o esforço do governo em transformar o país em uma nação moderada civilizada/moderna e civilizada.

No contexto da reforma urbana de Passos recaiu sobre a cidade o peso de representar um ideal de progresso que primeiro deveria ser implantando na Capital Federal para depois se estender para o país como um todo, como Gizlene Neder<sup>3</sup> nos apresenta a cidade do Rio de Janeiro como uma “caixa de ressonância”, ou seja, a cidade carioca propagando para o restante do país os ideais do tempo com base nas transformações da modernidade ocorridas na Europa.

Esta dissertação tem por objetivo analisar as crônicas e charges publicadas na revista ilustrada *O Malho* entre os anos de 1902 a 1910. Tanto nas crônicas como nas charges procuramos identificar e analisar as várias leituras formadas por diferentes chargistas e cronistas sobre o processo de reurbanização e modernização da cidade do Rio de Janeiro. A revista foi escolhida pela sua particularidade no campo intelectual, com uma mensagem singular, sempre atual e com uma estética que provavelmente atraía o público leitor.

Uma revista extremamente moderna e atual para época estudada, inclusive na sua forma física. A revista traz uma proposta baseada no novo, moderno e agil que marcarão o seu estilo de selecionar e interpretar os temas da cidade. Este formato agil é reflexo do novo tempo que estava sendo implementado na época. Enfim, temos um discurso singular que traz um jornalismo que dá ênfase e resume as informações mais relevantes da semana, com um tom debochado, bem humorado e que oferece belas imagens de humor. A proposta da revista *O Malho* irá nos permitir uma leitura do cotidiano e do projeto de modernização da cidade carioca.

Outro aspecto que buscamos ressaltar diz respeito à repressão e ao autoritarismo vividos pelas classes populares no início do século XX e o posicionamento da revista diante deles. Nessa perspectiva, a escolha do nosso recorte cronológico se deve ao fato de 1902 ter sido o ano de início da circulação do periódico e de 1910 ser marcado por uma das revolts mais emblemáticas do período estudado como foi o caso da Revolta da Chibata. Observamos no *O Malho* um discurso em que a revista se diz porta voz da cidadania republicana, embora na análise feita das charges e das crônicas não tenhamos identificado uma cultura política única para enquadrar o republicanismo na revista pesquisada, observamos uma heterogeneidade de opiniões que por ela circula.

---

<sup>3</sup>NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. Niterói: Editora da UFF, ed. 2, 2012, p. 230.

Através das crônicas e charges se combinam elementos do cotidiano social da cidade que traduzem diferentes concepções a respeito da sociedade civil em processo de transformação no qual se definem social e politicamente alguns esboços do que se pretendia como cidadania no contexto da modernização em curso. Na passagem do Império à República verificamos na revista a existência de uma crítica aos costumes populares ao mesmo tempo que uma certa benevolência com relação ao tipo de política repressora destinadas aos segmentos sociais populares.

Aqui a revista ilustrada *O Malho* é tomada como fonte e objeto de pesquisa, pois nela percebemos um discurso ambíguo adotado em relação às classes populares. Discurso que permite uma interessante reflexão sobre as políticas públicas autoritárias do início da República e o posicionamento de um dos símbolos da imprensa da época.

Pretendemos retratar, através das charges e crônicas, o discurso adotado pelo periódico em relação às camadas mais pobres da população. O objetivo é pensar qual a mensagem transmitida pela revista através de suas sátiras e da ironia presente em seu discurso sobre a repressão vivida por estas classes populares. A revista possibilita refletir acerca das políticas de modernização republicanas que remodelaram a cidade do Rio de Janeiro e atingiram o cotidiano das classes populares que viviam na região central da cidade. Veremos as contradições do discurso de *O Malho* que diz falar em nome do povo, mas apoia as medidas de higienização e repressão muitas vezes voltadas contra ele.

Iremos também analisar os movimentos sociais que mais atraiu a nossa atenção, no período estudado 1902 a 1910, que são: a Revolta da Vacina, em 1904, a eclosão de vários setores em greve entre 1905 e 1906, e, a Revolta da Chibata de 1910. Com o estudo desses movimentos sociais pretendemos analisar o cotidiano das classes populares, assim como, refletir sobre quais foram as formas de resistência manifestadas à repressão que condicionou esse processo a partir do julgamento da revista. Quais as alternativas que as classes populares tiveram perante as reformas urbanas e as políticas públicas instituídas pela República a partir das observações de *O Malho*?

A base documental desta dissertação é formada pelas charges e crônicas publicadas na revista ilustrada *O Malho*. Pensamos que esses documentos revelam diferenças existentes entre os seus colaboradores e no discurso da revista. Cada um dos colaboradores jornalistas vai construir dentro de sua coluna ou de seu desenho um discurso e uma visão específica do projeto de reurbanização e modernização da cidade. Desta maneira, a revista possui um discurso ambíguo e particular que reflete a dualidade daquela época. Na medida do possível temos a intenção de explorar esse aspecto ambíguo da revista.

Cabe ressaltar que o exame das crônicas e charges das personalidades políticas e anônimas mais recorrentes n' *O Malho* nos permitiu ter acesso aos movimentos de opinião pública<sup>4</sup> e as questões que se localizaram no centro das polêmicas. No entanto, não serão observadas neste trabalho análises que levem em conta a produção individual dos chargistas e dos cronistas, assim como a recepção das caricaturas e do discurso da revista na sociedade. Nos limitamos a avaliar as imagens e crônicas portadoras das melhores mensagens políticas e da opinião desses profissionais sobre a sociedade carioca e os governos republicanos.

Foi possível perceber que tanto os chargistas como os cronistas d' *O Malho* fizeram largo uso da ironia para transmitir mensagens críticas aos leitores. Por outro lado, para que pudéssemos compreender em quais conjunturas essas imagens circularam foi necessário a realização de uma análise sobre os grupos sociais que viviam na capital federal procurando identificar e observar as circunstâncias políticas, econômicas e sociais nas quais esses setores estavam inseridos.

Com efeito, as várias significações que as imagens assumiram estavam relacionadas ao contexto conturbado da Primeira República, bem como aos acordos políticos estabelecidos entre o proprietário d' *O Malho* e o governo que acabou refletindo, em maior ou menor medida, em suas criações humorísticas. Mas estes acordos entre o mundo editorial e a política requer mais tempo de estudo, o que não teremos neste trabalho, pretendemos aprofundar está hipótese na nossa futura pesquisa de doutorado.

Com suas publicações bem humoradas *O Malho* irá nos ajudar a refletir sobre como eram feitos os intercâmbios culturais e sociais no contexto carioca de início se século XX quando uma certa cultura política se desenha nos traços e nas palavras da revista. Enfim, parte do que ocorria nesta sociedade e da forma como as autoridades constituídas se relacionavam com as classes populares ficou em parte registrada n' *O Malho*.

Entre os historiadores que embasaram nossa reflexão sobre a revista *O Malho* somos tributários de Guilherme Mendes Tenório que com sua dissertação de mestrado<sup>5</sup> fez uma leitura histórica das transformações que a cidade do Rio de Janeiro estava passando nas primeiras décadas do século XX tendo como fonte a revista *O Malho*. Foi neste período de transformações que as revistas ilustradas circularam pela cidade trazendo novos ideais e costumes. Para isto, o autor analisa as charges do periódico a fim de entender como o humor se transformou em um dos principais meios de contestação política.

---

<sup>4</sup> O conceito de opinião pública, iremos debater mais a frente no primeiro capítulo.

<sup>5</sup>TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

Utilizaremos também outra dissertação de mestrado, de Marcia Diogo<sup>6</sup>, na qual são analisadas as crônicas e charges produzidas nas revistas cariocas, entre elas *O Malho*. A autora denomina os cronistas de projetistas das cidades, pois eles elaboram mensagens, sendo produtores e construtores de visões sobre os projetos modernizadores da cidade do Rio de Janeiro. Isto ao mesmo tempo em que servem aos ideais da classe dominante<sup>7</sup>.

Por fim, temos Livia Silva<sup>8</sup> que teve como objetivo primordial em sua dissertação conhecer as representações sobre a população que habitava o Rio de Janeiro através da análise das charges veiculadas na revista *O Malho* durante os primeiros anos do século XX. A autora procurou estudar os setores populares que foram representados por diferentes chargistas da revista, assim como procurou crônicas que retrataram a participação da sociedade carioca. Neste estudo ela procurou examinar o modo como os setores populares se comportaram diante das ações e medidas adotadas pelos governos de Passos e Souza Aguiar no âmbito municipal e Rodrigues Alves e Afonso Pena no poder federal. Este estudo fez com que pudéssemos conhecer o universo socio-cultural da cidade e ao mesmo tempo fazer uma leitura do comportamento popular frente as políticas públicas implementadas na Primeira República.

Estes autores foram de suma importância para conhecermos melhor a revista: sua estrutura física, comercialização, produção, criação, público leitor, enfim, o discurso adotado. Com eles, percebemos como o discurso usado de forma cômica, bem humorada e leve, serve também para oprimir, reprimir e legitimar o autoritarismo exercido sobre as classes populares.

Para entender a estrutura física e organizacional do periódico, usaremos ainda trabalho de Tania de Luca<sup>9</sup> que nos ajuda a entender a organização e o preparo das revistas ilustradas da época. Além da Tania de Luca contamos ainda com os autores Ana Luiza Martins, Marcos Morel e Monica Pimenta Velloso que nos informam sobre diferentes aspectos a respeito do lugar do texto, da caricatura e das crônicas no contexto político e social da Capital da Federal na primeira década do século XX.

A obra de Marcos Silva<sup>10</sup> fornece informações interessantes para nossa pesquisa. Uma delas é a análise realizada sobre o “Zé Povo”, que segundo o autor permeavam entre o

---

<sup>6</sup>DIOGO, Márcia Cezar. *O RIO EM REVISTA. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup>SILVA, L. F. P. *O Povo no imaginário dos letrados: As representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho (1904-1908)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014.

<sup>9</sup>LUCA, Tania R. de. *Leituras, projetos e (re)vistas(s) do Brasil (1916-1944)*. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, v.1, 2011.

<sup>10</sup> SILVA, Marcos A. *Caricatura na República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

significado da inércia e impotência da população perante seus governantes ou a atração pelo poder e a oposição aos demandas do Estado republicano.

Os trabalhos de Luis Guilherme Sodré Teixeira<sup>11</sup>, assim como os de Herman Lima<sup>12</sup> analisam a história da charge e de seus respectivos chargistas no Rio de Janeiro. Para Teixeira identificação entre o público e as charges passaria por duas situações: a eleição da política como objeto e o fato muito útil de que a charge esta inserida na sociedade. Já Lima diz que os caricaturistas são pessoas que notamos a sensibilidade dos caricaturistas em perceber detalhes físicos e moral não só do indivíduo, mas de toda uma sociedade na qual o caricaturista retrata o cotidiano com seus costumes e fatos marcantes. Há uma comunhão entre o artista e a sociedade em que está inserido, através desta afinidade aparentemente bem humorada gera-se não apenas risos, mas provocam desconfiança e indagações que os fazem refletir, pensar.<sup>13</sup>

Foi o interesse pela imprensa ilustrada, mais especificamente pelas charges que retratavam a repressão vivida pelas classes populares que pautou a elaboração desta dissertação. As crônicas e as poucas fotos que serão estudadas neste assunto é para poder legitimar e para ajudar a analisar o discurso da revista.

No primeiro capítulo pretendemos refletir sobre a circulação das ideias de modernidade e civilização na capital que influenciavam intelectuais, jornalistas, a classe dominante e as autoridades instituídas. Apresentamos as reformas urbanas e as políticas higienistas que atingiam diretamente a pobreza urbana, trazendo reflexos para as medidas punitivas e as práticas de controle social. Mostraremos também neste capítulo dados retirados do IBGE<sup>14</sup> sobre trabalho, população e imigração. Com esses dados poderemos vislumbrar qual a formação da sociedade carioca que tratamos e permitirá ter acesso aos indicadores econômicos que nos revelará as condições objetivas de trabalho e vida de seus moradores no período estudado. Pretendemos, assim, situar historicamente a revista estudada para entender as questões por ela levantadas.

No segundo capítulo, apresentaremos e forneceremos detalhes sobre a revista *O Malho* e nos aprofundaremos nas mudanças de hábitos e costumes da população carioca. Para isto, utilizaremos suas crônicas e charges para refletirmos sobre as mudanças e a repressão que as classes populares estavam vivenciando. Retornaremos aos eventos, às políticas públicas e as notícias que estavam em evidência no Rio de Janeiro pelas páginas da revista. Assim como, refletiremos sobre o posicionamento da revista e sobre o discurso por ela adotado e vendido

---

<sup>11</sup>TEIXEIRA, op. cit.

<sup>12</sup>LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4 vol. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

<sup>13</sup>LIMA, op. cit., p.121.

<sup>14</sup>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados retirados do recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1906. Disponível em: [biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/). Acesso em 15 de Julho de 2018.

para a população carioca em relação a modernidade, o projeto de reurbanização e de civilização que se buscou afirmar.

No último capítulo, buscamos refletir sobre três (3) movimentos sociais; a Revolta da Vacina, a Revolta da Chibata e as greves dos trabalhadores de vários setores da indústria na intenção de avaliar mais detidamente esses episódios sob o ponto de vista da revista. Buscamos ainda, analisar as diferentes percepções dos colaboradores da revista sobre essa variada intensidade social. Assim, os atos do governo; a repressão, a exclusão e o controle social e conseqüentemente as reações das classes populares do centro da cidade do Rio de Janeiro foram representadas e definidas nas páginas d' *O Malho*.

O conjunto desse processo social e político em marcha no Rio de Janeiro entre 1902 e 1910 nos permite refletir sobre os contornos do que se esboçou nos primeiros traços do processo de construção de um tipo particular de cidadania na Capital Federal. Posto isto, as charges e crônicas escolhidas para este estudo têm o objetivo de mapear as representações e definições de cidadania que, por detraz do seu traço humorista, foram produzidas e circularam nas páginas da revista nas ocasiões de conflitos acima indicados. Com efeito, *O Malho* também tem um valor pedagógico a ser apreciado em uma sociedade em construção no sentido mais amplo e objetivo do termo.

Por esse lado, a temática da cidadania é tratada por nós principalmente a partir da abordagem de José Murilo de Carvalho na medida em que temos a intenção de refletir, e, em parte, divergir de algumas categorias construídas pelo autor com relação ao problema da cidade naquele contexto, a exemplo da ideia de cidadania ativa e cidadania passiva e de bestializado ou bilontra.

Por fim, neste conjunto expressivo de charges e crônicas podemos destacar que através do humor podemos observar várias formas de convívio das classes populares com a classe dominante. Através do deboche e da ironia o discurso da revista denunciava ou refletia a discriminação, a segregação racial, a repressão e o severo quadro de autoritarismo exercido contra as classes populares durante a primeira década do século XX.

Contudo, determinadas charges e crônicas mostravam a resistência e à consciência das classes populares acerca de seus direitos, bem como o mau uso do dinheiro público que os políticos faziam. Por intermédio do discurso ambíguo da revista *O Malho* é assim possível conhecer os caminhos e as alternativas encontradas pelas classes populares para poder sobreviver a repressão e ao controle autoritário do governo. Nos interessamos assim pelas manifestações e as práticas históricas de resistência.

## CAPÍTULO 1

### A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E SEU CONTEXTO URBANO E SOCIAL.

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por uma série de transformações que alteraram progressivamente com sua formação histórica tradicional herdada da colônia. Transição do trabalho escravo para o trabalho livre, instalação da malha ferroviária, indústrias, desenvolvimento de crédito, instauração do regime republicano, imigração, crescimento demográfico etc. foram mudanças que impulsionaram para alterar a estrutura social e econômica do país. Tais transformações desencadearam novas formações sociais e novos valores, que foram exigências de uma nova fase do capitalismo que se mundializava.

Todas essas modificações contribuíram para o crescimento interno do país o que implicou, entre outras coisas, em um processo de urbanização que trouxe consigo a imposição de novos padrões de costumes, hábitos, comportamentos e de uma cultura em conformidade com as novas exigências da vida urbana. No presente capítulo temos a intenção de retratar especificamente o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, no período entre 1902 e 1910, quando, o impacto dessas transformações se fizeram sentir na Cidade e nos seus habitantes. O que veremos neste trabalho é como o discurso do periódico *O Malho* retrata este período de mudanças na sociedade carioca.

Nesse ambiente, a cidade do Rio de Janeiro foi perdendo, aos poucos, o seu tradicional aspecto colonial, um novo tempo de inovações e ideias se impondo com celeridade, sobretudo, no que diz respeito, primeiramente, as reformas urbanas que visavam expressar o novo tempo através de uma série de melhoramentos locais como, nos transportes públicos, na iluminação, no sistema de esgoto e abastecimento de água, na pavimentação e ampliação das ruas.

Escolhemos a cidade do Rio de Janeiro por ser a Capital Federal da época estudada e a cidade onde a revista ilustrada *O Malho* - nosso objeto de estudo - foi produzida e comercializada entre os anos de 1902 a 1954. Gizlene Neder nos apresenta esta cidade: como uma “caixa de ressonância.”<sup>15</sup> Ou seja, a cidade do Rio de Janeiro, como Capital Federal, serviu de modelo para todo o país, propagando as ideias inspiradas na Europa, nas quais, como veremos mais adiante, a revista *O Malho* se inspirava. Assim, em nome de uma cidade moderna e em ruptura com o passado monárquico e escravista, o Rio de Janeiro sofreu uma

---

<sup>15</sup>NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. Niterói: Editora da UFF, ed. 2, 2012, p. 233.

série de reformas que atingiram em muito as classes populares. Estas sendo, como veremos alvo privilegiado de políticas públicas de controle social que restringiam sua cidadania.

Este período é marcado por uma “febre de reformas”, como afirma Sergio Buarque de Holanda, “mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas [...]”.<sup>16</sup> Entretanto podemos afirmar que tais reformas são fragmentos de um movimento mais amplo que visava a ordem mundial naquele instante.

As mudanças irão afetar desde a ordem e as hierarquias sociais até as noções de tempo e espaço das pessoas, seus modos de perceber os objetos ao seu redor, de reagir aos estímulos luminosos, a maneira de organizar suas afeições e de sentir a proximidade ou alheamento de outros seres humanos.<sup>17</sup>

Era um período de intensa mudança no qual os “novos problemas” demandavam soluções novas. Para os “homens cultos” do século XIX, este momento era “preche de um potencial transformador ainda não avaliado”<sup>18</sup>. Sendo assim, uma oportunidade única de se falar de “civilização urbana”, europeia e branca que, no nosso caso particular, desafiavam a imaginação dos homens da época. A cidade tinha que civilizar-se. Passava a surgir como espaço próprio de uma rede de sociabilidade que se transformava em função da industrialização e da modernização “traçada pelo capitalismo”. E assim:

A cidade moderna representava (...) lugar onde a subordinação da vida a imperativos exteriores ao homem se encontrava levada às últimas consequências. Fascínio e medo; a cidade configurava o espaço por excelência da transformação, ou seja, do progresso e da história: ela representa a expressão maior do domínio da natureza pelo homem e das condições artificiais (fabrica) de vida.<sup>19</sup>

A cidade do Rio de Janeiro passou por intensas mudanças, as inovações urbanas e as transformações sociais, para muitos contemporâneos, representavam o avanço da sociedade na direção da *civilização* e do *progresso*, binômio que traria o melhoramento da humanidade como um todo, a paz e a prosperidade suas fortes expressões.

Essas mudanças iriam beneficiar a classe dominante e seus anseios de modernidade. Pretendiam assim criar um ambiente civilizatório que espelhasse os programas de melhoramentos da cidade e que contribuísse com o progresso geral da Capital Federal. Mas a diante iremos ver quem pertence a esta classe dominante e como as reformas beneficiam somente essa classe.

<sup>16</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras,1995. p.42.

<sup>17</sup>SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.7.

<sup>18</sup>BRESCIANI, M. S. M. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. Revista Brasileira de História, São Paulo: v. 5, n°8/9, 1985, p. 35-68.

<sup>19</sup>Ibidem, p.39.

A modernização combinada à reurbanização da cidade do Rio de Janeiro fez-se somente nos limites da cidade, privilegiando determinadas áreas que possuíam alguma importância política e econômica, como por exemplo, o centro e a região do porto.

Entretanto, não muito distante destas áreas e, muitas vezes, dentro do próprio perímetro urbano a se modernizar, simultaneamente, podia se encontrar uma população que, em sua maioria, encontrava-se à margem do progresso e da civilização desejados. Residindo em cortiços, sobrados e/ou casas, em sua maioria constituída em residências cuja condição de precariedade e insalubridade era a regra. Nesse contexto, tais condições de vida denegria o conjunto dessa população carente que destoava dos projetos modernizadores e, conseqüentemente, as tornou alvo preferencial das políticas públicas, como podemos perceber em Sidney Chaloub e Jaime Benchimol<sup>20</sup>.

Portanto, uma apropriação do estilo de vida europeu progressivamente vai se afirmando da arquitetura aos hábitos da classe dominante. Neste processo é importante observar na medida que a busca da homogeneização dos padrões dominantes leva a se perceber as classes populares como inferiores e as tornando-as alvo de políticas públicas autoritárias. Desenvolveremos melhor esta reflexão no segundo capítulo, quando veremos como o discurso da revista ilustrada *O Malho* foi utilizado para homogeneizar padrões de pensamento e comportamentos.

Sobre as reformas urbanas de Pereira Passos (1902 - 1906), podemos dizer que as classes populares foram colocadas diante de uma nova realidade que passou a caracterizar o Rio de Janeiro. Primeiramente esta nova visão se efetivaria na capital e depois se estenderia para todo o país. As reformas significaram mais que uma reformulação física da cidade; representaram uma transformação social, política e econômica que excluía as classes populares; um projeto de modernização que visava a construção de uma população civilizada em conformidade com as reformas em curso na cidade capital.

Este processo foi retratado na revista ilustrada *O Malho* que nos permite, através de fotos, charges, artigos e crônicas, pensar sobre o projeto dominante de modernização e as medidas de higienização e controle social no seu auge, em especial, no período entre 1902 a 1910, período que ocorre a Revolta da Vacina e da Chibata entre outros movimentos sociais menos explorados.

### **1.1 Diversidade da população da cidade do Rio de Janeiro.**

---

<sup>20</sup>CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Divisão de Editoração. Biblioteca Carioca, 1992.

De acordo com o senso realizado em 1906 a cidade do Rio de Janeiro, na época Capital Federal, abrigava 811.443 habitantes, o que lhe dava o título de “maior cidade do país.”<sup>21</sup> Segundo registro histórico, estimava-se que aproximadamente “50% dos moradores do Distrito Federal não sabiam ler e escrever.”<sup>22</sup> No que tange à parcela letrada e iletrada da população que vivia na capital, os gráficos nos informam que dos 811.443 habitantes recenseados, 421.072 sabiam ler ou escre escrever e 390.371 eram analfabetos. Dos homens, sabiam ler 260.941 e eram analfabetos 202.512, referente às mulheres, 160.131 sabiam ler e 187.859 eram analfabetas.

Em suma, os números revelaram que em cada 1000 brasileiros, 617 sabiam ler (342 homens e 275 mulheres) e 383 não sabiam ler (175 homens e 208 mulheres); em 1000 estrangeiros, 551 sabiam ler (440 homens e 111 mulheres) e 449 não sabiam ler (280 homens e 169 mulheres). Portanto, esses números mostram a influência do estrangeiro na taxa de crescimento da população alfabetizada.

No que se refere à parcela de imigrantes residentes na cidade do Rio de Janeiro, eram aproximadamente 150.880 homens e 59.635 mulheres, o que correspondia a um total de 210.515 imigrantes, uma taxa de 25,94% do total dos seus habitantes<sup>23</sup>. A população de fato existente no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1906 compunha-se de 463.453 homens e 347.990 mulheres, perfazendo o total de 811.443 habitantes<sup>24</sup>.

Comparada com a de 522.651 habitantes, encontrada em 1890, este censo -1906- mostra que, no período de 15 anos, a população do Rio de Janeiro teve um aumento de 288.792 habitantes, ou seja, 55,26% do total apurado em 1890, se dividirmos esse aumento pelos anos do período mencionado encontramos 3,515% para taxa média anual de acréscimo. Então podemos concluir que a taxa de crescimento da população da Capital Federal analisada no período de 1872 a 1890 foi maior do que no período de 1890 a 1906.

De acordo com as informações e análises presentes no censo demográfico, o aumento da população no período de 1872 a 1890 teve uma série de acontecimentos de grande alcance social que exerceram uma influência sobre o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>21</sup>CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>22</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>23</sup>Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1906. Disponível em: [biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/). Acesso em 15 de Julho de 2018.

<sup>24</sup> Ibidem.

Como ressalta Livia Silva<sup>25</sup> o fim da guerra do Paraguai e a promulgação, pouco tempo depois, da primeira lei emancipadora do elemento servil (setembro de 1871) foram fatores que proporcionaram inúmeras transformações ao país, de certa maneira, a paz e o aumento da imigração “contribuiu bastante para o incremento da população do Rio de Janeiro”.<sup>26</sup> O novo regime político também influenciou nesse ambiente, atraindo para o centro da cidade a industrial, e conseqüentemente seu desenvolvimento atraiu grande número de estrangeiros e de habitantes dos diversos Estados do país.

No entanto, o mesmo não se observou no período de 1890 a 1906. Livia Silvia verificou que houve uma “nociva influência de fatores importantes sob o viés demográfico que prejudicaram e reduziram bastante a taxa de crescimento da população nesse espaço de tempo.”<sup>27</sup> As revoltas, as epidemias, as crises econômica e financeira, se não acarretaram em estagnação ou diminuição da população, enfraqueceram até certo ponto o aumento observado no período anterior de 1872 a 1890, como vimos nos números apresentados acima.

De acordo com os índices analisados, a população de imigrantes presentes no Rio de Janeiro, em 1906, correspondia a 25.94% do total da população e, como salienta José Geraldo de Moraes, um dos fatores decisivos para o crescimento da população brasileira, principalmente em São Paulo e no Sul foi a entrada de um grande contingente de imigrantes europeus que, desde meados do século XIX até os primeiros anos do século XX, cruzaram os mares com o destino da América.<sup>28</sup>

Assim, entre 1890 e 1929, aproximadamente três milhões e 523 mil imigrantes entraram no Brasil. Como nos adverte Moraes, a última década do século XIX foi marcada pela grande movimentação de imigrantes, influenciada, principalmente, pelos limites do capitalismo europeu, como também, pelas dificuldades econômicas pelas quais passavam a Argentina e os Estados Unidos e pelo apoio à imigração através de subvenção dos governos federal e estadual de São Paulo.

Mais de um terço de imigrantes que entraram no país nesse período eram italianos (aproximadamente um milhão e 130 mil); em seguida, vinham portugueses (um milhão e 30

---

<sup>25</sup>SILVA, L. F. P. *O Povo no imaginário dos letrados: As representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho (1904-1908)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de História, 2014. p. 29.

<sup>26</sup>Ibidem, p. 29.

<sup>27</sup>Ibidem, p. 30.

<sup>28</sup>Moraes também destaca que esse foi o período de maior movimentação humana da história, sobretudo na Europa. As pessoas saíam ou eram empurradas do campo para as cidades, das pequenas cidades para as metrópoles; e muitas cruzavam os oceanos, dirigindo-se para outros continentes. Milhares de italianos, espanhóis, alemães, portugueses, etc. emigravam em busca de novas perspectivas. Desta forma, somos informados pelo autor de que a grande maioria deles se dirigiu para a América, principalmente para os Estados Unidos, a Argentina e depois o Brasil. MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994. P.39-40. Apud SILVA, L. F. P., p. 30.

mil), espanhóis (551.000), alemães (112.000), entre outras tantas nacionalidades. A maior parte desses estrangeiros se dirigiu, obviamente, para a região econômica que estava em franca expansão, ou seja, São Paulo - aproximadamente 57% - seguido do Rio de Janeiro - cerca de 30% - sul de Minas e o Sul do país. Cabe salientar que, muito embora a antiga capital da Corte não fosse mais a “capital do café”, título que perdera para São Paulo desde os anos 1870, o Rio de Janeiro tornara-se destino de muitos imigrantes por ser o grande centro administrativo e financeiro do país. Seu porto era o maior e o mais movimentado do país e um dos maiores da América, e mesmo com a decadência da produção cafeeira do Vale do Paraíba e a ascensão do Oeste Paulista nessa área, o Rio de Janeiro não decaía economicamente.<sup>29</sup>

Com base nessas informações, o autor conclui que “toda essa prosperidade, aliada às facilidades de transporte e à atração pela cidade, permitiu um deslocamento notável de pessoas, que constituíram a maior população do país e, conseqüentemente, o maior mercado consumidor.”<sup>30</sup>

[...] entre 1890 e 1910 o Rio de Janeiro preenche melhor que qualquer outro lugar do país as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria: capital acumulado, mercado interno, mão-de-obra, grande porto e rede ferroviária, proximidade de matéria-prima e apoio governamental. Assim, até o início deste século o Rio de Janeiro manteria a liderança da produção da indústria nacional (se destacando a tecelagem e alimentos). De acordo com o censo industrial de 1907, o estado acumulava cerca de 1/3 de toda a produção industrial do país, seguido por São Paulo com 16,5%, além de concentrar um número maior de indústrias. Em 1920 esta situação já havia se modificado, com São Paulo assumindo a liderança da produção, no número de indústrias e na quantidade de trabalhadores empregados. No decorrer das décadas de 1930 e 40 esta tendência se consolidaria, alargando a distância entre o parque industrial de São Paulo e o restante do país (em 1938, por exemplo, São Paulo já concentrava cerca de 50% da produção).<sup>31</sup>

Portanto, é possível perceber que até o ano de 1907, a Capital Federal contava com o maior número de empresas e operários, produzindo um maior volume de riquezas para o Brasil. De acordo com as reflexões e os dados apresentados por Moraes, verificou-se que, juntos, São Paulo (20%) e Rio de Janeiro (26%) concentravam 46% dos capitais industriais e 39% do operariado brasileiro. Neste sentido, o autor salienta que o número de estabelecimentos industriais em São Paulo correspondia a 10% do total do país e o do Rio de Janeiro a 20%. Os demais 70% estavam distribuídos por outros estados.

Lívia Silva com base nesses dados ressalta que houve, “entre 1889 e 1896, um *boom* no desenvolvimento e na acumulação industrial, tendo o ritmo de crescimento diminuído entre

<sup>29</sup>SILVA, L. F. P., p. 32.

<sup>30</sup>MORAES, José Geraldo Vinci de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994. p.40, apud SILVA, L. F. P., p. 33.

<sup>31</sup>MORAES, p. 42, apud SILVA, L. F. P., p. 35.

1897 e 1904, para voltar a crescer a partir de 1905 até 1914.”<sup>32</sup> A autora vai mais longe, afirma que a crise financeira ocorrida no Brasil a partir de 1890 teria acarretado problemas referentes ao café e a industrialização brasileira;

A crise pós-encilhamento, que coincidiu com a crise internacional e a política de caráter emergencial adotada para enfrentá-la, teria demonstrado duas faces do problema da relação entre café e industrialização. Em primeiro lugar, a manutenção do modelo agroexportador dependeria de uma intervenção nos mercados visando a forçar a alta dos preços e uma redução na expansão do café para evitar a superprodução. Em segundo, evidenciou que o crescimento industrial se processava em situação de dependência em relação à dinâmica cafeeira. Tal fator revelava a fragilidade e a instabilidade daquele setor – que seria superada somente com o investimento nas indústrias de base, isto é, na produção de bens de capital.<sup>33</sup>

Seguindo uma linha de pensamento próxima a de Moraes, Boris Fausto<sup>34</sup> salienta que o crescimento da atividade industrial é um fenômeno que se vincula ao desenvolvimento da urbanização e melhoria em termos de infraestrutura na cidade, que paulatinamente criava condições para a “modernidade” e o “progresso”. A indústria manufatureira, o setor têxtil, o ramo de transportes, enfim, a industrialização ganhava ímpeto no país, tendo São Paulo e, não mais o Rio de Janeiro, como a locomotiva desse processo. No que tange ao valor da produção industrial, em 1920, São Paulo passaria a assumir o primeiro lugar, ou seja, seria responsável por 31,5% da produção nacional, seguido pelo Distrito Federal e Rio Grande do Sul, que produziam respectivamente 20,8% e 11% .<sup>35</sup>

Portanto, é nesta conjuntura que a imigração maciça despontou como uma peculiaridade da Primeira República. Pautando-se numa fonte estrangeira, Boris Fausto apresenta os seguintes números da imigração: no período de 1887 a 1930, cerca de 3,8 milhões de estrangeiros entraram no Brasil. O período de maior concentração da imigração compreendeu 1887- 1914, quando aproximadamente 2,74 milhões de estrangeiros se mudaram para o Brasil, ou seja, aproximadamente 72% de toda população imigrante durante a Primeira República.

O autor também observa que a imigração coincidiu com o surto industrial. Neste sentido, os imigrantes assumiram postos tanto como empresários, quanto como operários. Cabe salientar que vários imigrantes chegaram ao país como técnicos especializados, exercendo funções de destaque nas indústrias do Rio de Janeiro e São Paulo. Destacando a relevante participação dos imigrantes na atividade industrial, Fausto afirma que em 1893, nas empresas manufatureiras da capital paulista, 70% dos trabalhadores eram estrangeiros.<sup>36</sup>

---

<sup>32</sup>SILVA, L. F. P., p. 37.

<sup>33</sup>Ibidem, p. 35.

<sup>34</sup>FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998. p.276.

<sup>35</sup>Ibidem, p. 278.

<sup>36</sup>SILVIA, op. cit., 37.

Lívia Silva analisa os dados fornecidos pelo censo de 1906, sob o ponto de vista das profissões, é possível notar grandes diferenças entre a população nacional e a estrangeira.

Ao examinarmos separadamente as quatro grandes classes que compreendem a classificação profissional adotada no recenseamento de 1906, vê-se que os estrangeiros representavam 31,30% da população responsável pela produção da matéria-prima, quase 50% do setor envolvido com a transformação e o emprego da matéria-prima e cerca de 10% da administração pública e dos profissionais liberais e 18% desempenhavam outros serviços. No que diz respeito à população nacional os improdutivos atingiam a 55,54% do número total de habitantes e na estrangeira apenas 26,28%, o que se explicava, não só pela presença, neste último grupo, de menor número de mulheres e crianças, como também pelo mais frequente aproveitamento do trabalho industrial de umas e outras.<sup>37</sup>

Com efeito, vale ressaltar que, em vários grupos como, por exemplo, a indústria das madeiras, a indústria cerâmica, as da alimentação, da edificação, dos transportes terrestres e do comércio, o número absoluto de estrangeiros excede, às vezes, ao número de brasileiros.<sup>38</sup> A autora observa que o mesmo fenômeno ocorre no grupo dos trabalhadores de pedreiras e no de jornaleiros e trabalhadores braçais. “Em contrapartida, como era de se esperar, a proporção de brasileiros era enorme, atingindo quase 90%, que compreende as administrações públicas e as profissões liberais.”<sup>39</sup>

Desta maneira podemos concluir que essas informações nos revelam a diversidade da sociedade carioca, bem como nos permitem ter acesso aos indicadores econômicos da Capital Federal, que nos mostra as condições de vida e trabalho dos seus moradores no período e espaço de estudado. Esses elementos presentes no censo de 1906 são importantes para nos auxiliar nas reflexões e para a compreensão acerca das origens das reivindicações das classes populares da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo da população que foi vítima do projeto de reurbanização idealizado por Pereira Passos.

É esse espaço social tão diversificado e complexo do Rio de Janeiro da primeira década da República, composto por grupos sociais de contornos tão variados e palco de inúmeros acontecimentos políticos, o nosso objeto de reflexão. Ou seja, o contexto que ficou conhecido como *Belle Époque* carioca período marcado pelas reformas de ampliação e remodelação das vias urbanas, tempo de inauguração de avenidas, de construção de prédios de padrão arquitetônico europeu, inauguração de grandes teatros. Nessa nova geografia, convidativa a figura do *flâneur* parisiense, pessoas finas e bem-vestidas frequentadoras dos cafés e confeitarias fornecia novos ares ao centro da cidade.

Entretanto, todas essas novidades de inspiração europeias e em conformidade com os ideais franceses de progresso e civilização contrastavam com a parte da cidade que não

---

<sup>37</sup> SILVA, op. cit., p.36.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>39</sup> Ibidem, p. 37.

andava no mesmo ritmo e padrões de transformações exigidos pela República. E, por esse lado, o Rio de Janeiro era como um grande laboratório onde se experimentavam reformas, mas também, adaptações em uma sociedade ainda bastante vinculada por um passado colonial totalmente presente.

## 1.2 Os problemas de uma nova cidade em construção.

O Rio de Janeiro crescia também em decorrência do desenvolvimento do mundo do trabalho e a formação de novos bairros e ruas que se projetavam de forma desordenadas. Segundo Jaime Larry Benchimol<sup>40</sup>, com a recorrência de epidemias começaram a ser discutidas formas de combate às diferentes moléstias. Vale lembrar que, nas últimas décadas do século XIX, doenças como a febre amarela, a varíola e a malária representavam um limite aos ideais perseguidos de civilização e de progresso.

Tais problemas associados ao aumento demográfico e à precariedade dos serviços públicos tornavam a capital um alvo das críticas internacionais, prejudicando os interesses associados ao estabelecimento de uma corrente de imigração europeia para a cidade. Por esse lado, o Brasil perdia a concorrência internacional por braços europeus que se destinavam para países como o Uruguai e a Argentina cujas notícias eram menos alarmistas que as brasileiras na mídia internacional.

Nesse ambiente, marcado pela fixação da República, das indústrias, do trabalho livre e das reformas urbanas, mas também de disputa pela imigração, os problemas relativos à saúde passam a atrair com intensidade o interesse dos agentes públicos, de intelectuais, assim como, da boa sociedade, o que levou a uma série de medidas lideradas por médicos higienistas voltadas, sobretudo, às classes populares. Com efeito, um dos aspectos mais visíveis do espaço urbano do Rio de Janeiro na virada do século fora a expressiva presença na cidade dos inúmeros cortiços e casas de cômodos que abrigavam uma ampla e variada população que se avolumava em moradias nos becos e em ruelas, situação que, aos olhos dos agentes públicos, apontaram como problema da insalubridade e ainda, foram consideradas como principal responsável pela propagação das doenças.

Propostas sanitárias de intervenções drásticas foram defendidas para sanear a cidade. Os higienistas culpavam as condições precárias existentes no centro da cidade, como lixo amontoado, casas sem janelas, animais mortos descartados em qualquer lugar, venda de carne sem nenhum controle feita por camelôs, entre outros fatores relacionados à pobreza urbana e considerados a razão da proliferação das doenças que assolavam o Rio de Janeiro.

Benchimol<sup>41</sup> afirma que a medicina social foi muito eficaz ao formular um discurso sobre o urbano, cujos argumentos principais e conceitos chave repetiam-se até o início deste século, “com regularidade em tudo o que disseram ou escreveram os engenheiros, políticos,

---

<sup>40</sup>BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Divisão de Editoração. Biblioteca Carioca, 1992, v.11, p.230.

<sup>41</sup> Ibidem, p.118.

governantes, jornais e capitalistas sobre a cidade, antes que Pereira Passos e o governo federal a submetesse à grande cirurgia reclamada pelos médicos desde 1850”.<sup>42</sup>

Esse discurso baseado na reforma urbana, infiltrou-se no senso comum das classes dominantes e das classes médias que nos anos de 1870 já constituíam uma influente “opinião pública” de acordo com Benchimol<sup>43</sup> que possuíam um discurso favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse a capital do Império numa metrópole. Dessa maneira, a tematização do urbano, como Benchimol explica, é elaborada e difundida pela medicina social, que serviu como importante pilar para que o capital se apoderasse do urbano.

A estratégia consistia em produzir uma comunicação controlada, harmonizando relações entre a população e os vários componentes da cidade. O autor está se referindo às moradias desordenadas e aos cortiços nos quais viviam e circulavam muita gente pobre sem acesso a saneamento básico, um ambiente propício à epidemias e toda sorte de consequências ao conjunto da sociedade carioca. Isto era um perigo eminente e identificado pelo projeto dos médicos higienistas como ‘coabitação numerosa’, este perigo materializava-se no meio urbano, caracterizado como um meio hostil devido à grande concentração de indivíduos e a seu relacionamento aparentemente irracional e desordenado”<sup>44</sup>.

O autor argumenta que ao responsabilizar a desordem urbana pela degeneração da saúde, os médicos higienistas apontam também para o prejuízo à moral da população. Tanto os proprietários das casas coletivas quanto o governo não deram atenção à população. Os proprietários não cumpriam as exigências dos médicos e do governo. Este, além de não fiscalizar os estabelecimentos também não obedecia às exigências a ele incumbidas, como, por exemplo, retirar o cemitério dos fundos das igrejas, estabelecer um local apropriado para abate e comercialização de carne, saneamento básico, entre outras coisas.

Benchimol descreve que a primeira causa de epidemias apontada pelos médicos sanitaristas era a geografia do Rio de Janeiro, em particular as condições climáticas, como podemos perceber no trecho abaixo citado:

Situada em zona tropical, numa planície baixa e pantanosa, rodeada pelo mar e pelas montanhas, a cidade reunia, segundo os higienistas, duas características adversas: o calor e a umidade proveniente da evaporação das águas do mar, dos pântanos e das chuvas, que não escovam devido à pouca declividade do solo. Os pântanos eram particularmente temidos por constituírem focos de exalação de miasmas, os pestíferos gases que veiculavam os agentes causadores das doenças e das mortes.<sup>45</sup>

O autor descreve que o segundo objeto de reflexão dos higienistas foram os aspectos urbanos da cidade. Para ele, o alvo principal de suas críticas eram as habitações, sobretudo as

<sup>42</sup> Ibidem, p.118.

<sup>43</sup> Ibidem, p.120.

<sup>44</sup> Ibidem, p.117.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 118.

“coletivas”, onde se aglomerava a “heteróclita” multidão de pobres na área central do Rio de Janeiro<sup>46</sup>. Ainda de acordo com Benchimol, os médicos condenavam sistematicamente os proprietários que não obedeciam às regras higiênicas na construção de casas, não instalavam canos, escoadouros e latrinas, deixavam acumular monturos e imundices nos quintais e estrebarias. “Acusavam-nos de especularem com a vida humana, por alugarem habitações sem as menores condições de salubridade, pequenas, úmidas, desprovidas de ar e luz”<sup>47</sup>.

Benchimol diz que esta crítica fundamentava as propostas de remodelação do Rio de Janeiro:

A cidade “edificada sem método”, segundo um gosto “mediocre”, entregue a especuladores preocupados muito mais com seus interesses econômicos do que com os da salubridade pública devia ser submetida a um plano geral de funcionamento e evolução: expansão urbana por bairros considerados mais salubres para desafogar o centro; imposição de normas para a construção de casas higiênicas, alargamento e abertura de ruas e praças, arborização; instalação de uma rede de esgoto e de água; manutenção do asseio em mercador e matadouros; criação de lugares próprios para despejos etc.<sup>48</sup>

Para o autor, este discurso infiltrou-se na classe dominante e, nos anos 1870, já constituía uma influente “opinião pública”<sup>49</sup> favorável a todo tipo de melhoramento que transformasse a capital do Império numa metrópole salubre e moderna. Caberia ao Estado patrocinar, fiscalizar e coibir: “[...] o grande capital era convocado para diluir os perigosos nódulos de coabitação numerosa e para enxugar as frações mais “mesquinhas” do capital mercantil”<sup>50</sup>.

Os médicos higienistas da época culpabilizavam as classes populares pela desordem urbana. Cabe aqui mencionar o autor Robert Moses Pechman que aponta o discurso excludente direcionado à elas. Em seu trabalho *Cidades estreitamente vigiadas*, Pechman fala sobre a multidão e reflete que tudo pode se perder definitivamente diante das surpresas da rua<sup>51</sup>. Ele diz ser necessário olhar para a rua, repensar a natureza dos novos objetos a serem observados, redimensionar o problema da aparência e da identificação do homem da rua, figura que cresce na sociedade moderna. Deveríamos ter uma nova percepção sobre as aglomerações “heteróclita” multidão de pobres, que circulam pela cidade à procura de subsistência.

Vemos ainda em Benchimol o quanto o discurso higienista não enxergava os pobres como cidadãos, e sim como um aglomerado de pessoas – multidão – que gera espanto e

---

<sup>46</sup> Ibidem, p. 119. Grifos no original.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 222. Grifo no original.

<sup>50</sup> Ibidem, grifo no original.

<sup>51</sup> PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p.424.

estranhamento e passam a ser alvo de um saber baseado em estatísticas e procedimento de análise que desqualifica o conjunto da população carente. Assim, transforma estas pessoas em mais um problema endêmico, como podemos observar na citação abaixo:

Mas não era só o espetáculo da multidão que chocava esses observadores. A multidão, formando-se na cidade, apontava para um novo fenômeno que gerava ao mesmo tempo espanto, surpresa, indignação e muita preocupação. Era o espetáculo da pobreza, que revela a existência da questão social<sup>52</sup>.

Tanto Benchimol como Pechman chamam a atenção para as classes populares e suas necessidades não atendidas. O espetáculo da pobreza, refletido nas moradias destes indivíduos, ou melhor, este aglomerado de pessoas, é motivo de preconceitos e exclusão social e não de assistência e acolhimento.

Lembramos que neste início do século XX o Brasil está ainda consolidando sua identidade nacional, pautada na imagem de uma nação moderna, branca e civilizada de acordo com os interesses dominantes, o que não condiz com a realidade da cidade do Rio de Janeiro e do país como um todo. Neste sentido, o discurso propagado pela revista *O Malho* é de grande relevância, pois pretende interferir diretamente na rotina da cidade mostrando uma nova forma de vê-la, levando o público leitor a perceber que se encontra em andamento um projeto de cidade moderna com novos hábitos e costumes, no qual a revista buscou tomar parte no debate. Nessa perspectiva, nos interessa esse olhar d' *O Malho*.

Para o projeto de urbanização funcionar, além de conferir novas características urbanas à cidade era preciso também mudar o comportamento do pobre, das classes populares no geral. Como educá-las e civilizá-las? Afinal, eram vistas como preguiçosas, relaxadas, potencialmente criminosas e focos de doenças.

Michel Foucault nos ajuda a entender como o governo, as instituições e a classe dominante possuem métodos e práticas, como o trabalho e a punição, para controlar as classes populares. Práticas que geram controle social, repressão e exclusão. A leitura de Foucault permite compreender o papel dos mecanismos de controle social e de punição em transformação na sociedade moderna, sobretudo no que diz respeito ao discurso clínico sobre as classes populares.

Em seus estudos o autor nos mostra o peso, o valor e as utilidades do discurso médico na concepção das recomendações e das normas a serem seguidas pela sociedade em geral, garantindo a ordem e as hierarquias sociais, valores importantes em qualquer sociedade, especialmente num país marcado pela escravidão como o Brasil.

---

<sup>52</sup>Ibidem, p. 250.

A higiene pública torna-se um “*suporte moralizador fundamental do governo moderno*”, como diz Vera Malaguti<sup>53</sup>. Um saber médico que se institucionaliza e que intervém na vida social, decidindo, planejando e executando medidas ao mesmo tempo médicas e políticas. Dispositivos oficiais que visam a construção de uma população mecanizada para o capital.

A obra de Foucault condiz com nosso trabalho na medida em que aborda o poder institucionalizado e as formas e práticas de controle por ele exercidas. Além disso, ele nos permite compreender que o poder não é apenas uma força exercida verticalmente, de cima para baixo, mas que também atravessa e constitui cada espaço das relações sociais. Ao estudar a revista *O Malho* notamos um forte traço de controle e de repressão social que refletiremos com as charges exibidas no próximo capítulo deste trabalho<sup>54</sup>.

Conforme a sociedade moderna foi assumindo características cada vez mais ligadas à produtividade industrial, ao comércio de larga escala e as grandes transações financeiras, na virada do século XVIII para o XIX, a ineficiência ficou cada vez mais difícil de tolerar, inclusive no que se refere à punição dos criminosos.

Além da preocupação com a economia e a eficiência, a iniciativa de agir com “humanidade” também se relaciona com a intenção de não se rebaixar ao nível do condenado ao ser tão violento quanto ele. O objetivo é resguardar a humanidade dos que exercem e possuem este poder e não exatamente a de quem cometeu o crime. Podemos entender, segundo Foucault, que ao cometer um crime o criminoso deve ser tratado com humanidade e respeito. Assim, a população não sentirá pena e nem a culpa de fazê-lo sofrer. Ao resguardar o respeito e a integridade do criminoso, os defensores se colocam um patamar acima do criminoso, alcançando mais apoio, credibilidade e confiança da população. O criminoso se tornará um exemplo de correção e não herói.

Foucault também ressalta que em nossa sociedade, os sistemas punitivos devem ser recolocados em uma certa “economia política do corpo”<sup>55</sup>. Ainda que não recorram mais a violência, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de encarceramento ou correção, é sempre do corpo que se trata – do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão. A punição passa a integrar um sistema social muito mais

---

<sup>53</sup>BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 131, grifos no original.

<sup>54</sup>Em suma, tentar estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto. De maneira que, pela análise da suavidade penal como técnica de poder poderia compreender ao mesmo tempo como homem, alma, o indivíduo normal ou anormal vieram fazer a dublagem do crime como objetos da intervenção penal FOUCAULT, op. cit., p. 27.

<sup>55</sup> Ibidem, p.133.

amplo, que Foucault chama de “disciplina”<sup>56</sup>, uma série de mecanismos que visa separar o indivíduo dos outros e de si mesmo. Daí qualificá-lo como sendo ou não louco, normal ou anormal, sadio ou doente bom cidadão ou delinquente.

A “disciplina” para Foucault também se manifesta nas escolas, nas indústrias e nas Forças Armadas modernas, justamente como uma maneira de exercer o poder para produzir sujeitos capazes de funcionar como engrenagens desta nova sociedade em formação. Vamos notar esta influência também na revista aqui estudada. Seu discurso ambíguo é revelado ao notarmos que *O Malho* faz críticas políticas e econômicas ao governo republicano, mas defende os ideais de modernidade positivistas europeus em uma sociedade que está saindo de um sistema escravista para o capitalismo. Notamos, assim, que a crítica feita pela revista é de cunho conservador e que visa manter os laços de submissão, exclusão e afastamento das classes populares.

A definição de disciplina, segundo Foucault, refere-se também à distribuição dos indivíduos no espaço. A disciplina às vezes exige a “cerca”<sup>57</sup>, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo, local protegido da monotonia disciplinar. “Houve um grande encarceramento dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mais insidiosos e eficientes”<sup>58</sup>. Temos como exemplos de eficiência os colégios e quartéis que se valem de seu poder e autoridade para distribuir tarefas, rotinas, hierarquia e controle.

Para Foucault, a vigilância viabiliza o controle, vigiando o corpo e, conseqüentemente, gerando um processo de submissão e domínio integral do comportamento a fim de se excluir o erro, o vício e o ócio. Os colégios e quartéis são bons exemplos para ilustrar esta forma de controle, submissão e correção que a instituição tem sobre o indivíduo.

Podemos perceber claramente nesta época que os projetos de higienização social não são apenas a transformação dos espaços públicos (alargamentos das ruas, jardins e saneamento), mas sim um projeto para afastar e excluir as classes populares do centro e do convívio com a classe dominante. As obras do porto e do centro da cidade do Rio de Janeiro foram uma destas “cercas” definidas por Foucault. Iremos perceber no segundo capítulo deste estudo claramente como estas “cercas” foram estabelecidas pelo governo para excluir e afastar as classes populares do centro e como o discurso do periódico é relevante para se perceber este processo de controle.

---

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> Ibidem, p.137, grifo do autor.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 137.

Assim há a necessidade de expansão e construção de Casas de Correção, Escolas, Asilo e quartel de polícia, que, como já vimos acima, simboliza e justificam a necessidade de um maior controle e regulamentação social das classes populares. Desta forma o Estado centralizado e seus representantes conseguem com mais eficácia e rapidez uma ação sistemática e controladora pela busca da saúde corporal e mental; pela repressão de indivíduos perigosos que não se encaixam em suas novas regras de sociabilidade e de trabalho regular e disciplinado, ficando assim, à margem desta nova sociedade.

Todas essas medidas são para levar a cidade do Rio de Janeiro à condição de cidade moderna, civilizada e alinhada aos interesses capitalistas, entre outras coisas, tratando-se de uma exigência do mercado externo. Então podemos concluir que o processo de reformas urbanas foi acompanhado de uma preocupação com o controle e disciplinamento daqueles que residiam na cidade do Rio de Janeiro, pois o objetivo era fazer uma mudança urbana e social, que eleva a capital para o progresso, a ordem e a disciplina representando itens fundamentais para o êxito desse processo. Nos próximos capítulos iremos ver exemplo de como este controle social foi exercido pelo Estado nas charges e crônicas retiradas da revista *O Malho*.

No Rio de Janeiro, neste contexto de construção da modernidade, houve várias instituições e práticas de ordenamento social para conter as chamadas “classes perigosas”, como a casa de correção, os hospícios e a demolição dos cortiços. Ao serem percebidas como perigosas e alvos das medidas de disciplinarização republicanas, as classes populares foram ainda mais excluídas das políticas públicas.

A expressão “classes perigosas” foi trabalhada por Sidney Chalhoub em seu livro *Cidade Febril*. O autor esclarece que este termo foi utilizado, na década de 1840, pela escritora Mary Carpenter para definir as pessoas que eram perigosas. Ela as definia como aquelas que cometiam crimes, pessoas que já passaram pela prisão e/ou haviam optado por obter seu sustento e de sua família através da prática de furtos e não do trabalho.

Chalhoub reflete como este conceito foi discutido aqui no Brasil na Câmara dos Deputados nos meses que se seguiram à abolição da escravidão em maio de 1888:

Preocupados com as consequências da abolição para a organização do trabalho, o que estava em pauta na ocasião era um projeto de lei sobre a repressão à ociosidade. Nossos parlamentares, ávidos leitores de compêndios europeus irão utilizar como fonte nesta questão alguns autores franceses cuja definição de classes perigosas parecia vir mais ao encontro de suas preocupações. Eles recorreram com frequência, por exemplo, a M. A. Frégier [...] <sup>59</sup>.

---

<sup>59</sup>CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20.

Segundo Chalhoub, o objetivo de Frégier<sup>60</sup> era produzir uma descrição detalhada de todos os tipos de “malfeitores” que agiam nas ruas de Paris. Ele chega a descrever o mundo das prostitutas, ladrões e dos considerados espertalhões de todo tipo. Porém, apesar de seu empenho e cuidado, seu estudo sobre os “malfeitores” acabou resultando numa ampla descrição sobre as condições de vida dos pobres parisienses. Para Chalhoub, ele erra na tentativa de determinar a fronteira entre as “classes perigosas” e as “classes pobres”. Segundo Chalhoub “o autor não foi capaz de resolver um problema decisivo: seu estudo sobre os “malfeitores” e acabou resultando numa ampla descrição das condições de vida dos pobres parisienses em geral.”<sup>61</sup> O autor falha na tentativa de determinar a fronteira entre as classes perigosas e a classes pobres.

Pois é exatamente onde Frégier empaca, onde ele não consegue extrair ideias claras e distintas de seus dados, que os nossos deputados irão encontrar inspiração para o seu filosofar sobre a questão do trabalho, ociosidade e da criminalidade na sociedade brasileira. A comissão parlamentar encarregada de analisar o projeto de lei sobre a repressão à ociosidade vai buscar os fundamentos teóricos de sua guerra contra os vadios – tratava-se de uma questão de “salvação nacional” – citando Frégier:

As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitos: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas –; pois quando mesmo o vício não é acompanhado do crime, só o fato de se aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade.<sup>62</sup>

O autor diz que é possível observar com clareza uma tendência entre os parlamentares brasileiros em acompanhar as ideias produzidas por Frégier. Os parlamentares brasileiros utilizaram a formula acima “classes pobres e viciosas” para expressar o mesmo significado e atrelando/ligado uma a outra, como se as duas palavras possuíssem o mesmo significado, neste caso, todos os pobres seriam viciosos.

A principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão “classes pobres e viciosas”, vemos que as palavras “pobres” e “viciosas” significam a mesma coisa para os parlamentares.<sup>63</sup>

<sup>60</sup>De acordo com Chalhoub, Frégier era um alto funcionário da polícia de Paris que utilizou inquéritos e estatísticas policias para analisar e produzir uma descrição detalhada de todos os tipos de malfeitores que agiam nas ruas da cidade. Apesar de ser minucioso e cauteloso em sua definição sobre os malfeitores, o livro baseado em sua pesquisa acabou resultando em uma ampla descrição sobre as condições de vida das classes populares parisienses. Ibidem.p.21.

<sup>61</sup>Ibidem, p. 21.

<sup>62</sup> Ibidem. Grifo no original.

<sup>63</sup> Ibidem, p.22. Grifo no original.

Assim, com a exposição do autor sobre esta expressão “classes perigosas” podemos ter a noção de que a pobreza do indivíduo era um fato mais do que suficiente para torná-lo malfeitor, um potencial criminoso para à classe dominante e pelas autoridades instituídas. Chalhoub diz que o contexto histórico de fim da escravidão no qual se deu à adoção do conceito de “classes perigosas” no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais.

Chalhoub ainda afirma que as classes populares não passaram a serem vistas como perigosas apenas porque podiam oferecer problemas para a organização do trabalho ou oferecer riscos para a manutenção da ordem pública, mas também, porque os pobres ofereciam “perigo de contágio”, suas habitações eram nocivas ao conjunto da sociedade, eram considerados como focos de irradiação de epidemias e, além da propagação de toda sorte de vícios.

Percebemos que uma nova sociabilidade então se orquestrava. Nela as novas camadas urbanas surgiam e pareciam mais significativas e atuantes do que antes. Novas formas de convívio social estão sendo ensaiadas e vividas por grupos urbanizados, ocorrendo muitas vezes um embate entre a velha estrutura patriarcal e rural que até então dominava a cidade. As mudanças na Capital Federal passavam por todo um processo de reforma urbana e reordenação de seus espaços tanto físico como social. A cidade não se modifica só em seu espaço, mas ainda, as pessoas, as classes populares são envolvidas e levadas a crer que todo o seu conjunto sócio-espacial precisa mudar.

No aspecto social, seguindo o caminho do desenvolvimento econômico surgia na capital “uma burguesia mal definida e heterogenia, assim como uma camada média composta de profissionais liberais, trabalhadores do comércio, farmacêuticos (boticários), proprietários de oficinas e armazéns, jornalistas, professores e, uma burocracia civil e militar.”<sup>64</sup> Além destes grupos, a camada mais baixa da sociedade da época compreendia um número crescente de trabalhadores, de desempregados e inúmeros indivíduos pobres, igualmente habitantes da urbe, como mendigos, prostitutas, domesticas etc. Podemos observar que a cidade possuía uma sociedade bem eclética e fracionada e com forte hierarquização.

Chalhoub define então esta burguesia que estava em ascensão como classe dominante:

Zé Galego e seus companheiros viveram no âmago das profundas transformações socioeconômicas associadas à transição de relações sociais do tipo senhorial-escravista para as relações sociais do tipo burguês-capitalistas na cidade do Rio de Janeiro. Ressalta-se, porém, que por ocasião da morte de Zé Galego as relações sociais tipo burguês-capitalista já eram claramente dominantes na sociedade carioca.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> CHALHOUB, op. cit., p. 32.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 45.

Para Chalhoub, desde 1850, quando a questão da transição do trabalho escravo para o livre já se colocava de forma incontornável para diversos setores da classe dominante, marca-se uma política clara de condicionar esta transição a um projeto mais amplo de continuação de dominação social dos proprietários dos meios de produção. Forma-se assim, um processo de transição que sem dúvida implicaria ajustes no interior da classe dominante, “mas que não colocaria em questão o objetivo de garantir a progressiva expropriação dos agentes sociais envolvidos no processo direto de produção.”<sup>66</sup>

É neste contexto de reurbanização da cidade que surge o poder da burguesia, como explica Maria Stella Bresciani,<sup>67</sup> que alerta em seu artigo sobre metrópoles:

Sem dúvida, a experiência estética do *sublime* foi proporcionada, no campo da arquitetura, pelas máquinas, fábricas, lojas, armazéns, viadutos, usinas geradoras de gás, asilos de loucos, prisões, estações ferroviárias, túneis e pela monótona uniformidade das extensas séries de casas construídas para trabalhadores; e, no plano da potencialidade transformadora e assustadora do homem, pelas multidões em movimento, pelo tráfego contínuo de veículos, pelos bairros operários e pelos canteiros de construção de grandes obras.<sup>68</sup>

Bresciani quer nos alertar para os arquitetos e engenheiros que projetaram os grandes centros urbanos, estes não tiveram a intenção de provocar nas classes populares a lembrança bucólica de sua casa, com seus costumes e hábitos do campo, ou a harmonia de entre esses homens e suas obras. O principal aspecto que à autora destaca é a imponência e magnitude dessas construções, que com sua diversidade em suas formas e materiais, reunia estilos bem diferentes e ecléticos de várias épocas e lugares, “surgindo assim publicamente o poder da burguesia, um poder que apareceu grandioso, infinito e esmagador.”<sup>69</sup>

Percebemos que as construções induziam um sentimento de magnitude e infinito nos obscuros e grandes edifícios e instituições, assim como a monótonas e repetitivas e idênticas fachadas das casas dos operários. Nessas casas, segundo Bresciani, a tonalidade do material de construção e o severo despojamento das paredes pesadas faziam com que o ambiente se assemelhasse ao que era empregado nos muros das prisões e asilos. Assim como Foucault, essas cercas estavam bem estabelecidas e simbolizavam a impossibilidade de se libertar do novo cotidiano imposto pela classe dominante.

Essas construções são o marco do poderio burguês em muitas capitais e grandes cidades europeias. Bresciani utiliza a avaliação de Hobsbawm<sup>70</sup> sobre o mundo capitalista do

<sup>66</sup> Ibidem, p.46-47.

<sup>67</sup> BRESCIANI, M. S. M. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 5, n° 8/9, 1985, p. 35-68. grifos no original.

<sup>68</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>69</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>70</sup> BRESCIANI, p.44. Utiliza HOBBSAWM, Eric J. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, caps. 13, 14 e 15, para analisar como as grandiosas construções surgiram na paisagem urbana das grandes cidades europeias como exemplo do poderio do dinheiro aliado ao da tecnologia, introduzido pela primeira vez na arquitetura.

século XIX, que afirma ter sido a arquitetura burguesa “uma linguagem de símbolos sociais”, a expressão da sua autoconfiança, manifestada nas construções cuja dimensão não tinha nada a ver com a finalidade que se destinava.

O poder e dinheiro aliado à tecnologia e a imprensa, pela primeira vez, fez um projeto de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, assim como outras capitais e cidades ser, na realidade, um projeto de mudança de hábitos e costumes. Assim temos um projeto não só de remodelação do urbano, mas também do social.

### **1.3 Perdas no ritmo e na rotina de vida.**

Seguindo esta problematização de um projeto de reurbanização que está sendo implantado na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX para o século XX percebemos que este foi um tempo em que o ritmo da vida é modificado, passando a ser marcado pela aceleração, as novas ideias e invenções que desafiavam a imaginação. A delimitação e rotina do espaço e do tempo serão elementos cruciais neste projeto de modernização. A conquista de como lidar e organizar o tempo e o espaço se realizará com muito mais intensidade nesse período.

Quando os homens passam a viver nas cidades serão confrontados por um espaço em permanente mudança, assim como, por um tempo preciso e dividido no qual ele não tem mais o domínio: o tempo do capital. Como explica Marcia Diogo, “a Capital Federal tem um tempo acelerado e pulverizado em um espaço de estranhamento pautado pela transformação, com mudanças contínuas e rápidas da estrutura física e das referências identitárias da cidade.”<sup>71</sup>

O desenrolar da vida cotidiana das pessoas torna-se regulado pelo tempo e espaço. Há tempo para tudo: comer, dormir, trabalhar, se divertir, tudo tem uma hora marcada para acontecer. As pessoas tem o mesmo relógio para cumprir uma rotina diária de tarefas que se alinham de acordo com a nova vida baseada no trabalho e ao centro da cidade. Com isso se institucionaliza medidas de tempo que se confundem e se popularizam para marcação do tempo cada vez mais rigorosa: hora, minutos; são os relógios de torre, pulso, calendários, alarme da fábrica, sinal da escola, etc.

Segundo Jacques Le Goff<sup>72</sup>, o tempo foi conquistado e dominado pelo homem moderno, e essa conquista foi importante para o projeto de modernização do século XIX, pois permitiu o controle do homem sobre o universo, dando-lhe poder. Mas na contra mão desta

---

<sup>71</sup>DIOGO, Márcia Cezar. *O RIO EM REVISTA. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: 1999, p.18.

<sup>72</sup>LE GOFF, Jacques. *Calendário*. In: História e memória. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990. p.486.

conquista o homem moderno se viu subordinado pela disciplina imposta pelo tempo conquistado e, por sua vez, torna-se escravo de si. Mas Le Goff afirma que o domínio do tempo e dos instrumentos de sua mensuração foram percebidos como uma conquista:

A conquista do tempo através da medida é claramente percebida como um dos importantes aspectos do controle do universo pelo homem. De um modo não tão geral, observa-se como uma sociedade a intervenção dos detentores do poder na medida do tempo é um elemento essencial do seu poder: o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos de poder [...].<sup>73</sup>

Le Goff tem por objeto de estudo o tempo medido pelo calendário, não é somente o tempo cósmico que se impõe às sociedades, este é associado ao tempo que é captado e medido pelos homens em sociedade segundo suas estruturas sociais e políticas. Com isso, o controle do tempo não implica apenas uma questão de domínio sobre o tempo físico e cronológico e sim sobre uma demarcação muito rígida dos projetos que giram em torno dos indivíduos e/ou sua coletividade.

Le Goff afirma que apesar do seu êxito, os homens não se contentaram em controlar o tempo por meio dos calendários utilitários. Fizeram-nos também depositários dos seus sonhos e das suas esperanças levados, às vezes, ao nível da quimera e da utopia. O autor sustenta que o tempo é um elemento fundamental para a obtenção de poder e de lucro. Uma vez que através do controle do tempo busca-se a sua regulação e, com isso, dos ritmos do trabalho; como um tempo útil, organizado e disciplinado que permitam a ordem e o controle das classes populares por parte de uma burguesia capitalista.

Essas reflexões sobre o tempo nós fazem entender um aspecto que nos interessa na cidade do Rio de Janeiro do início do século XX. O controle do tempo, nesta cidade, não representa a busca da utopia da sociedade capitalista, mas o desejo da entrada do Brasil no mundo dos países civilizados através de sua Capital Federal. Entendemos que o controle do tempo é uma das ferramentas da classe dominante para controlar e subjugar as classes populares ditando-se regras de convívio e novos hábitos baseados no tempo. Era necessário civilizar-se e isto era sinônimo de modernização e para isso era necessário que o tempo das classes populares estivesse sob controle. Com isso, as classes populares, como afirma Bresciani, perdem seus hábitos, costumes e sua cultura:

O sentido de desenraizamento expresso na perda de identidade social e de formas de orientação multisseculares aparece de forma recorrente elaborando a imagem de uma *crise* de proporção e conteúdo inéditos. Sem dúvida, os termos desarraigado e desenraizado falam do homem arrancado de sua íntima relação com a natureza, mas paradoxalmente apontam uma nova condição humana de vencedor da natureza.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup>Ibidem, p.528.

<sup>74</sup>BRESCIANI, p.36. Grifo no original.

Com esta reflexão podemos analisar junto com Le Goff que o homem moderno vence a natureza e se torna escravo do tempo e de si mesmo tendo como consequência sua perda de identidade, não só individual, mas no sentido de coletividade de uma cultura popular<sup>75</sup>. Consequentemente há uma perda do tempo natural e junto com ela vêm as tarefas repetitivas do trabalho. Desfaz um ajuste entre ritmo do mundo físico capitalista e as atividades sociais humanas, o que implica numa ruptura de uma relação natural e recíproca com o homem e a natureza. Perda que implica na imposição de uma concepção do tempo: abstrato, linear e uniforme imposto agora pelo Estado capitalista. O tempo está ligado diretamente à produtividade e ao tempo do patrão que é o tempo do trabalho, cuja representação aparece como imposição, uma lógica própria exterior ao homem que o subjuga<sup>76</sup>.

Outra perda é na atividade do trabalho. Antes, no campo, o homem produzia de acordo com as estações do ano, clima, lua e de acordo com suas necessidades, era sua condição para produção, com uma finalidade definida por ele próprio sem limitações e/ou imposições externas. Agora com a produtividade ligada estritamente às fábricas, as ferramentas são automatizadas e as máquinas tornam este homem dispensável, sua profissão que antes era ligada diretamente à sua energia, habilidade e intelecto agora não é mais necessária. A arte vinha das suas próprias mãos, mas agora na fábrica ele é mais um, tornando-se dispensável em um processo que tem como objetivo a eficiência e a agilidade da produção fabril. O trabalhador despojado das condições do trabalho é reduzido à mera subjetividade, à força de trabalho.

Uma perda também muito significativa são as relações pessoais que existiam no campo. O trabalhador antes trabalhava junto com a família e quando trabalhava em uma oficina, como artesão ou até mesmo em alguma fazenda, seu relacionamento era próximo ao patrão. Além de possuir um vínculo entre mestre-artesão e seu aprendiz, e a certeza de uma identidade profissional e uma relação paternalista e de confiança. Quando este trabalhador vai para a fábrica a relação muda, a relação entre patrão e operário rompe-se; estabelecendo assim, um caráter puramente mercantil.

---

<sup>75</sup> Por cultura social citamos Roger Chartier em seu artigo *Cultura Popular: revisando um conceito*. O autor debate que a definição de cultura popular é travada a propósito de um conceito que quer delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo a “cultura popular”. Produzido como uma categoria erudita a circunscrever e descrever produções e condutas situadas fora da cultura erudita, o conceito de cultura popular tem traduzido, nas suas múltiplas e contraditórias acepções as relações mantidas pelos ocidentais. Chartier reduz a definição de cultura popular em duas; o primeiro é abolir toda forma de etnocentrismo cultural e o segundo está preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em sua dependência e carência em relação à cultura dos dominantes. CHARTIER, R. “*CULTURA POPULAR*”: *revisando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.8, n°16, 1995, p.179-192.

<sup>76</sup>BRESCIANI, p. 37.

Uma última perda, de acordo com Bresciani, é que o indivíduo que sai dos vilarejos e vai trabalhar nas fábricas ou migra para os centros urbanos em geral leva, com frequência, uma vida mais agressiva nas cidades. A perda do seu habitat tradicional (onde o trabalho artesanal e no campo imperavam, onde a família encontrava condições de trabalho e a vida não era tão dura e miserável) fora inteiramente modificadas pelas exigências do ritmo de trabalho nos centros urbanos<sup>77</sup>.

A cidade moderna e civilizada representa um momento de longo processo de subordinação e opressão das classes populares. A cidade é espaço de transformações e progresso, ela representa o domínio sobre a natureza pelo homem. A cidade moderna, segundo Bresciani, “representa o momento culminante desse longo processo e também o lugar onde se acumulam homens despojados de parte de sua humanidade; em suma, lugar onde a subordinação da vida à imperativos exteriores ao homem se encontra levada as últimas consequências”<sup>78</sup>.

A cidade configura um espaço de transformações, ou seja, do progresso e da história; ela representa a expressão maior do domínio da natureza pelas condições artificiais fabricadas pelo capital ou mesmo pela vida. Assim, temos a elaboração da figura de um sujeito de conhecimento capaz de estabelecer um distanciamento considerado necessário para a observação e avaliação sistemática daquilo que passa a ser designado realidade social.

A relação de exterioridade, corrente na avaliação da natureza, estende-se, no século XIX, como experiência do conhecimento para as relações entre os homens. O olhar analítico e classificador procura imobilizar em momentos sucessivos de avaliação tudo aquilo que vê em constante movimento. O fluxo ininterrupto dos homens no trabalho, dos homens se deslocando pelas ruas, dos homens fora do trabalho, dos homens que vagam recusando-se a trabalhar, dos homens que mantêm expedientes pouco confessáveis: tudo é submetido a esse olhar avaliador.<sup>79</sup>

É a partir desse ponto de vista que vemos a cidade do Rio de Janeiro na virada dos séculos XIX-XX. As especificidades desse processo em espaço particular, como foi o caso da capital fluminense na virada do século, é o material privilegiado pela revista *O Malho*, para nós, um laboratório de observação e de representações das classes populares – e instiga o exame, sobretudo, no que diz respeito às concepções de cidadão dessa revista.

Iremos observar no próximo item como os intelectuais através da imprensa utilizam a revista para observar o comportamento da população para em seguida poder usar estratégias de controle e intervenção sobre este comportamento rotulado como impróprio para a sociedade carioca da época.

---

<sup>77</sup>Ibidem, p. 40.

<sup>78</sup> Ibidem, p.39.

<sup>79</sup> Ibidem, p.41.

#### 1.4 Reflexões sobre os intelectuais e a imprensa

Como já discutimos, a ordem burguesa é marcada pelo processo de desenvolvimento do capitalismo, além da industrialização e da modernização das estruturais sócias, políticas e econômicas, a ordem burguesa gerou igualmente culturas e valores que às representa. No Brasil, na passagem do século XIX para XX, serão esses referenciais de um mundo em profunda transformação que servirão como bases para os projetos modernizadores. No Brasil, em especial, na cidade do Rio de Janeiro, palco de transformações importantes, como o fim da escravidão e a passagem para o trabalho assalariado e a instalação da República, foi intensa a prosperidade do pensamento social com bases nos valores capitalista emanados da Europa. Nessa perspectiva, na condição de capital refundada na República o Rio de Janeiro se torna o principal referencial da *civilização* e do *progresso* para o conjunto do país, a ordem, o controle e a disciplina social, conforme verificados em Foucault e Pechmam sendo as condições primárias e essenciais no processo de reconstrução social e urbana da nova capital. Nesse aspecto, às classes populares foram, em grande parte, destinados os esforços dessas políticas públicas de repressão que busca assentar uma nova sociedade e indivíduos.

Como afirma Gizlene Neder,<sup>80</sup> as noções de progresso, civilização e modernização surgem como valores primordiais na nossa sociedade, sendo todo aquele que se afastam do comportamento padrão de trabalhador (moralizado, higiênico, reconhecido) excluído e classificado como criminoso e/ou propenso a algum desvio de caráter fatal. De acordo com Ana Paula Barcelos<sup>81</sup>, nesse contexto, o ideal do liberalismo foi a orientação ideológica do Estado burguês republicano que em meio as suas concepções de liberdade e autonomia trás a repressão daqueles que fogem de seus padrões.

Segundo a autora: “Este encontro entre modernização liberal e paternalismo delega à sociedade brasileira um aspecto de transposição de ideias da realidade europeia para a brasileira, histórica e socialmente tão definida”<sup>82</sup>. Para Barcelos, que cita Sergio Adorno, as ideias liberais aplicadas a esta realidade se constituíam na base do pensamento de indivíduos que acreditavam que a liberdade era o principal valor a ser conquistado e não a democracia.

Ou seja, era necessário ser primeiramente livre para depois ser democrático<sup>83</sup>. Em outras palavras, eram homens muito apegados à ideia de progresso e se afastavam cada vez mais da ideia de revolução. Esse ideário prevalece na sociedade brasileira, em especial na classe dominante, que dividia espaço com as ideias positivistas onde a noção de progresso era

---

<sup>80</sup>NEDER, op. cit. p.16.

<sup>81</sup>BARCELOS, Ana Paula. *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica das classes subalternas na passagem à modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007, p.28.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 28.

baseada na disciplina e numa ordem rígida. Nesse ambiente, estes ideais ficam mais claros e definidos e orientam o Estado republicando. Iremos analisar e exemplificar esses ideais no próximo capítulo quando analisarmos a revista *O Malho*.

Percebemos o campo intelectual brasileiro, como já afirmamos, se apropriou dos pressupostos teóricos e ideológicos dos estrangeiros. Os autores que pensavam sobre sociedade e política na Europa tinham seus trabalhos acompanhados de perto pelos intelectuais brasileiros. As obras eram trazidas diretamente de seus países de origem, edição original, muita das vezes.<sup>84</sup> Se podia achar essas obras em nossas instituições públicas, como a Biblioteca nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Real Gabinete Português de Leitura e a Biblioteca do Instituto dos Advogados do Brasil, por exemplo. Para Barcelos a presença dessas inúmeras obras que discutem temas sociais preocupavam as autoridades instituídas assim como os intelectuais deste período.

Assim podemos dizer que os intelectuais brasileiros desta época estavam bastante envolvidos com as discussões de sua época e, na passagem para a modernidade, buscaram refletir sobre experiências, práticas e teorias de outras sociedades com vista a realizações de possíveis adaptações de tais teorias a nossa realidade, por essa época, tão diferente do mundo moderno e industrializado europeu. Portanto, notamos uma simbiose de ideias no qual os intelectuais brasileiros desenvolvem suas reflexões acerca da realidade nacional lendo autores estrangeiros e dialogando com estes. Mas essa simbiose de ideias se traduz em discursos, ações e práticas políticas que, embora pautadas em experiências de outras sociedades, muito distinta da nossa realidade na época estudada, se traduziram em ações e discursos específicos ao nosso processo, que guarda suas particularidades.

Portanto percebemos uma circulação de ideias no qual os intelectuais brasileiros desenvolveram suas reflexões acerca da realidade nacional lendo autores estrangeiros e dialogando constantemente com os mesmos. Esta circulação de ideias trabalhada por Barcelos sugere que “nenhum intelectual *pensa* afastado das influências de outros autores, estrangeiros e nacionais, que há um diálogo constante entre os indivíduos de uma determinada época que o faz refletir a realidade sempre em contato uns com os outros (...)”<sup>85</sup>. Ou seja, nenhum intelectual pensa sem a influência externa.

Neste contexto, cabe discutir as reflexões sobre os intelectuais segundo Antônio Gramsci que está diretamente ligada ao seu conceito de hegemonia<sup>86</sup>, compreendendo a

---

<sup>84</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 31. Grifo meu.

<sup>86</sup> Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e

direção moral e política de uma classe quando toma o poder – ou não – sobre as classes oponentes. Nesta direção Gramsci discute o papel dos intelectuais como os que fizeram as relações entre as diferentes classes sociais possibilitando uma visão de mundo mais coesa e única. O autor nos mostra que todas as camadas sociais possuem intelectuais, uns sendo profissionais, outros incluídos nesta categoria por participarem de determinada visão de mundo.

Para Gramsci os intelectuais possuem uma função orgânica<sup>87</sup> bastante importante no processo de reprodução social, na medida em que ocupam espaços sociais de decisão prática e teórica. Mas a principal função desses intelectuais segundo o autor é a formação de uma nova moral e uma nova cultura, que pode ser entendida como uma contra-hegemonia. Quando Gramsci fala da hegemonia como "direção intelectual e moral" afirma que essa direção também se exerce no campo das ideias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social, pois hegemonia "é algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e sobre os modos de conhecer"<sup>88</sup>.

Vencer as forças sociais que se colocam no cenário da história implica, portanto, uma compreensão de que, nesse processo, não se pode levar em conta somente a situação objetiva, mas ainda os elementos subjetivos norteadores de uma consciência de classe crítica e uma independência em relação às outras classes. Cultura e política aparecem aqui como questões inseparáveis, pois cultura é, para Gramsci, um dos instrumentos da práxis política, sendo esta, justamente, a via que pode propiciar às massas uma consciência criadora de história, de instituições, fundadora de novos Estados.

Ou seja, é tarefa dos intelectuais o processo de persuasão, que a supremacia da classe dominante é mantida por longos períodos, uma vez que pelos mecanismos repressivos da sociedade política ela exerce uma dominação pela força, submetendo-os à sua vontade. A impossibilidade de permanecer com esta dominação pelo aparato coercitivo por longo período

---

universalizar-se. Portanto, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo. GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere* - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 3.

<sup>87</sup>Gramsci define duas categorias de intelectuais: o orgânico e o tradicional. O intelectual orgânico é aquele que provém de sua classe social de origem e a ela mantém-se vinculado ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse de classe, sua função é dar homogeneidade e consciência a essa classe, não apenas campo econômico, mas também no campo social e político. O intelectual tradicional é aquele que se vincula a um determinado grupo social, instituição ou corporação e que expressa os interesses particulares compartilhados pelos seus membros. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992, p.108.

<sup>88</sup>Ibidem, p.130.

de tempo requer um trabalho em conjunto com a persuasão, próprio da sociedade civil<sup>89</sup> por meio do qual passa-se do exercício da dominação ao exercício da hegemonia:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da reprodução econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político.<sup>90</sup>

Portanto o conceito de intelectual para Gramsci só pode ser compreendido em sua qualidade de orgânico, significa que vincular-se a uma classe é fundamental engajar-se nas atividades da sociedade civil quanto política. A busca da hegemonia do grupo em que pertence este intelectual é um objetivo, a fim de proporcionar um controle do bloco histórico, Gramsci que os intelectuais ligados a classe burguesa são:

As células vidas de uma sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel, e a transforma em “concepção de mundo” que impregna todo o corpo social. No nível da difusão ideológica, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a “estrutura ideológica” da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, Escolas, sindicatos, partidos, etc.) e de seu material de difusão (mídia). Funcionários da sociedade civil, os intelectuais dão igualmente os agentes da sociedade política, encarregados da gestão do aparelho do Estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exércitos, etc).<sup>91</sup>

Assim, os intelectuais ligados a classe dominante (burguesia) são porta-vozes deste grupo ligado ao mundo da produção e tentam impor maior unidade e consciência da importância de manter esta classe no poder. Para Gramsci a autonomia intelectual é complicada diante da classe dominante isso porque esta última imprime no intelectual o papel de seu representante.

A ideologia hegemônica dominada pela persuasão, pelo consenso, para isso utiliza-se do intelectual. O intelectual ligado a mídia é essencial para propagar a ideologia desejada pela classe dominante submetendo a classe popular a modelos ideais de comportamento e costumes. Com isso, o poder de uma classe sobre a outra acontece pela ideologia hegemônica e não apenas pela força, pela coerção, pois os mecanismos coercitivos, isoladamente, não são suficientes para manter a supremacia social por longos períodos<sup>92</sup>, por isso a classe no poder: “precisa utilizar mecanismos persuasivos inerentes à sociedade civil, o intelectual tradicional.

---

<sup>89</sup>Gramsci defende como arena da luta de classes, a sociedade civil é um âmbito de múltiplas relações de poder e de contradições, lugar de disputas de sentidos entre forças e grupos sociais, “esfera pluralista de organizações, sujeitos coletivos, em luta ou em aliança entre si, (...) luta pelo consenso, pela direção político-ideológica”. COUTINHO, p.18.

<sup>90</sup>GRAMSCI, p.23.

<sup>91</sup>Ibidem, p. 25.

<sup>92</sup>COUTINHO, p. 27.

Somente assim ela pode conseguir um consentimento duradouro, advindo do consenso espontâneo que ela passa às grandes parcelas da população”<sup>93</sup>.

Assim, somente através dos organismos da sociedade civil e de mecanismos persuasivos é que uma classe deixa de ser meramente dominante e passa a exercer a hegemonia na sociedade. Os dominados reconhecem na classe dominante o seu direito de dirigir a sociedade em seu conjunto não pela força, mas pelo consenso. É neste contexto histórico e social que a revista *O Malho* começa a ser publicada. Em uma época em que a pobreza urbana era excluída por diferentes maneiras das questões políticas, sociais e econômicas.

No início do século XX, a identidade nacional brasileira ainda se encontrava em debate e em formação. Pensava-se em uma nação civilizada, moderna e branca, imagem construída pela classe dominante e não condizente com a realidade da grande maioria da população carioca. Veremos no próximo capítulo o posicionamento da revista neste debate e suas ideias a respeito das transformações que então ocorriam no Rio de Janeiro e como os intelectuais utilizavam sobre tudo do consenso para propagar seus ideais.

#### **1.4.1 Função pedagógica social imprensa**

A teoria da hegemonia de Gramsci permite-nos meditar sobre o lugar crucial dos meios de comunicação na contemporaneidade. Os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses.

Por isso é importante a reflexão sobre hegemonia e contra - hegemonia, analisar meios de convencimento, formação e de pedagogia, de comunicação e de difusão de ideologias de mundo e as contradições presentes no período histórico estudado. A referência à valores e formas de ser e pensar tem a ver com um dos reconhecimentos no pensamento crítico atual: é no domínio da comunicação que se esculpe os contornos da ordem hegemônica.

Percebemos ao analisar a revista *O Malho* que a imprensa tem como objetivo reduzir o máximo possível de atrito sobre as ideias contestadoras. A meta é esvaziar as análises críticas e expressões contrárias para evitar confrontos e interpretações que afetariam a ordem social, econômica e política. Percebemos que o controle ideológico dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas sociais e políticos, pois procuram calar outras opiniões e perspectivas diferentes da propaganda pela classe dominante. Podemos dizer que o domínio da imprensa ao mesmo tempo em que minimiza e/ou anula os questionamentos, exerce uma função pedagógica social específica, além de sua função de informar, de propagar notícias.

---

<sup>93</sup>COUTINHO, p. 32.

Com isso temos a opinião pública, que é induzida a pensar que só tem relevância aquilo que os periódicos divulgam.

Marco Morel<sup>94</sup> afirma que nas duas primeiras décadas do século XIX surge, através dos papéis impressos no Brasil a chamada opinião pública:

Há quem a tome de forma literal como personagem ou agente histórico dotado de vontade, tendência e iniciativa próprias. Porém, trata-se, antes de tudo de palavras. A expressão *opinião pública* é polissêmica – e também polêmica. Conhecer a trajetória dessa noção numa determinada sociedade, situada cronologicamente e geograficamente, pode permitir uma aproximação da gênese da política moderna, isto é, pós-abolicionista, cujos discursos invocando a legitimidade desta opinião continuam ter peso importante na atualidade.<sup>95</sup>

Ou seja, a opinião pública para Morel era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais em vontade geral. Podemos considerar que a opinião pública remete a um vocabulário político que desempenhou papel de destaque na construção de espaços políticos e de uma nova legitimidade nas sociedades.

Essa visão percebia no nascimento da opinião em processo pelo qual se desenvolvia uma consciência política no seio da esfera pública. Diante do poder absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado<sup>96</sup>.

Nos periódicos impressos, sobretudo na revista ilustrada estudada, essa opinião pública tinha dois sentidos básicos na época de seu surgimento. Ou era vista como *rainha do mundo*, fruto da elaboração dos sábios e enciclopedistas, sinônimo da soberania da razão, isto é, simbiose entre a opinião e a república das letras.<sup>97</sup> Ou então, no sentido revolucionário, afirmada como resultado da vontade da maioria de um povo, que se expressa através da participação de setores da sociedade em agremiações e organizações políticas que vincula a ideia de democracia direta. Isso que iremos perceber no próximo capítulo ao analisar o discurso da revista *O Malho*, percebemos que a revista se denomina a voz do povo como sendo ela seu representante, sendo na realidade uma replicação de valores e comportamento da classe dominante sobre as classes populares.

---

<sup>94</sup>MOREL, M.. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina de. (Org.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, ed. 2, 2008, v. 1.p. 24.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 33. Grifo no original.

<sup>96</sup> Ibidem, p. 34.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 34. Grifo no original.

“Das entranhas *República das Letras*, segundo Morel, emergiu um tipo ator histórico cujo perfil coletivo tinha traços peculiares.”<sup>98</sup> A imprensa de opinião no meio do século XVIII surgiu à figura do homem público, até então inexistente no território brasileiro: o redator panfletário.<sup>99</sup> Com as mudanças culturais vinda com a modernidade política surge o homem de letras, em geral visto como portador de uma missão política e pedagógica. É o tipo de escritor patriota, difusor de ideais e pelejador de embates e que achava terreno fértil para atuar numa época repleta de transformações.

Os letrados não tinham o mesmo perfil dos filósofos iluministas nas reflexões de Morel. Foi a partir do processo de Independência dos Estados Unidos, Revolução Francesa e os movimentos liberais que surgem esse intelectual tão característico desses início da Era Contemporânea. Surgem as publicações de livros, mas, sobretudo, a publicação de impressos imediatos de combate, de apoio, ataque a pessoas ou a facções e de propagação de novas ideias, dirigidos ao povo e à nação.

No início do século XIX no Brasil, como se sabe<sup>100</sup>, foi fundamental à esses novos agentes sociais a influência europeia, tanto no discurso como nas práticas sociais. O perfil desses novos intelectuais podia ser repartido em duas grandes tendências: de um lado, um heterogêneo conjunto de escritores patrióticos e de outro os liberais. E dentro deste panorama cultural altamente mutável que se encontra a primeira geração de redatores brasileiros. Nesta época, não eram chamados de jornalistas, mas sim de redatores ou gazeteiros, os jornais eram chamados de gazeta, folha ou periódico<sup>101</sup>.

Nessa primeira geração da imprensa brasileira não havia incompatibilidade entre local, nacional e internacional, nem entre dimensões opinativas e informativas: cotidiano e questões locais misturavam-se com discussões doutrinárias acerca dos rumos que o Estado e a nação deveriam tomar, as especificidades no que diz respeito às notícias nacionais e internacionais não guardando distinções. O que se conhecia de imprensa periódica é bem diferente do que conhecemos atualmente.

Era necessário possuir algum recurso financeiro para colocar uma revista para circular, mas não era preciso ser rico para tal. A revista possuía um formato pequeno e com poucas páginas e com anúncios escassos. Segundo Luca, tanto os periódicos governistas como os oposicionistas tinham seus respectivos espaços e possuíam alcance semelhante. Da mesma forma, no que diz respeito à sua aquisição, não era necessário que seu consumidor fosse um

---

<sup>98</sup> Ibidem, p. 35. Grifo no original. A *República das letras* é como o autor Marco Morel se refere a um conjunto de letrados e escritores no início da República que emergiu um tipo de ator histórico cujo perfil coletivo possuía traços impares.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 35.

<sup>100</sup> LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, ed. 2,2008, v. 1.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 83.

privilegiado no aspecto social, pois normalmente o valor dos periódicos foi acessível para todos, até mesmo para um escravo de ganho que se interessasse por sua leitura<sup>102</sup>.

A maioria dos homens de letras dessa geração independente do seu posicionamento político escrevia no chamado estilo panfletário, uma das fases mais criativas e vigorosas dos debatedores políticos mundiais e, da imprensa brasileira segundo Tania de Luca, só vindo a desaparecer na segunda metade do século XX. O estilo panfletário tinha a capacidade de convencer e de atacar, possuía um espírito mordaz e crítico, linguagem literária, sátira, requerendo ao mesmo tempo densidade doutrinária ideológica e agilidade para expressar e situações específicas e circunstanciais, uma visão de mundo geral e definida.

Outro impacto a nível local era os pontos de venda e circulação da imprensa como os espaços urbanos das principais cidades brasileiras. As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras. Segundo Morel, os pontos de venda dos impressos, leituras coletivas e cartazes e papeis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporavam-se ao cotidiano da população.<sup>103</sup>

Nota-se que as tipografias e livrarias compunham um comércio tanto para Luca como para Morel, elas não estavam apenas situadas nas ruas do comércio, mas vendiam também produtos diversificados como; roupas, bijuterias, perfumes, mármore, remédios, louças, etc... O livreiro e/ou tipógrafo instalado principalmente a Rua do Ouvidor ganhou dinheiro não só com a venda de livros e periódicos, mais também como a venda de mercadorias diversas.

Segundo Ana Luiza Martins, os primeiros passos da imprensa brasileira foram marcados pelo periodismo voltado para as causas políticas e, em menor escala, para as manifestações literárias<sup>104</sup>. A imprensa ampliou suas funções como prestadora de serviços, num quadro econômico e social mais complexo, que permitiram a alguns órgãos transformarem-se em empresas.

Ilka Cohen<sup>105</sup> nos apresenta um rápido retrato da imprensa brasileira; constituíram sempre desde suas primeiras publicações evidenciando as raízes políticas da atividade jornalística constituíram sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações. Junto com as publicações oficiais, nasciam as folhas de oposição nas pequenas cidades, na capital da província ou na própria Corte. Do

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>103</sup> MOREL, op. cit., p.38.

<sup>104</sup> MARTINS, op. cit., p. 57.

<sup>105</sup> COHEN. Ilka. *Diversificação e segmento dos impressos*. In: Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina de. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p.104.

núcleo original de oposição saíram outros grupos, multiplicando-se as tendências e aumentando o número de impressos lançados como instrumento de política.

A precariedade da nossa indústria gráfica obrigava os interessados em edições mais cuidadas a imprimir no exterior como foi o caso da revista *Kosmos* (1904).<sup>106</sup> Essa condição se modificou no início do século XX, quando a modernização das técnicas de impressão. Ilustração e introdução de cores possibilitaram o aumento do número de páginas, a elaboração de capas atrativas e maiores triagens. Assim multiplicaram-se os títulos impresso expostos em locais de jornais – estações ferroviárias, charutarias, quiosques e livrarias; assinaturas eram vendidas por agentes espalhados por todo o país. Os jornais diários alcançaram porte expressivo segundo Cohen, graças à introdução das rotativas, ao incremento das formas de publicidade e ao aumento da rede de distribuição decorrente do crescimento da malha ferroviária<sup>107</sup>.

O crescimento e a diversificação do mercado editorial embasaram-se na modernização técnica e na ampliação do mercado leitor além da crescente melhoria na economia urbana. Cohen explica que houve um desdobramento no setor editorial com seu crescimento e diversificação. Há uma ruptura entre jornal e a revista.

O jornal normalmente diário e vespertino, abrangendo desde as disputas políticas até o descarrilamento do trem do subúrbio. À revista reserva-se a especificidade de temas, a intenção de aprofundamento e a oferta de lazer, tendo em vista os diferentes segmentos sociais: religiosa, esportivas, agrícolas, femininas, infantis, literárias ou acadêmicas, essas publicações atendiam a interesses diversos, não apenas como mercadorias, mas ainda como veículos de divulgação de valores, ideais e interesses.<sup>108</sup>

Neste sentido, nem sempre é o caráter comercial que marca as iniciativas; ao contrário, havia toda uma linhagem de publicações destinadas à defesa de interesses específicos. Muitos órgãos constituíram-se sob a forma de diários, seminários e mensários com o propósito explícito de dar voz a categorias sociais, como é o caso da revista ilustrada *O Malho* como veremos a diante.

Às revistas ilustradas daquele começo de século XX ficou reservado o campo da diversão, distração e do prazer, seduzindo o leitor com textos leves e com imagens. Nos primeiros anos a sensação de novidade e da possibilidade de mudança transbordava nos discursos dos homens públicos, literatos e da imprensa. Coincidindo com um novo século, novas perspectivas pareciam promissoras, após, passado o período conturbado dos tempos iniciais da República. Quando o quadro político adquiriu maior estabilidade, igualmente

---

<sup>106</sup>Ibidem, p. 105. Grifo no original.

<sup>107</sup>COHEN, p. 107.

<sup>108</sup>COHEN, p. 105.

surgiu um leque de novidades técnicas e da ciência que pareciam não ter fim, abrindo assim uma nova era em que tudo parecia possível.

A tração animal era substituída pelos bondes elétricos, os primeiros automóveis, símbolo máximo da modernidade, começaram a circular pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, os postes de luz substituíram os lampiões de gás, os apitos das fabricas marcavam o ritmo da cidade. A novidade era a matéria-prima da imprensa; coube os jornais e às revistas, segundo Luca, a síntese dessas sensações, por meio de suas crônicas, noticiários e dos comentários editoriais.<sup>109</sup>

Ana Luiza Martins observa a respeito desse gênero: de variedades, praticamente todas o eram, ainda agrícolas, esportivas ou femininas, pois em seu interior os assuntos e as seções se diversificam para agradar ao respectivo público e aquele que poderia ainda conquistar. Neste cenário destaca-se a temática de prestígio ao viver urbano.

Recomposto na crônica do cotidiano torna-se um retrato ameno da vivência social. Ainda que seja difícil aferir a recepção dessa imprensa, é possível afirmar que ela constrói e dá sentido a complexidade do real, atribuindo valores positivos ou negativos ao momento vivido. Assim, a produção do espaço urbano assume nas publicações um papel expressivo, na medida em que materializa o almejado “progresso”, modificando hábitos, costumes e estilo de vida.<sup>110</sup>

A celebração do progresso marca um período na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. A Capital Federal é vista exemplo das transformações e da modernização constante. A preocupação em se adequar aos padrões de modernidade e a inspiração europeia estiveram na base do imenso debate desencadeado através da imprensa em torno do projeto de reforma urbana do Rio de Janeiro, o famoso e tão mencionado bota - abaixo do prefeito Pereira Passos que coincidiu com a campanha de vacinação obrigatória da febre amarela, essas intervenções teriam como fato gerador a necessidade de transformar a Capital Federal numa cidade moderna, civilizada e adequada aos padrões de modernidade aspirados.

Há, portanto, uma apropriação do estilo de vida europeu pelas classes dominantes, este processo é importante de modo a entendermos as mudanças comportamentais desse grupo que acentuam ainda mais as desigualdades sociais. A busca de homogeneização dos padrões dominantes leva a se perceber as classes populares como inferiores e as torna alvo de políticas públicas autoritárias. Desenvolveremos melhor esta reflexão, quando vermos como o discurso da revista *O Malho* foi utilizado para homogeneizar padrões de pensamento e comportamentos.

É neste contexto histórico e social que a revista começa a ser publicada. Uma época em que a pobreza urbana era excluída de diferentes maneiras das questões políticas, sociais e

---

<sup>109</sup>LUCA, op. cit., p. 131.

<sup>110</sup>COHEN, op. cit., p.111. Grifo no original.

econômicas. No início do século XX, a identidade nacional brasileira ainda se encontrava em debate. Pensava-se, em continuidade a alguns dos padrões do século XIX, uma nação civilizada, moderna e branca, imagem construída pela classe dominante e não condizente com a realidade da grande maioria da população carioca. Veremos no próximo capítulo o posicionamento do periódico neste debate e suas ideias a respeito das transformações que ocorreram no Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO 2

### REVISTA ILUSTRADA *O MALHO*

#### 2.1 A Revista

A revista ilustrada *O Malho* começou a circular na cidade do Rio de Janeiro no dia 20 de setembro de 1902. Seu fundador foi o jornalista Luís Bartolomeu de Sousa e Silva<sup>111</sup> tendo como diretor artístico e coproprietário o chargista Crispim do Amaral<sup>112</sup>. No início de 1903 - 31/01/1903 (exemplar número 20, ano II) - Raul Pederneiras<sup>113</sup> e Kalixto Cordeiro<sup>114</sup> assumem juntos a direção da revista sendo os responsáveis pela criação da charge da capa, assim como pela produção da coluna “Chronica.”<sup>115</sup> Em dezembro de 1903 Raul Pederneiras comunica sua saída, com isso Kalixto segue sozinho à frente da direção da revista a partir de janeiro de 02/01/1904 (exemplar número 68, ano III).

A coluna “Chronica” geralmente traz ao leitor um resumo dos acontecimentos da semana e dá ênfase ao fato que mais chamou a atenção na semana ou no período em questão, nela, percebe-se claramente, os ideais e as vontades do cronista expostas na coluna. Nota-se um tom debochado, irônico, cômico e com uma linguagem mais simples e direta, além de

---

<sup>111</sup> Luís Bartolomeu de Souza e Silva (Rio Preto (MG) no dia 3 de outubro de 1864 – Rio de Janeiro em 25 de julho de 1935) cursou a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro e participou do Batalhão de Jovens Republicanos, sendo promovido a alferes e transferido para o Paraná logo após a proclamação da República. Nos primeiros anos de 1900 afastou-se das forças armadas e retornou ao Rio de Janeiro. Na então capital federal desenvolveu intensa atividade na imprensa, trabalhando na redação do jornal *O País* e atuando como diretor de *O Malho*, *Ilustração Brasileira* e *O Tempo*. Em outubro de 1905 lançou a revista *Tico Tico*, primeiro periódico brasileiro em quadrinhos dedicado ao público infante-juvenil. No ano seguinte fundou o *Almanaque do Tico Tico*. Exerceu um único mandato político, como deputado federal pelo Paraná, entre os anos de 1918 e 1920. Durante sua gestão, promoveu campanha pela jornada de oito horas de trabalho para os comerciários e propôs a criação de uma ponte que ligasse as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, a construção de um Mercado Modelo no Rio e a instalação de armazéns frigoríficos no Cais do Porto carioca. . LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 932.

<sup>112</sup> Crispim do Amaral (Olinda, PE, 1858 – Rio de Janeiro, 1911) foi ator, decorador, jornalista, pintor, desenhista e caricaturista brasileiro. Editou no Pará o jornal *O Estafeta* em 1879, totalmente ilustrado por ele. Viaja para Paris em 1888, e de volta ao Brasil, segue para o Rio de Janeiro, onde funda as revistas *O Malho*, *A Avenida*, *O Pau* e *O Século*. LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 985.

<sup>113</sup> Raul Pederneiras (Rio de Janeiro, 1874 – 1953) foi Bacharel em Direito e ao longo da sua vida desenvolveu um lado artístico, exercendo as funções de caricaturista, poeta, cronista, homem do teatro, jornalista militante e professor de Belas Artes. Juntamente com J. Carlos e Kalixto integrou a tríade mais famosa de caricaturistas fluminenses da Primeira República. LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*, vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 989.

<sup>114</sup> Kalixto Cordeiro, mais conhecido como Kalixto, Kalixto ou K. Lixto (Niterói, 1877 – 1957) foi caricaturista, desenhista, ilustrador, litógrafo, pintor e professor brasileiro. Iniciou suas atividades artísticas em 1890 na Casa da Moeda, onde assistiu às aulas de modelagem ministradas por Artur Lucas e as de gravura, xilogravura e química, dadas por José Vilas Boas. LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4 vol. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

<sup>115</sup> Adotaremos a palavra “Chronica” – com “chr” e sem acentuação - como a revista ilustrada *O Malho* adotou durante todo seu período em circulação e seu emprego sempre será entre aspas. Não iremos alterar a forma escrita adotada pela revista, pois achamos de fundamental importância empregar a forma original como se apresentava na revista para ser fiel ao discurso adotado pela revista. Quando nos referirmos à crônica estamos nos remetendo à atualidade e todos os significados que ela implica.

sempre enfatizar que o interesse do “povo” esta acima dos interesses políticos. Optamos por estudar especificamente a coluna “Chronica” e as charges porque são simples e diretas, possuindo um requintado acabamento para quem interpretar a coluna e as charges por nós escolhidas, além de percebemos que a coluna “Chronica” e as charges possuem uma interação que merece ser analisada.

Vale destacar que, a partir do exemplar número 20, (31/01/1903 do ano II) quando a revista muda o seu diretor artístico assumindo o cargo Kalixto e Raul Pederneiras, nota-se que a revista assume um caráter mais político do que social, dando mais ênfase aos debates políticos, característica que se tornará o tema central na revista em todo período por nós examinado. Em decorrência desse traço mais político do periódico, a coluna “Chronica” ganha um tom mais sério e formal. O tom antes debochado ganha um ar mais crítico em relação à política e aos políticos.

Percebe-se também que a revista aprova e divulga os projetos do governo e suas medidas de austeridade sobre a população carioca, além de claramente se opor as manifestações populares da época, o que torna o discurso adotado pela revista ambíguo e contraditório, pois, *O Malho*, afirma que apoia a população, mas, ao mesmo tempo, defende a estratégia de austeridade contra as classes populares. Percebemos este discurso ambíguo e iremos refletir sobre isso mais a frente, quando analisarmos as charges.

A partir do exemplar número 88 (ano III data de 21/05/1904), *O Malho* a partir deste exemplar não identifica mais na capa o nome do seu diretor artístico, que além de ser o responsável pela edição da revista era também o responsável pela criação e assinatura da charge da capa e assim como, da coluna “Chronica”.

Agora, a coluna “Chronica” começa a ser identificada pela assinatura de Ruy Vaz<sup>116</sup> a partir do exemplar 90 (04/06/1904 no ano III) que torna a coluna voltada exclusivamente para o debate político, deixando de lado o campo social. Por fim, após o exemplar 132 (25/03/1905, ano IV) a coluna ganha um tom mais ameno, debochado e mais simples passa a ser assinada por J. Bocó<sup>117</sup> que permanecera a frente da coluna “Chronica” até o final do período estudado 24/12/1910 (exemplar número 432 do ano IX). Sob a assinatura de J. Bocó observa-se que a coluna em foco passa a ter um discurso mais direto ao leitor e com

---

<sup>116</sup>Rui Vaz pseudônimo utilizado por Aluizio de Azevedo (1857-1913) nasceu em São Luís, Maranhão. "O Mulato" de sua autoria foi o romance que iniciou o Movimento Naturalista no Brasil. Foi também caricaturista, jornalista e diplomata. É membro fundador da Academia Brasileira de Letras. A revista ilustrada *O Malho* escreve de duas formas o cronista Ruy Blas ou Ruy Vaz. Nós entendemos que se trata da mesma pessoa, pois a forma de se expressar é a mesma. Adotamos o Ruy Vaz, pois é a forma que permanece na revista por mais longo tempo e é como as referências bibliográficas se remetem a Aluizio de Azevedo. DIOGO, Márcia Cezar. *O RIO EM REVISTA. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade católica do Rio de Janeiro, 1999.p. 66.

<sup>117</sup> Não conseguimos identificar a quem pertencia o pseudônimo referente a J. Bocó.

informações locais e de cunho social, mas ainda assim continuam imperando as informações políticas.

*O Malho*, segundo Diogo, “é a revista que mais valoriza a polêmica, embora dê seu apoio incondicional aos projetos da cidade.”<sup>118</sup> No seu programa editorial fica claro que a revista deveria representar a ideia do combate, luta e do enfrentamento de forças dentro da sociedade carioca. “Talvez por isso fosse a publicação de maior número de autores assinando com pseudônimos.”<sup>119</sup> A historiadora afirma que nenhum autor da revista ilustrada *O Malho* revela seu verdadeiro nome. Não sabemos se é a proposta de humor da revista fazendo piada com os leitores, assim, no anonimato o autor ganhar mais liberdade ao escrever as críticas mais azedas.

Para Diogo:

O pseudônimo representava, assim, para os cronistas um artifício que lhes garantia liberdade. Liberdade para se multiplicar no mercado, escrevendo em várias publicações para garantir a sobrevivência, liberdade de criação, pois a máscara utilizada permitia aos cronistas escreverem em vários estilos e sobre os mais diversos temas da cidade.<sup>120</sup>

Com efeito, percebemos que o anonimato, atribuído ao pseudônimo, era também um fator significativo em uma cidade que se modernizava, e que, ao destruir e construir prédios e novas ruas, assim como ao projetar novos traçados urbanos alterava definitivamente identidades individuais e coletivas.

Percebemos também que o discurso da revista muda de acordo com seu diretor artístico. Assim, o discurso e a informação transmitida mudam de acordo com a personalidade, os ideais, costumes e crenças do diretor artístico que está no momento gerenciando a revista. No que diz respeito à escolha com relação ao discurso adotado pela revista observa-se que além do responsável pela edição – no caso, o diretor artístico – o proprietário da revista também interferia no material a ser publicado.

A grande quantidade de charges e crônicas que estudamos sobre a questão da higiene, da desapropriação e da reurbanização e modernização da cidade como um todo leva-nos a acreditar que os chargistas, assim como os cronistas, repercutiram os acontecimentos políticos e sociais como também atuaram como atores sociais desse momento, colocando em prova o desafio de governar um país que ainda conservava os traços de uma sociedade escravista e colonial, e que, ao mesmo tempo tentava se modernizar a partir dos padrões europeus.

A partir das análises dessas inúmeras charges e crônicas, foi possível chegar a duas (2) possibilidades: a primeira corresponde a noção de que os chargistas e cronistas *d' O Malho* se

---

<sup>118</sup> DIOGO, op. cit. p.66.

<sup>119</sup> Ibidem.

<sup>120</sup> DIOGO, op. cit., p. 70.

apropriaram dos debates a cerca da reforma urbana que a cidade do Rio de Janeiro estava passando naquele momento e levantaram a bandeira daqueles que se sentiam lesados pela reforma. A segunda possibilidade é o fato que os chargistas e cronistas, assim como, seus diretores e o proprietário serem, sobretudo, expressão dos valores, símbolos e simpatias políticas compartilhadas entre seus pares e profissionais da imprensa ilustrada.

Sendo assim, até que ponto podemos dizer que essa revista seja simples expressão dos interesses dos governantes ou que o seu conteúdo e a estrutura narrativa de diversas charges e crônicas tenham sido resultado de negociações firmadas entre o governo e o editor? Como é provável que as reuniões e debates que aconteciam na redação da revista reduziam a autonomia e a identificação desses profissionais? Estas indagações são apenas hipóteses, especulações que não temos como comprovar.

Sobre essa indagação Livia Silva afirma em sua dissertação que: “É inegável a influência assumida pela opinião dos editores e dos pactos que se estabeleceram entre os governos e os proprietários de jornais e revistas na produção caricatural de nosso país ao longo do século XX.”<sup>121</sup> Segundo afirma Rodrigo Patto de Sá Motta<sup>122</sup> “as imagens expressam, mais do que a opinião do autor, o ponto de vista do jornal ou periódico em que foram publicadas.” Neste sentido o autor, chega a conclusão de que “muitas caricaturas foram produto de discussões na redação, gerando ideias que acabaram corporificadas nos desenhos.”<sup>123</sup> Ainda sobre esse problema cabe salientar o historiador Herman Lima que, por sua vez afirma que a cultura política de Luís Bartolomeu de Souza e Silva teve clara incidência sobre os desenhos de humor de seu periódico, conforme destaca “daí a necessidade de averiguar como o dono de *O Malho* se apropriava das representações da política correntes à época.”<sup>124</sup>

Com efeito, há poucas informações sobre o proprietário Luís Bartolomeu, entretanto, o que conseguimos descobrir sobre ele nos oferece alguns nortes. Sabemos que ele passou pela Escola Militar da Praia Vermelha, ingressou no Batalhão dos Jovens Republicanos<sup>125</sup> e que,

---

<sup>121</sup>SILVA, L. F. P. *O Povo no imaginário dos letrados: As representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho (1904-1908)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2014. p.52.

<sup>122</sup> O autor analisa as charges veiculadas na imprensa no período anterior ao golpe de 1964. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe de 64 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

<sup>123</sup>MOTTA, apud SILVA, p. 54.

<sup>124</sup>LIMA, op. cit., p.73.

<sup>125</sup>Nos anos finais do Império, a Escola Militar da Praia Vermelha tornou-se um lugar de mobilização e formação política na cidade do Rio de Janeiro, havia uma interação social entre novos alunos, veteranos e jovens oficiais. O clima intelectual entre os alunos foi marcado por um amplo e variado conjunto de ideias positivistas e meritocrático, esses elementos associado à origem social geralmente os alunos viam da classe popular, fizeram com que a Escola Militar se tornasse local de desenvolvimento de uma contra-elite, em sua maioria republicana. No decorrer dos anos com o incentivo de alguns professores, entre eles Deodoro da Fonseca, alunos e jovens oficiais participaram ativamente da campanha abolicionista e principalmente no movimento que terminaria por

como outros indivíduos do seu tempo, escreveu artigos criticando os rumos do regime instaurado a partir de 1889 no país. Segundo informações de Guilherme Tenório<sup>126</sup>, Luís Bartolomeu foi preso por participação no episódio da Revolta da Armada em 1893<sup>127</sup> e por seus ideais políticos. Podemos notar no proprietário da revista que em sua trajetória política há uma forte influência dos ideais cientificistas e positivistas europeus.

Os intelectuais da época pensavam em um caminho moderno para o Brasil em conformidade com os moldes europeus. Nesse caminho a monarquia e a escravidão não podiam mais existir, os vestígios desta “antiga sociedade” eram vistos com maus olhos e, conseqüentemente, como um entrave para a entrada do Brasil na modernidade.

Nessa perspectiva, a Escola Militar da Praia Vermelha foi local de gestação de uma cultura política centrada na ideia do soldado-cidadão<sup>128</sup>, responsável por liderar o processo de inclusão política do povo de forma disciplinada. Luís Bartolomeu teve forte influência sobre os desenhos de humor, assim como nas crônicas de seu periódico, conforme salienta o historiador sobre caricatura Herman Lima<sup>129</sup>, por isso temos a necessidade de averiguar como o dono da revista ilustrada *O Malho* se apropriava das representações políticas da época, o que veremos mais adiante. Segundo afirma Livia Silva, o passado do proprietário da revista *O Malho* em matéria de opções política partidária é um fato importante na sua formação e escolhas políticas de colorações republicanas associada ao positivismo do fim do Império:

Portanto, é provável que o discurso dos chargistas, bem como a utilização de símbolos presentes nos discursos dos caricaturistas guarde relações com a simpatia política do fundador da revista, opositor ao governo de Rodrigues Alves e, portanto, à grade parte das ações e medidas executadas por ele.<sup>130</sup>

Podemos então concluir que o fato de levantarmos a suspeita de que era divulgado pela revista era resultado de negociações entre o governo, editor e o proprietário, viabiliza a compreensão de que as charges e crônicas *d’ O Malho* refletem, em sua maioria, em alianças

derrubar a monarquia e instaurar a República. Esse movimento republicano gerado por esses jovens foi nomeado com mocidade militar e a Escola Militar da Praia Vermelha apelidada de Batalhão dos Jovens Republicanos. Informações retiradas do autor: CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.36.

<sup>126</sup>TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Representações dos populares nas revistas ilustradas*. In: XIII Encontro Regional de História Anpuh, Seropédica. 2008.p.6.

<sup>127</sup>Aconteceu no ano de 1891, em represália à maneira de atuar do então presidente da República Marechal Deodoro da Fonseca que, ao ver-se diante de sérios problemas para lidar com os partidos políticos contrários ao governo - representados pela nata cafeicultora -, resolveu tomar uma atitude radical, fechar o Congresso, transgredindo a Constituição de 1891. Uma ação coletiva por parte de alguns centros da marinha, entre eles o da Baía de Guanabara, que se revoltaram e prometeram atacar a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. DIOGO, op. cit., p.34.

<sup>128</sup>CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1995.

<sup>129</sup>LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4 vol. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.p.123.

<sup>130</sup>SILVA, op. cit., p.53.

que se firmaram um discurso de apoio mútuo entre o governo republicano e o proprietário da revista.

O endereço inicial da redação e da oficina da revista ficava na Rua do Ouvidor, nº 125, em 19 de março de 1904 mudando-se sua sede para o número 7 e 9 da mesma rua. Assim, A sede da revista estava localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, “no mais significativo endereço da cidade, a Rua do Ouvidor que, durante o século XIX até inauguração da Avenida Central era considerado o centro da elegância e sinônimo do atual e moderno”<sup>131</sup>, em outras palavras, local de encontro com as novas tendências vindas da Europa. Embora a abertura da Av. Central tenha secundarizado o lugar da Rua do Ouvidor na representação de modernidade a antiga rua se manteve como referência do novo e como lugar dos encontros da intelectualidade carioca e nacional.

De acordo com Marcia Diogo<sup>132</sup>, a revista era de grande formato físico medindo 32 cm x 23 cm, contendo, no seu início, entre 24 a 30 páginas, o miolo em papel jornal e papel couché. Sua encadernação era tipo “canoas”<sup>133</sup> e a cada edição traziam uma capa diferente dando destaque a um personagem ou algum evento que se destacou durante a semana, na medida em que sua publicação era semanal. No decorrer dos anos a revista ganha mais páginas com a inclusão de anúncios e propagandas além da criação de novas colunas, como a seção “Postas Feminino” – coluna direcionada ao público feminino – com isto, no ano de 1910 já possuía 50 a 60 páginas.

No que tange a sua estrutura *O Malho* incorporou os gêneros e as formas das revistas ilustradas. Na primeira página circulava a seção “Chronica”, trazendo um comentário dos fatos que chamaram mais atenção durante a semana e, nas páginas seguintes, o espaço da revista era ocupado por fotografias, charges, e seções como “Bigorna da Câmara”, “Carrilhão do Senado”, “Theatrics”, “Sports”, “Caixa d’ O Malho” e “Álbum de Oedipo”.

*O Malho* segue os padrões habituais das revistas ilustradas da época estudada. Elas têm em comum uma estrutura fragmentada de conteúdo atual e ligeiro. Trazendo análise e comentários sobre os principais fatos da semana ou do mês, conforme o período de sua publicação. De acordo com Tenório, no Brasil: “as primeiras revistas desse tipo começaram a circular na primeira metade do século XIX, a exemplo da *Niterói*, que era impressa em Paris.”<sup>134</sup> Ainda segundo o historiador, na segunda metade do século XIX as revistas

<sup>131</sup>DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p.129.

<sup>132</sup>DIOGO, op. cit., p.20.

<sup>133</sup>Na encadernação canoa os cadernos são encaixados uns dentro dos outros, sendo fixados por grampos na dobra dos formatos abertos. O número total de páginas tem que ser múltiplos de quatro. In: LIMA, op. cit., p.104.

<sup>134</sup>TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009, p.39.

humorísticas tiveram seu “primeiro surto”<sup>135</sup> no Brasil, destacando-se no período a famosa Revista Ilustrada, de Ângelo Agostini<sup>136</sup>.

Com relação ao *Malho*, percebemos que a revista apresenta um panorama do que acontecia no Brasil e no mundo em suas ilustrações – charges e caricaturas – além dos textos literários. Assim, nas páginas da revista vemos um extenso trabalho voltado ao cotidiano do Rio de Janeiro e aos desdobramentos da política nacional e internacional.

*O Malho* era publicado semanalmente e sua distribuição chegava à rua todos os sábados. No que diz respeito à sua circulação, a princípio, a revista era distribuída apenas no Estado do Rio de Janeiro, mas com o passar do tempo foi comercializada em outros Estados, como observamos na tabela abaixo publicada no exemplar número 15 do ano de 1902 de *O Malho*.

Figura 1

<p><b>•O Malho•</b>.—E' encontrado á venda nos estabelecimentos dos nossos agentes nas seguintes localidades :</p> <p><b>ESTADO DE S. PAULO</b></p> <p>Guimarães &amp; Gonçalves — S. Paulo — Rua Rosario 23. charutaria Carioca.          Magalhães &amp; C. — Santos—rua Santo Antonio 86.          Antonio Serpa Sobrinho—Jahú.          Antonio Pereira—S. Carlos do Pinhal.          Major José Luiz Nepomuceno — Taubaté.          Mario Corrêa — Jundiahy.          Queiroz &amp; Campos — Amparo. S. Paulo.          Kadamante dos Santos — Ribeirão Preto.          Viuva Mathey — Campinas.</p> <p><b>ESTADO DE MINAS GERAES</b></p> <p>Armando B. da Cunha—S. João d'El-Rey.          Ataliba Campos — Juiz de Fora—rua Halfeld n. 159 A.          João Cezano dos Santos — Ouro Preto.          Joviano &amp; C.—Bello Horizonte.          Maximiano Caminha—Caxambu.          Frederico Kibeiro de Oliveira — Itabira do Campo.</p> <p><b>ESTADO DO RIO DE JANEIRO</b></p> <p>Francisco Luiz de Oliveira—(Agente do Correio)—S. João da Barra.          José da Silva Porto — Barra Mansa.          Francisco-Mendes de Mendonça -Cunha.</p> <p><b>NORTE</b></p> <p>João da Silva Freire — Bahia — rua Chile 27.          Agostinho Bezerra — Recife—Agencia Jornalística, rua do Imperador.          José Martins—Belém—Pará.          M. J. Ramalho—Maceió—Alagoas—rua Boa Vista 47.          Antonio Pereira Ramos de Almeida—S. Luiz—Maranhão—rua da Palma 3.          Nelson Costa &amp; C.—Victoria—rua 1.º de Março 14.</p> <p><b>SUL</b></p> <p>Angeal Rocha &amp; C. —Curityba—Paraná.          Borio &amp; C.—Paranaguá.          José Mauricio de Lima—Curityba—rua 15 de Novembro 80.          Pintos &amp; C.—Pelotas—Rio Grande do Sul.          Pintos &amp; C.—Porto Alegre—Rio Grande do Sul.          Pintos &amp; C.—Cidade do Rio Grande—Rio Grande do Sul.</p>
--

Fonte: *O Malho*, ano I, número 15, 27 de dezembro de 1902, p.09.

<sup>135</sup> Ibidem.

<sup>136</sup> Ângelo Agostini (Vercelli, Itália, 1843 - Rio de Janeiro, 1910) foi um desenhista ítalo-brasileiro que firmou carreira no Brasil e foi o mais importante artista gráfico do Segundo Reinado. Sua carreira teve início quando estouravam os primeiros combates da Guerra do Paraguai (1864) e prolongou-se por mais de quarenta anos. LIMA, op. cit., p.87.

O valor do exemplar nos primeiros três (3) anos em circulação custava 200\$, em 17/12/1904 (exemplar número 118 do ano III), o preço foi alterado para 300\$ e permaneceu com este valor até 1910. Tanto para Marcia Diogo como para Guilherme Tenório, “a revista *O Malho* tinha um preço bastante acessível a uma parcela da população letrada”<sup>137</sup>, Tenório estende a afirmativa de Diogo e diz que “a revista de Bartolomeu era vendida inicialmente por 200\$ e manteve o valor de 300\$ entre 1904 e 1910, o que equivalia ao custo do transporte público da época. Já a assinatura anual correspondia aos montantes de 15\$000 e 25\$000 para o interior e o exterior respectivamente”<sup>138</sup>. Vale destacar que, o preço relativamente baixo, a princípio, sugere o caráter popular da revista.

A precariedade da nossa indústria gráfica obrigava os editores mais caprichosos a imprimir no estrangeiro, como foi o caso da revista *Kosmos*, o que onerava o custo da revista. Essa condição foi alterada no início do século XX, “quando a modernização das técnicas de impressão, ilustração e introdução das cores possibilitaram o aumento do número de páginas, a elaboração de capas mais atrativas e maiores triagens.”<sup>139</sup>

## Figura 2

---

<sup>137</sup>DIOGO, op. cit., p.21.

<sup>138</sup>TENÓRIO, op. cit., p.41.

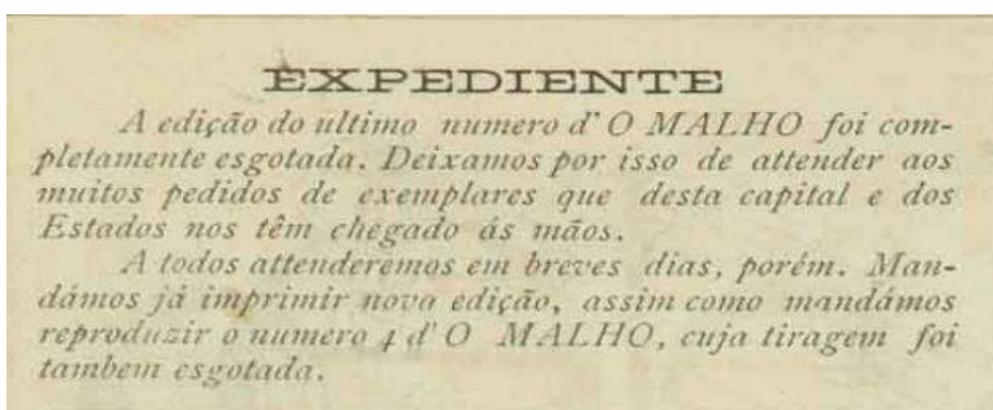
<sup>139</sup>DE LUCA, op. cit.,104.



Fonte: *O Malho*, ano I, número 2, 27 de setembro de 1902, p.3.

### Figura 3

#### EXPEDIENTE



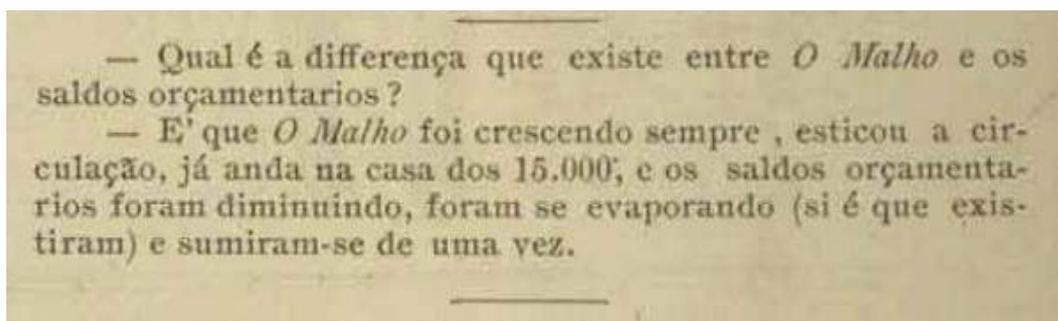
Fonte: *O Malho*, ano I, número 4, 08 de novembro de 1902, p.3.

Nos dois (2) agradecimentos acima retirados da revista *O Malho*, respectivamente das edições (27/09/1902 e 04/11/1902), podemos perceber no início que a impressão era limitada

e baixa. Esse este tipo de agradecimento e informação a respeito da impressão do exemplar anterior estará disponível em breve se repete pelos próximos anos da revista.

No que toca a triagem d' *O Malho* os dados referentes aos anos de 1905 e 1906 indicam entre 35.000 a 40.000 exemplares a cada número, um exemplo bem significativo do aumento dos exemplares impressos da revista que começou a circular em 1902 com a triagem de aproximadamente 15.00 exemplares e em menos de 5 anos mais tarde dobrou sua vendagem.

**Figura 4**



Fonte: *O Malho*, ano I, número 12, 06 de dezembro de 1902, p.3.

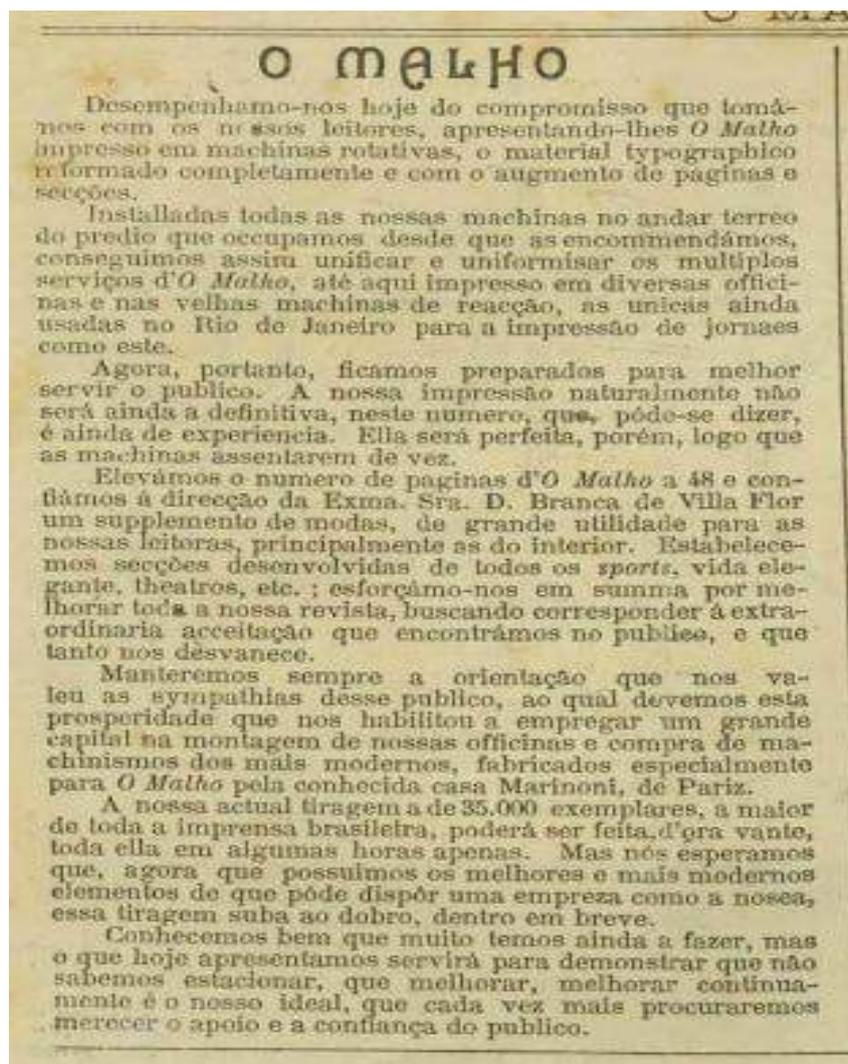
Temos que levar em conta que tal volume de exemplares têm ligação direta com a implementação das maquinas rotativas Marinoni, técnica inovadora de impressão adotada pelos periódicos brasileiro da época.<sup>140</sup> As revistas e jornais conseguiram alcançar maior abrangência e aumentar sua tiragem “graças à introdução das maquinas rotativas ao desenvolvimento das formas de publicidade e ao aumento da rede de distribuição decorrente do crescimento da malha ferroviária.”<sup>141</sup>

No exemplar abaixo, a revista informa oficialmente que comprou as maquinas rotativas Marinoni e que esta aquisição tornou capaz de atender sua tiragem atual de 35.000 exemplares e aumentaram o número de páginas oferecido pela revista.

**Figura 5**

<sup>140</sup> Ibidem. p.43.

<sup>141</sup> DE LUCA, op. cit., p.104.



Fonte: *O Malho*, ano IV, número 153, 19 de agosto de 1905, p.03.

## 2.2 A revista como instrumento de modernização

A revista foi escolhida para análise por causa de seu discurso singular e diferente em relação ao jornal diário. *O Malho* transmite uma mensagem sempre atual e com uma nova imagem que procura atrair o público. Moderna, inclusive em sua forma, a revista traz uma proposta baseada no tempo, passando a noção de velocidade, agilidade e instantaneidade que marcarão seu discurso sobre os temas da cidade do Rio de Janeiro.

E mais precisamente escolhemos utilizar as charges, pois, de acordo com Luís Guilherme Sodrê Teixeira: “na charge o sentido dramatiza as ações do sujeito para além da imediaticidade.”<sup>142</sup> Entretanto segundo o autor esse sentido que a charge desvenda para denunciar vontades e fantasias nada tem a ver com o sentido que a razão aponta como relação de intelecto deste sujeito com a realidade.

<sup>142</sup>TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodrê. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2005, p.77.

[...] a razão, não determina apenas uma maneira de ver o mundo, mas também produz um modo privilegiado, exclusivo e excludente de conhecê-lo e ordená-lo. Para ela, o real faz sentido por si próprio, *tal qual é*, de modo que o que não tem sentido “não existe”. Por outro lado, é através da linguagem que a razão articula o sentido do real; sendo assim, na charge, cujo o traço não passa pelo texto escrito, seu sentido não é o que falta à razão, mas o que está além dela,[...].<sup>143</sup>

Então podemos perceber que o significado de uma charge não está nela mesma, carregada de temporalidade, mas no que ela esconde – seu sentido, que o desvenda e explica. O sentido da charge para Teixeira é produto de um personagem mediação, inserido numa realidade sem parâmetro. “Ele resulta, então, de uma ruptura que permite que um personagem atue como *outro* do sujeito real, articulando por ele emoções, sentimentos, delírios e fantasias.”<sup>144</sup>

Além do trivial e do nosso dia-a-dia a charge mergulha no cotidiano político em busca de um sentido fora do que a razão determina como real, além do que ela supõe uma verdade única, mantendo-se afastado dos limites e determinações exteriores, a si próprio, o sentido ultrapassa o sujeito numa personalidade de acordo com Teixeira. A charge não-senso significa a produção de sentido como instância privilegiada de expressão. Além do bom – senso da charge não é falta, mas excesso, ele significa que, nela, há sentido.

É de pura ambiguidade que estamos tratando e iremos retratar até o final do nosso estudo sobre a revista *O Malho*. Conforme Teixeira analisa a ambiguidade é um mecanismo que estrutura a linguagem da charge quando ela mergulha na realidade para produzir um sentido fora dele. Então podemos concluir que a charge incorpora a razão para depois negá-la.

Estudaremos a charge como um instrumento de crítica política, ela investe no bom senso e no senso comum que alteram e racionalizam as relações sociais; declarando assim, como “porta-voz” da sociedade, interpretando a notícia, expressando um determinado ponto de vista, transformando o fato numa consciência sobre ele. Além do discurso ambíguo da charge temos outro elemento que é a agressividade.

Continuaremos a citar Teixeira para explicar a forma de agressividade que é marcada pela aliança entre sujeito e personagem, sendo que a agressividade na charge é exercida em ambos:

Sem nuance, gradação ou medida, o personagem incorpora a carga de agressividade imaginária dirigida ao sujeito através de uma relação de transferência de um para o outro. A partir do sujeito do qual se apropria, agressivo é o modo de ser do personagem, o estilo de sua forma, fundamental para que a charge aprofunde o impacto visual de seu discurso, mobilize as emoções e desperte a consciência dos que a observam.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup>Ibidem, p.78. Grifo no original.

<sup>144</sup>Ibidem.

<sup>145</sup>Ibidem, p.83

Isabel Lustosa<sup>146</sup> tem uma posição diferente desta apresentada por Teixeira; para ela a charge é cordial e amena. Pela análise das charges e crônicas observamos na revista estudada que o seu discurso se aproxima das reflexões feitas por Teixeira e é este conceito que iremos adotar.

Com relação a abordagem sobre os fatos, de acordo com Diogo: “as revistas trazem um jornalismo que sublinha sobre as informações da semana ou do mês, o viés temático e literário, e oferece belos projetos gráficos, recreação e humor.”<sup>147</sup> Enfim, uma proposta singular frente ao jornal de circulação diária que passa rapidamente sobre as notícias, ao passo que, na circulação semanal ou mensal as notícias eram mais trabalhadas e revistas nos textos – colunas – e nas imagens, para que seus leitores, entre outras coisas, pudessem fazer uma leitura da rotina da cidade e do projeto de modernização em curso.

Por isso, semanais ou mensais, as revistas vão ter uma importante interferência no cotidiano da cidade difundindo uma nova escrita, forma, imagem, sobretudo um novo sentimento de modernismo que se pretendia alcançar, não só na cidade do Rio de Janeiro, mas em todo o país. Para Diogo, a revista se relaciona com o tempo e tem a noção de publicação periódica, um movimento sequencial, circular, uma visão de lapso de tempo percorrido e retomado presente no discurso do texto<sup>148</sup>, assim, segundo a autora:

De uma forma especial, a revista, que não é uma publicação diária, retoma um período mais amplo de tempo e o transforma em discurso. Em sua definição etimológica a ideia de revista traz a noção de algo que é *re visto*, que está sempre sendo revisado. O objetivo da publicação é passarem revista ao final de cada semana ou de cada mês o que julgasse mais significativo ao rever o acontecimento a revista, pela mão dos que nela escrevem e dos que mantêm em circulação, está, de alguma maneira, mapeando e atualizando um projeto de futuro, já que esse é sempre o horizonte de sentido da leitura que faz o presente e do passado.<sup>149</sup>

No caso do Rio de Janeiro é fácil identificar de que forma a revista *O Malho* realiza a transformação de seu discurso em particular com espaço e o tempo vivido. Assim é ressaltado a cada semana o mesmo discurso reafirmando o projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro e a necessidade de mudança nos hábitos e costumes da população. Desta maneira propagam novas rotinas de se agir e vestir em suas crônicas, charges, poemas e fotografias que revelam o desejo de uma classe dominante capaz de julgar, subjugar e propagar o que acreditam ser as expectativas de todo um país.

### Figura 6

#### ANÚNCIOS

<sup>146</sup>LUSTOSA, Isabel. *Humor e Política Na Primeira Republica*. Revista USP, v. 3, 1989, p. 53-64.

<sup>147</sup>DIOGO, op. cit., p.15.

<sup>148</sup>Ibidem, p.26.

<sup>149</sup>Ibidem, p.26. Grifo no original.



— Não me acompanhe, já disse!  
— Perdão... É para seu bem, V. Ex., não sabe que a polícia prende as mulheres que andam solteiras?

**Mathusalem.** — O mais afamado vinho do Porto.

O Sr. Cossenza da fábrica de calçado da rua da Lavradio, tem se visto atormentado com a gripe dos operários. Bem sabe as linhas com que o Sr. Cossenza se tem coberto?

**Ophelia** — Queris um halito de rosas e os dentes brancos e limpos? Usal o pó dentifricio Ophelia, Caixa 12500; na rua dos Andrades n. 83.

Não ha mais pó da Europa no mercado. O Sr. Namo já telegraphou para a Europa encomendando o tal pyrethro. Por isso é que o Barata anda por ahí tão valente.

— Vêz é cêntim?  
— Eu lá tenho musculos para isso, hémem!

**Collares e Clarete.** — Bebam os de Manoel da Costa Oliveira.

A mulher ao marido, vendo-o pôr no bolso um revólver, no dia da eleição:  
— Que é isso? Armado! Oha que só mesmo o diabo da eleição era capaz de te pôr nesse bello gosto!

**Mathusalem.** — O mais afamado vinho do Porto.

— Eu logo vi que havíamos de ter muitas mortes na eleição.  
— Por que?  
— Porque os chefes electoraes diziam que as eleições haviam de ser feitas com todos os mata-dores.

**Cerveja Christoffel,** a melhor e mais barata; rua Primeiro de Março n. 91.

— Aquillo foi um verdadeiro estrado...  
— Como assim?  
— Pois não viste que sahia á rua todo o pessoal do egulho?

**A CASCATA**

Uma montanha biranta, uma montanha ingrata, cyclopico biquel na olympica Escota, deita cêrros a jubar pela escarpada areata, o collo de crystal da ruia cascata.

Em cima — o sol batendo, em lagrimas de prata, faz resstillar o véo d'essa selvagem Néala; e, em baixo, um negro abysmo, assim como uma fresta que a morte atylava allí, se fonda e se dilata.

Vem de longe a corrente... Immensa pila e rúa, s'engrossa e estreita, corre e chega, pára e fia, e salta, e cê, e estruge e s'espigalha e escôa...

E, no alto da montanha, uma creosoa rôta o loco lancha á flor da lympba, que crepita, e escala uma casca... as azas bate... e vôa.

**DUNSHIE DE ARRANCHES**

**Mathusalem.** — O mais afamado vinho do Porto

**VULTOS E TIPOS**



A lagunas do S. José

**Oh!... Ophelia.** — Queris um halito de rosas e os dentes brancos e limpos? Usal o pó dentifricio Ophelia, Caixa 12500; Rua dos Andrades 83.

**Perfumaria L. QUARRÉ**

**Preços de alguns productos**

Agua da Colonia, 12500 s. ....	115000
Extractos para lenços (perfumes variados) 25 s. ....	25500
Ones perfumados, 25 s. ....	25500
Brilliantina esocreta, ....	25000
" " Líquida 25 s. ....	25500
Pasta dentifricia, ....	12500
Pó de sabão para barba, ....	12500
Pó dentifricio, ....	12500
Pó de arroz (toalhões), ....	25500
Dito " " (papel), ....	12500
Amilho, clisr dentifricio, ....	12500
Essencial, pó, ....	12500
Agua de Quina, ....	25500
Capillaris (maravilhoso remédio contra a calvície), ....	25500
Loções para a cabeça, 25000 s. ....	25000
Agua Florida, ....	12500
Agua de Lavanda, ....	25500
Agua de Fôr de Laranjeira, ....	12500

**40 Rua Gonçalves Dias 40**

**A Tuberculose pulmonar cura-se com o PULMONAL.**

Fonte: *O Malho*, ano II, número 23, 21 de fevereiro de 1903, p. 15.

Na página acima de *O Malho* de 1903, podemos perceber de forma bem clara como o anúncio – propaganda – é intenso, repetitivo e objetivo. Em uma única página o pó dental Ophelia aparece três (3) vezes, o vinho Mathusalem outras três (3) vezes, a cerveja Christoffel uma (1) vez e o vinho Collares e Clarete uma (1) vez. Para uma só página, há um excesso de anúncios o que se reproduz na maioria das páginas durante toda a revista e este formato se replica durante todo o período estudado, 1902 a 1910. Podemos concluir que a revista não só visa lucro, mas também está tentando impor uma nova maneira de consumo, um estilo de vida com novos hábitos que propõe uma mudança na rotina diária das pessoas.

Pelo discurso apresentado na revista notamos no todo que *O Malho* está destinado à classe dominante. Voltada para uma família de classe média que tem condições de consumir os produtos anunciados nas propagandas ou, em última instância, quando acessada pelas camadas populares, visa levar a elas padrões de comportamento burgueses das classes dominantes.

A revista é um veículo de comunicação que traz uma linguagem mais ágil e atraente como já dissemos, atingindo o público com um discurso direto e objetivo e os anúncios ilustram muito bem este projeto de disseminação de novos hábitos e costumes. O Rio de Janeiro no início do século XX está em um processo de afirmação como instrumento de informação e de comunicação social em que a revista se dirige ao público que se alarga, apesar do alto índice de analfabetismo, tendo grande importância na formação da “opinião pública”.

Embora nossa problemática não seja a alta taxa de analfabetos no Rio de Janeiro no início do século XX é importante levantarmos uma análise sobre alguns índices que nos permitirá pensar sobre a dimensão das pessoas capacitadas à leitura na cidade. Diogo cita Flora Sussekind para mostrar o censo de 1900:

[...] de acordo com o censo de 1900 somente 33,1% dos 13.422.259 de habitantes do Brasil eram alfabetizados, número complementados por Sylvania Damazio para o contingente de analfabetos na cidade do Rio de Janeiro, que no ano de 1906 atingia um total de 390.371 de uma população de 811.443 habitantes.<sup>150</sup>

De acordo com Diogo só uma pequena parcela da população tem acesso aos ideais de modernização veiculados pelas revistas e jornais da época, uma pequena elite com recursos financeiros para qual eram destinados tais periódicos. “A noção de público leitor fica restrita no Rio de Janeiro e, mais ainda, no Brasil desse período, à pequena parcela letrada da população”<sup>151</sup>. A versão do moderno e os ideais de como se tornar uma pessoa moderna que os meios de comunicação divulgavam ainda não estavam ao alcance da maioria.

Podemos perceber que esta minoria letrada da população é o reflexo de um projeto de cidade ilustrada e de população civilizada. Esta minoria representa uma população que se apropria do discurso de europeização como se fosse desejo de todos. Assim, a imprensa, representando diretamente um pequeno grupo, fala em nome de todos. Diogo descreve que esta família brasileira é para quem as revistas se dirigiam na época:

As revistas portanto, como destacam em seus textos frequentemente, se dirigiam à *família brasileira*, mesmo que saibamos que por família brasileira deva-se entender aquelas famílias que possuem condições financeiras não só para comprar as revistas, como também para frequentar os lugares refinados mencionados em suas páginas e usar a moda que elas veiculam. Coerentemente como projeto maior no qual se inserem e, por um viés muito particular, expressam que não apenas não se dirigiam às famílias pobres de trabalhadores das sub-urbs da cidade, como também as faziam desaparecer da cidade tal como parecia retratada em suas páginas, com exceção das menções aos que sendo pobres, transgrediam pelo crime a ordem estabelecida e aparecia nas colunas policiais.<sup>152</sup>

---

<sup>150</sup> Ibidem, p.25.

<sup>151</sup> Ibidem, p.26.

<sup>152</sup> Ibidem, p.25. Grifo no original.

Já Tenório assevera que “*O Malho* teria sido uma revista universal com ampla circulação entre trabalhadores da Central do Brasil, entre os carroceiros e os membros de associações.”<sup>153</sup> Tenório afirma que o grande indicador do público era o preço dos exemplares ao mesmo tempo em que se contradiz dizendo que é preciso atentar para a existência de outros leitores cuja relação com a revista não demandava necessariamente que sua voz fosse ouvida ou seus direitos reivindicados.

Assim, podemos perceber que o público leitor realmente era eclético e de diversas classes sociais. Mas não podemos concordar com Tenório que a revista era direcionada para o público operário e proletariado, pois no discurso e nas charges analisadas da revista percebemos evidências bem claras de um discurso apaziguador e propagador de ideais positivistas europeus.

### **Figura 7**

#### *DIREITO POR LINHAS TORTAS*

---

<sup>153</sup>TENÓRIO, op. cit., p.42.



Fonte: *O Malho*, ano III, número 89, 03 de maio de 1904, p. 27.

Escolhemos esta charge para ilustrar como o discurso da revista atinge todas as classes, até mesmo as classes populares iletradas. Com as ilustrações bem humoradas publicadas no periódico, podemos perceber que o discurso de *O Malho* pretende chegar até a população iletrada. Mesmo não tendo condições de adquirir os produtos ofertados pela revista, as classes populares estavam sendo informadas através dos desenhos, fotos, propagandas e charges o que estava circulando na sociedade. A população através deste mecanismo consegue perceber o que deve ser consumido e quais lugares frequentar. Assim, o periódico consegue inserir as classes populares no pretendido mundo moderno e civilizado, revelando o que é moderno, atual, correto, o que deve ser usado e quais lugares frequentar para obter um *status* melhor nesta nova sociedade moderna do Rio de Janeiro.

Este novo estilo de vida moderno não era só referente à vestimenta. Esta nova sociedade moderna, branca e civilizada tem que frequentar lugares culturalmente simbólicos,

mesmo que, muitas vezes, não entendendo do que se tratava, mas tinham que participar dos encontros líricos, saraus, teatros, cafés, etc. Os periódicos legitimavam quais eram os lugares a serem frequentados. Para isto, muitos não tinham condições financeiras de manter este novo estilo de vida exigido e esta é a crítica desta charge.

Naquela época não era qualquer pessoa que se formava em direito, como sugere a charge, conclusão tirada pelo título e pelo diálogo entre pai e filho. Mas, mesmo esta pessoa, não tinha condições de se manter nesta sociedade que exige cada vez mais investimento na aparência e na cultura. Pela aparência do pai, percebemos que a família não pertence à classe dominante, ou que talvez, os novos padrões da geração do filho em acelerada modernização implicam no empobrecimento da família. Em todo caso fica claro um confronto entre o velho e o novo, civilizado e o costume e percebemos que neste conflito, o destino da modernidade sendo imposto a qualquer custo.

O filho está pretendendo entrar para esta nova sociedade civilizada e moderna e para isto precisa ter roupas adequadas, frequentar lugares corretos, ou seja, mudar seu estilo de vida. O discurso irônico do periódico retrata um modesto rapaz a almejar esta nova sociedade, legitimando e fortalecendo a desigualdade social. Observamos uma diferença gritante na vestimenta e o trato social entre pai e filho, entre o moderno e o civilizado em contraste com o antigo e pobre.

Podemos observar que a população que *O Malho* representa não é tão abrangente. Seu discurso de crítica é ambíguo, apontado para a política republicana, mas reproduzindo a visão de mundo dominante, em especial em relação às classes populares. Criticar a política, *malhar* a política republicana, não significava combater o autoritarismo contra as camadas populares. Ao contrário, este era constantemente ratificado nas páginas da revista.

Ainda no que se refere ao contexto histórico do surgimento da revista, está surgiu no começo do governo de Rodrigues Alves (1902-1906), sucessor de Campos Salles (1898 – 1902), o ex-conselheiro do Império havendo prometido ao início do seu governo a transição do Rio de Janeiro de cidade atrasada e bárbara para uma cidade moderna e civilizada, balizada nos moldes europeus.

Para Ana Luiza Martins<sup>154</sup> o início do século no Brasil marca a consolidação do regime republicano notadamente depois de efetuada uma série de alianças políticas de âmbito federal, estadual e municipal para alavancar a implantação de determinados interesses. Por sua vez, no Rio de Janeiro, Capital Federal e centro financeiro e político da recém - instituída

---

<sup>154</sup>MARTINS, A. L. *Revistas Ilustradas a Serviço da República: imagem, literatura e técnica*. In: Armando Malheiro da Silva; Maria Luiza Tucci Carneiro; Stefano Salmi. (Org.). *República, Republicanismo e Republicanos. Brasil, Portugal, Itália*. 1ª ed. Coimbra - Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011 , p.136.

República, os projetos de modernização acompanharam o aumento da população e a incorporação de novos hábitos e tecnologias para acompanhar o ritmo da cidade, a exemplo do telegrafo, dos bondes, entre outras inovações.

Por outro lado, a favor do ordenamento espacial e moral da cidade do Rio de Janeiro estiveram atrelados praticas de controle e exclusão social que iam desde a derrubada dos cortiços retirada das ruas de pessoas indesejadas – mendigos, prostitutas, negros – “classes perigosas”<sup>155</sup>, sendo estes levados para presídios, hospícios e asilos.

Esta disciplinarização da vida cotidiana estabeleceu parâmetros para definição de quem era ou não cidadão da República. Podemos dizer que assim foram estabelecidas barreiras para a construção da cidadania brasileira. Logo, as práticas do novo regime socializavam as pessoas a partir de determinados perfis pré-estabelecidos dentro de um modelo excludente de crenças, hábitos, cultura e atitudes que pertenceriam à rotina estabelecida entre a população carioca presente nas páginas de *O Malho* e de outros periódicos do seu tempo.

---

<sup>155</sup>O termo classes perigosas citado neste trabalho foi trabalhada por Sidney Chalhoub em seu livro: *Cidade Febril*. O autor esclarece que este termo foi utilizado na década de 1840 pela escritora Mary Carpenter, para definir as pessoas que eram perigosas. Ela as definia como aquelas que cometiam crimes, pessoas que já passaram pela prisão e/ou haviam optado por obter seu sustento e de sua família através da prática de furtos e não do trabalho. Chalhoub reflete como este conceito foi discutido aqui no Brasil na Câmara dos Deputados nos meses que se seguiram à abolição da escravidão em maio de 1888. CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20.

### 2.3 O Malho e a História da imprensa no Brasil

A imprensa chegou ao Brasil junto com a Corte de Dom João e manteve um diálogo com esta rotina de costumes da população carioca. Segundo Sodré, nesse contexto já nos é possível observar as novas funções que assume a imprensa, que perde seus contornos de um primeiro tempo artesanal para, nos anos finais do século XVIII e iniciais do século XIX, se organizar essencialmente em sintonia com os estímulos do capitalismo. Nesse ambiente, as dificuldades criadas pela metrópole portuguesa para a interdição da circulação de impressos no Brasil foram esforços infrutíferos face à dinâmica dos novos interesses a que se associou a imprensa.<sup>156</sup>

A abertura dos portos brasileiros ao comércio com as nações amigas em 1808 facilitou o contrabando principalmente de impressos em escassas folhas de periodicidade inconstante – jornais, gazetas e/ou folhetos. De acordo com Sodré, lia-se “cada vez mais e cria-se então um ambiente mínimo para estabelecimento de uma imprensa: já que havia escassos leitores e começava a surgir infra-estrutura para o desenvolvimento da imprensa.”<sup>157</sup>

Acompanhando este raciocínio, Tania Regina de Luca<sup>158</sup> afirma que a produção artesanal de impressos, graças a incorporações dos avanços técnicos, começou a ser distribuída por processo de caráter industrial, marcados pela especialização e divisão do trabalho no interior da oficina gráfica. As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor, antes eram exercidos por uma só pessoa, posteriormente começando a se separar e especializar-se.

Se por décadas, a luta política constituiu-se no moto fundamental do jornal-tribuna, razão mesma da existência, os horizontes alteraram-se e a posse das folhas diárias começou a se transformar em negócio, o que exigia de seus donos a adoção de métodos racionais de distribuição e gerenciamento, atenção às inovações que permitiam aumentar a tiragem e o número de páginas, baratear o preço dos exemplares e oferecer uma mercadoria atraente, visualmente aprimorada, capaz de atender ao mercado potencial de leitores, que, por sua vez tornam-se cada vez mais exigente.<sup>159</sup>

De acordo com Paulo Knauss<sup>160</sup>, a imprensa recebeu grande estímulo nos centros urbanos que eram sede da administração governamental por terem os quadros da burocracia a ela vinculados. Além disso, com o passar dos anos, o jornal assumiu o papel de veículo de

<sup>156</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.p. 47.

<sup>157</sup>SODRE, op. cit., p.48.

<sup>158</sup>DE LUCA, Tânia Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto,2015. p. 149.

<sup>159</sup>DE LUCA, op. cit, p.150.

<sup>160</sup>KNAUSS, Paulo (Org.); MALTA, Marize (Org.); VELLOSO, Monica Pimenta (Org.); OLIVEIRA, Cláudia de (Org.); BESSONE, T. (Org.); CARDOSO, Rafael (Org.); MARÇAL, Joaquim (Org.); LOPES, Aristeu Elisandro Machado (Org.); GONÇALVES, Denise (Org.); VERGARA, Moema de Rezende (Org.); CAVALCANTI, Ana (Org.); NERY, Laura (Org.). *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. v.1. Introdução, p. 11.

anúncios públicos, indicando o fortalecimento das praças comerciais, acompanhados do desenvolvimento da oferta e da procura de serviços diversos na sociedade. Segundo o autor:

É nesse contexto que se firmou o *Jornal do Comércio* como principal órgão de imprensa, definindo um modelo apartidário e não polemista. Assim, esse diário se consagrou ao conseguir reunir publicistas conhecidos como Justiniano José da Rocha e José de Alencar, entre outros, acompanhando diretamente as polêmicas sociais daquele tempo sem deixar de se manter isento em matéria de opinião.<sup>161</sup>

No Segundo Reinado, ao lado dos jornais de grande circulação diária destacaram-se as revistas ilustradas que foram ganhando ao longo dos anos lugar de destaque como veículo formador de ideias e espaço de expressão do imaginário social. Assim, na perspectiva de Paulo Knauss:

São as revistas ilustradas que evidenciam claramente a diversificação temática e o direcionamento para públicos específicos da imprensa periódica na segunda metade do século XIX. Como os jornais raramente e de modo muito específico fizeram uso da imagem, as revistas ilustradas definiram um gênero muito particular de periódico. Sua novidade mais importante foi afirmar o papel da imagem na construção da narrativa jornalística.<sup>162</sup>

A ilustração teve diversos usos na imprensa ilustrada caracterizando seu universo bem diversificado de significados. Os diferentes trabalhos editoriais afirmam ou negam, em detrimento de temas, ideias e assuntos com vertentes completamente opostos para determinar o tratamento da imagem na imprensa. A imagem serviu para ilustrar qualquer tipo de assunto e até publicidade como relata Knauss.

Desse modo, como aponta Marialva Barbosa<sup>163</sup>, em seu estudo sobre os diários cariocas entre 1880 e 1920, os jornais lançavam mão de diversos artifícios para atrair o público leitor. Marialva Barbosa utiliza as fotos retiradas das revistas *O Cruzeiro* e *Careta* para evidenciar como estes artifícios foram utilizados para reforçar e servir de padrão de vida das classes dominantes como se fossem universais. Porém temos que nos atentar para o fato que as charges vinculam sentidos opostos as fotografias, fazendo do humor uma ferramenta crítica para a política, como comentamos mais acima.

O malho significa “grande martelo de ferro” de acordo com o dicionário de língua brasileira da época estudada. Quando procuramos o significado do verbo malhar no mesmo dicionário percebemos que além de “bater em alguém”, na linguagem figurada representa “malhar alguém, teimar por persuadir, censurar fortemente alguém”<sup>164</sup>. Então percebemos que a escolha do martelo como símbolo da publicação não foi aleatória, e sim, determinada com a

<sup>161</sup>Ibidem, p.11.

<sup>162</sup>Ibidem, p.12.

<sup>163</sup>BARBOSA, op. cit., p.22.

<sup>164</sup>Significado do verbo malhar e malho retirado do dicionário online: Dicionário da Língua Brasileira 1832, disponível no site: [dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3](http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/3), acesso em 20/07/2017. PINTO, Luís Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832, p.687.

intenção de identificar *O Malho* com a crítica e o escárnio bem determinantes no discurso adotado pela revista nos assuntos políticos e sociais que a mesma virá a tratar.

A título de comparação podemos utilizar a revista *Fon Fon!* da mesma época, lançada por Gonzaga Duque, em 1907, podemos fazer uma analogia que “fon fon” se trata da buzina de um carro o que está ligado diretamente ao apelo à modernidade em que a cidade do Rio de Janeiro esta atravessando. Com este exemplo podemos perceber como as revistas ilustradas da época possuíam um caráter crítico e irônico ao escolher seus títulos. O mais plausível de acordo com Tenório é que as revistas ilustradas abrigavam múltiplos significados<sup>165</sup>, embora estejamos privilegiando a abordagem crítica da dimensão política e social nas charges.

Passamos agora a analisar a capa da revista. Estamos dando ênfase a capa do primeiro exemplar colocado em circulação em 20 de setembro de 1902, quem assina a capa é Crispim do Amaral, como já informado, na época, diretor artístico da revista. Nesta fase inicial, por ser o diretor artístico da revista Crispim era também o responsável pela criação da charge da capa, com já falamos no início deste capítulo.

### **Figura 8**

#### *CAPA*

---

<sup>165</sup>TENÓRIO, op. cit., p.37.



Fonte: *O Malho*, ano I, número 1, 20 de setembro de 1902, capa.

A capa é um elemento muito importante na medida em que estabelece o primeiro contato entre o leitor e a revista. Funciona como um atrativo, pois é necessário despertar o interesse e a atenção do público. A imagem acima, primeira capa da revista *O Malho*, a representação diz para o que veio a revista.

Na imagem em primeiro plano se destaca um homem segurando um martelo pesado sentado em uma bigorna e apontando para uma placa onde, em destaque, na parte superior está escrito: O MALHO, e, mais abaixo, “Semanário humorístico, artístico e literário”. Em seguida, espalhadas pelo chão, pastas que falam sobre política, arte, assuntos diversos, etc. Podemos interpretar que o martelo e a bigorna, por sinal, ambos muito pesados, serão utilizados pelo homem que está sentado. Percebemos que o mesmo está cheio de disposição para “malhar” as pastas espalhadas a sua volta e aponta com a mão orgulhoso o título da revista, mostrando para o que veio, martelar, ou seja, “criticar, censurar” sem piedade o que está nas pastas espalhadas pelo chão e ao mesmo assim afirmar alguns princípios e crenças.

O martelo, de acordo com a interpretação de Tenório<sup>166</sup>, simboliza, entre outras coisas, o trabalho e a vontade ativa constituído como instrumento de direção, poder e autoridade. O subtítulo da revista: “Semanário humorístico, artístico e literário”, aponta para a diversidade da revista, o que era comum na época, e sugere um espaço para debate sobre artes, política, economia, entre outros temas.

Pensamos que este homem é um trabalhador, que tem sua própria oficina ou é empregado assalariado. Pelo seu posicionamento percebemos que ele sabe muito bem o que está fazendo como utilizar as ferramentas bem pesadas e como está posicionado com segurança, além de ter um porte físico que é compatível com quem trabalha com ferramentas pesadas. O homem segurando o martelo, senhor de si, simboliza a força do trabalho e a vontade de se manifestar, fazendo críticas severas as práticas políticas e econômicas.

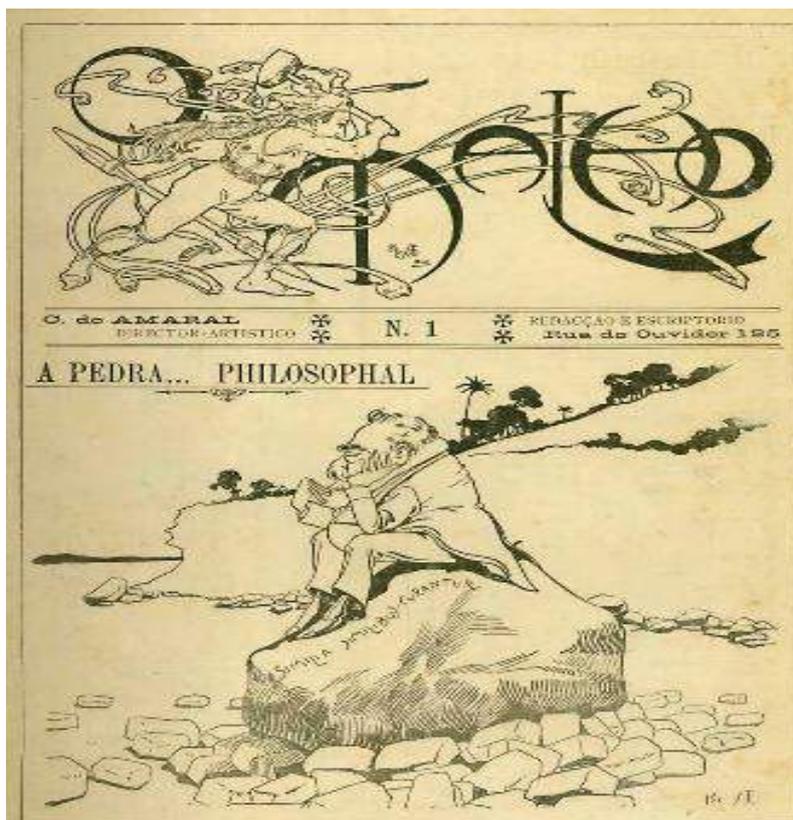
Observamos uma rotina na revista. A primeira capa sempre estampa uma imagem alusiva à reportagem principal. Em seguida, na contra capa, com frequência se recorre às caricaturas dos fatos e/ou de algum político que teve destaque durante a semana, entretanto, estas charges não se referem necessariamente ao mesmo assunto que foi exposto na capa. Na terceira página, na seção “Chronica” encontramos comentários e críticas aos fatos que mais chamaram a atenção durante a semana.

### **Figura 9**

#### *PEDRA PHILOSOPHAL*

---

<sup>166</sup> TENORIO, op. cit., p.38.



Fonte: *O Malho*, ano I, número 1, 20 de setembro de 1902, contra capa.

A contra capa era assinada por Kalixto, além de outras charges ao longo de toda a revista. A contra capa trazia o nome da revista em seu logotipo no qual há um desenho de uma espécie de guerreiro romano que aparece vestido de bobo da corte, que aparenta abrir caminho a golpes de machado. Ao contrário da capa a contra capa abordava assuntos nacionais, como eleições, festas diversas, assuntos de religião e trazendo ao seu público caricaturas de políticos que se destacaram durante a semana.

Além da capa e da contra capa as charges estavam presente em toda a revista, ilustrando pequenas histórias e crônicas, sintetizando na imagem fatos da semana com humor e crítica que eram peculiares ao estilo da revista, sempre procurando articular a caricatura e a reportagem escrita.

Tania de Luca<sup>167</sup> ressalta o papel da revista como propagadora de representações e projetos para o Brasil. A revista constitui assim uma ferramenta de formação de opinião e propagadora de ideais e projetos de uma nova consciência nacional que seria implementada e aparentemente aprovada por toda uma sociedade. Estes interesses de propagação de projetos estão ligados diretamente à uma minoria dominante.

<sup>167</sup>DE LUCA, Tânia Regina. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil. (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.16.

Assim como Luca, Marcia Diogo afirma que as revistas “atuarão como veículos de propagação dos ideais do moderno, configurado como um projeto para esta cidade, que na época gozava do *status* e da função de Capital Federal do Brasil”<sup>168</sup>. Podemos concluir assim que os leitores viam nas páginas da revista os sinais da transição da cidade do Rio de Janeiro para a modernidade. A revista serve como uma janela na qual os leitores observam e percebem o que se passa na sua cidade. Como dissemos, ela defende os ideais da modernidade positivista europeia. Diogo diz que “[...] *O Malho* constituiu-se numa revista que associava humor e crítica social [...]”<sup>169</sup>.

Podemos perceber a importância da imprensa como ferramenta que reproduz o discurso da classe dominante, seus ideais de modernidade e o combate ao passado monárquico. Assim, novos valores e tradições importados da Europa claramente aparecem expostos nas páginas da revista, como Luca e Diogo mencionam, com o objetivo de difundir e habituar os leitores a esses novos hábitos.

As autoras salientam assim o caráter opinativo das revistas da época e ressaltam o papel da imprensa local como propagadora de ideais de civilização e dos projetos de modernização do Brasil. Revistas como *O Malho* tornam-se assim, entre outras coisas, em um instrumento de formação e disseminação de ideais positivistas como a solução dos problemas para o Brasil.

Nesse ambiente, os projetos de urbanização e embelezamento da cidade capital também expressaram uma estratégia no que diz respeito à necessidade da época do país ser visto, no plano interno e externo, com sinais do mundo moderno e em processo de rompimento com seu passado colonial. Desse modo se trata de um período no Rio de Janeiro de intenso confronto entre os símbolos, hábitos e costumes tradicionais do passado imperial, de um lado e, de outro lado, novas ideias modernizadoras expressos pela República.

Nesse contexto, através da dinâmica da revista, os intelectuais propagavam ideais de civilização e projetos de modernização propagados como sendo expressões inequívocas do progresso, por isso, as transformações *devendo* ser assim compartilhados por todos, como um complexo de valores e noções que, por si só, representariam a modernidade almejada. Os ideais presentes e defendidos na revista passa a ideia de um processo natural, inelutável, definitivo e em conformidade com uma ordem geral.

Os caricaturistas de *O Malho* fizeram o mesmo com bastante humor e deboche nas crônicas e charges, em vista de divulgar, ensinar e construir uma sociedade moderna nos primeiros anos do século XX.

---

<sup>168</sup>DIOGO, op. cit., p.14. Grifo do autor.

<sup>169</sup>Ibidem, p.40.

Com o crescimento das cidades os movimentos políticos tomam maior destaque nesse novo cenário histórico no qual toma parte e se destacam os cronistas e chargistas, justamente, por se sentirem em posição de se manifestarem através de uma forma mais leve e informal: o humor. As crônicas, charges e caricaturas seriam artes modernas e originais que são criadas a partir dos fatos, confrontos e histórias que tem como assunto principal a cidade e seus habitantes.

#### **2.4 O Malho e as teorias do humor**

A citação “*Rindo, corrigem-se os costumes*” é frequentemente utilizada nos jornais cômicos do final do século XIX e possui distintas maneiras de formulação e tradução, já que a frase inicial é latina, demonstra sentidos semelhantes: a punição e a correção pela repressão e/ou censura, ou ainda, a tentativa de moralizar os costumes pelo humor. Iremos discutir sobre a hipótese: através do humor temos a tentativa de moralizar os costumes e hábitos da sociedade carioca no início do século XX?

Havia na época um projeto de mudar hábitos considerados inapropriados, atrasados, subversivos à ordem social ou simplesmente atitudes ou costumes *inaceitáveis* para a classe dominante da época. A sociedade possuía, como até hoje possui, “bons cidadãos” que ditam qual a maneira certa de se agir, vestir e qual lugar frequentar. Esses ditos “bons cidadãos” são responsáveis por criticar e julgar toda uma população apontando os hábitos que não concordam. Estes bons cidadãos podemos dizer que são os intelectuais. Formadores de opinião, propagando seus ideais e hábitos, através das páginas das revistas e dos jornais.

Marcia Diogo<sup>170</sup> percebe na revista *O Malho* está influência e chama a atenção para o seu caráter pedagógico. A autora percebe no discurso adotado a transmissão de valores e ideais de um modelo de homem e de país moderno que condena o regime monárquico anterior e seu sistema econômico baseado na escravidão.

Diogo afirma que as colunas de lazer, música, teatro, economia e política são uma ferramenta para introduzir este novo homem em uma nova cidade, Rio de Janeiro, moderna e civilizada. A exploração exacerbada de anúncios que vendem novos hábitos de higiene pessoal, vestimentas e comportamento que irá transformar o dia-a-dia mais prático, ágil e atual perante a vida moderna que se apresenta mais acelerada e que se procurou representar nas páginas d’ *O Malho*. Assim, o homem comum, adota novos hábitos e costumes estabelecidos pela classe dominante.

Percebemos que ambas as autoras, Laura Nery e Marcia Diogo, apesar de pesquisarem épocas distintas, compartilham e chega à mesma opinião: que a imprensa é arquiteta de um

---

<sup>170</sup>DIOGO, op. cit., p.32.

modelo de sociedade moderna e civilizada. Mas será que o homem simples do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro está disposto a mudar sua cultura, seus hábitos e costumes? Mas este assunto será discutido no terceiro capítulo. No momento, nos interessa explorar o lugar do cômico e das caricaturas na idealização, construção e nas representações dos ideais positivistas na revista *O Malho*.

Isabel Lustosa começa seu artigo afirmando que o humor é a marca da imprensa brasileira no início do século XIX:

O humor foi sempre uma marca da imprensa brasileira. Mesmo as grandes folhas do século XIX, com sua péssima paginação, seu amontoado de coluna e de notas, sem manchetes e sem fios a destacá-las, reservaram sempre um espaço, ainda que pequenino, para a quadrinha, a nota maliciosa sobre as figuras importantes do tempo, ou mesmo para a pura e simples anedota.<sup>171</sup>

A caricatura, segundo a autora, só começa a se tornar frequente a partir de 1837, com a publicação da *Lanterna Mágica*. A partir daí multiplica-se as publicações do gênero. Mas, antes de falar sobre caricaturas e charges devemos falar sobre Ângelo Agostini.

Italiano, que chegou ao Brasil em 1867, segundo Isabel Lustosa, Agostini representa a nova arte da caricatura e vai se firmando no meio jornalístico aos poucos, primeiro na imprensa local. É com Ângelo Agostini e sua *Revista Ilustrada* (1876-1898) que se constitui um estilo nacional característico do humor brasileiro. De acordo com Lustosa “predomina no desenho litográfico a técnica do esfuminho, resultado da ação de lápis gorduroso sobre a pedra, afeita às nuances e aos modelados”.<sup>172</sup> Trata-se de um desenho pesado e sem agilidade que guarda muita técnica nos jogos de sombra e formas, remetendo-se mais facilmente ao retrato. As ilustrações da *Revista Ilustrada* funcionavam como verdadeiros substitutos da fotografia que ainda não circulava nas páginas das revistas e jornais da época, conforme relato de Lustosa.

Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos estrearam em datas próximas na imprensa na virada do século XX. Com eles cresce e se populariza a utilização da caricatura nas revistas ilustradas, cada um mantendo seu estilo próprio, que são evidenciados na escolha da temática. Com o início da publicação da revista ilustrada, no *O Malho*, passou-se a desenhar as inúmeras variações do Zé-povo. Sai da cena o índio, criado por Agostini para representar o Brasil, e entra em cena, o Zé-povo, Zé-povinho, homem simples das ruas, português da venda, mulata, a dona de casa, quitandeira, engraxate, enfim, toda população do Rio de Janeiro vai aos poucos surgindo em caricaturas nas páginas da revista. Este é um ótimo assunto a ser discutido, as várias representações e combinações provocativas e carregadas de deboche e de

<sup>171</sup>LUSTOSA, Isabel. *Humor e Política Na Primeira Republica*. Revista USP, v. 3, 1989, p. 53-64.

<sup>172</sup> Ibidem, p.54.

significados em que o Zé-povo foi caricaturado nas páginas das revistas ilustradas na época da Primeira República, não só em *O Malho*.

Raul Pederneiras, por exemplo, se especializará em cenas populares, não fez da caricatura política o seu carro chefe, ao contrário de J.Carlos e Kalixto, que fizeram tipos mais sofisticados da elite e políticos segundo perspectiva de Herman Lima<sup>173</sup>. Ao mesmo tempo são incorporadas novas técnicas de impressão que deixava a charge e a caricatura mais leves. Predomina o desenho mais ligeiro, as capas eram bem elaboradas, detalhadas, o pesado jogo de sombra e formas entrou em desuso.

Como estamos falando particularmente de caricaturar é pertinente levantar o conceito de nosso objeto de análise baseado em Herman Lima.

Essencialmente simbólica no início de sua existência, passa à condição de deformadora com a preconcebida ideia de desproporção, no afã de provocar o riso fácil, pelo ridículo à flor da pele, para chegar até nós, por seu caráter de intencional subjetivismo.

O real valor da Caricatura não reside tão somente em sua intensidade ou no aperfeiçoamento de seu grafismo, mas no que ela sugere. O germe inicial da Caricatura foi, sem dúvida, essa tendência inata que o homem sempre revelou pela imitação. Sentiu-se ele, em todos os tempos, a necessidade de parodiar a própria existência, de repetir por gestos ou palavras ou na reflexão gráfica, empregando os mais variados elementos e instrumentos, seus atos, atitudes, assim como o de seus semelhantes.<sup>174</sup>

Herman continua sua análise sobre a caricatura informando a sua evolução, diz que, a princípio, a caricatura seria um protesto contra as regras estéticas tornando-se uma obra de arte e firma-se com uma expressão positiva e rica de sentido: “A Caricatura, incontestavelmente, possibilita verdadeira incursão no procedimento moral, físico e mental dos caricaturados, sendo o mais perfeito, minucioso e indelével relatório do caráter da sociedade de qualquer tempo.”<sup>175</sup>

Na obra de Herman notamos a sensibilidade dos caricaturistas em perceber detalhes físicos e moral, não só do indivíduo, mas de toda uma sociedade, na qual o caricaturista retrata o cotidiano com seus costumes e fatos marcantes. Há uma comunhão entre o artista e a sociedade em que está inserido, através desta afinidade, aparentemente bem humorada, gera-se não apenas risos, mas são provocadas desconfianças e indagações que os fazem refletir, pensar:

Examinados no seu tempo e no meio, na ressonância que encontraram e na influência que exercem, atingem o mais alto sentido social, represando e por vezes sublimando os sentimentos de seu meio, usando o ridículo e a malícia para estigmatizar os baixos sentimentos humanos. Em face da responsabilidade no quadro social de sua época, ao verdadeiro caricaturista são necessário poder de observação; o estudo perfeito das atitudes psicológicas; memória privilegiada, que

<sup>173</sup> LIMA, op. cit., p.119.

<sup>174</sup> Ibidem, p.07.

<sup>175</sup> Ibidem, p.10.

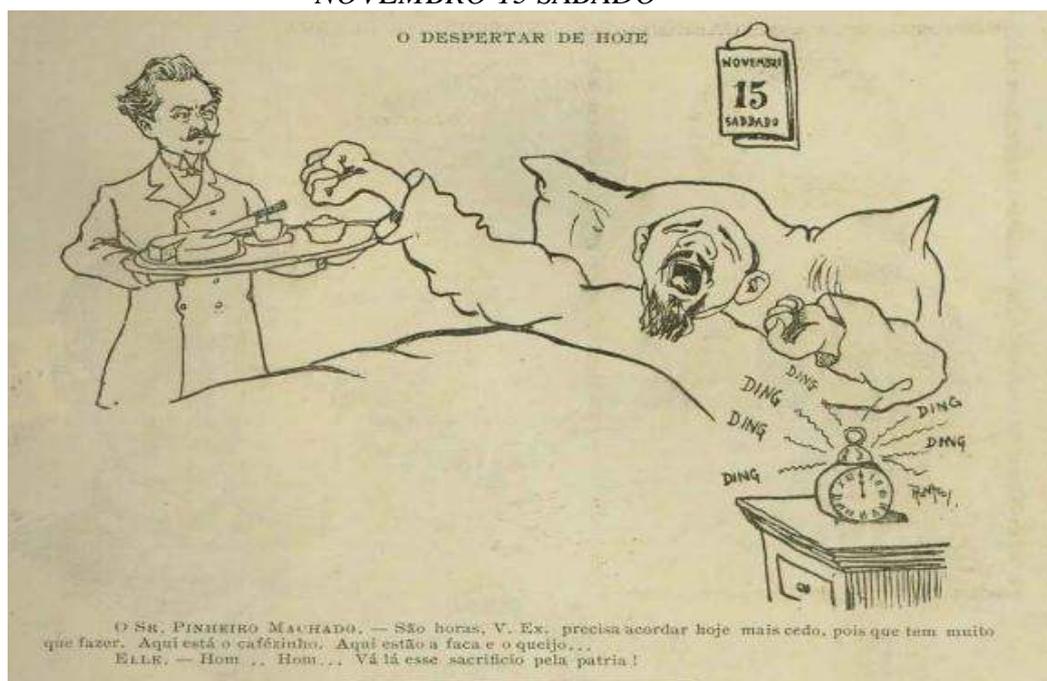
lhe permita fixar graficamente a realidade, pois a caricatura é um espelho deformante no qual devem refletir-se, com exagero essencial, os vícios e as virtudes da sociedade na qual o caricaturado aparece, não como se o imagina, mas sim como o é na realidade.”<sup>176</sup>

Concordamos com Herman, ele retrata o caricaturista como testemunha implacável, juiz inflexível de sua época. Tem uma facilidade de ler e compreender a vida no que ela pode lhe apresentar de mais característico: suas virtudes e defeitos.

Para contextualizar o conceito acima de caricatura e a sensibilidade dos caricaturistas, escolhemos uma charge referente ao governo de Rodrigues Alves. Percebemos que a revista *O Malho* faz uma vasta interpretação caricaturada sobre a República brasileira por causa do tipo físico do então presidente. De estatura baixa o presidente paulista com fama de sonolento era um ótimo personagem a ser caricaturado.

**Figura 10**

***O DESPERTAR DE HOJE  
NOVEMBRO 15 SABADO***



O sr. Pinheiro Machado. – São horas, V. Ex. precisa acordar hoje mais cedo, pois que tem muito que fazer. Aqui está o cafêzinho. Aqui estão a faca e o queijo...

ELLE. – Hom .. Hom... Vá lá esse sacrifício pela patria!

Fonte: *O Malho*, ano I, número 09, 15 de novembro de 1902, p. 08.

Nesta charge Pinheiro Machado tenta acordar Rodrigues Alves, a data é de suma importância, 15/11/1902, trata-se da Proclamação da República e é o dia de sua posse ao cargo que foi eleito, de presidente da República. A legenda deixa claro que está na hora de despertar e começar a trabalhar. Quando Pinheiro Machado oferece o café, o despertador

<sup>176</sup> Ibidem, p.12.

sinalizando que é a hora tinha chegado, além do título da charge “Hora de despertar”, é sinal também que o futuro presidente do Brasil ainda não tinha tomado ciência da relevância que tinha seu cargo. Pinheiro Machado, ao seu lado, o acorda e sinaliza que o futuro presidente está com a faca e o queijo a sua disposição, na bandeja, fazendo uma referência ao cargo de presidente que Rodrigues Alves ira tomar posse. Muitas das charges em que Rodrigues Alves é o protagonista os caricaturistas evidenciam este semblante sonolento, ele sempre esta deitado na cama, de pijama ou/e tomando café.

A Primeira República foi o apogeu da caricatura brasileira de acordo com Lima. A imprensa vai mudando no decorrer dos anos, ampliando-se em jornais e revistas, onde a fotografia ocupa cada vez mais espaço. A caricatura vai, cada vez mais, saindo das páginas, e, com efeito, poucas são as revistas especialistas no gênero após o governo de Vargas. *O Malho* continua até a segunda metade do século, muda a imagem, amplia o espaço da crônica sobre moda especialmente a feminina, o comentário político fica mais severo e há críticas sobre cinema além do teatro que já havia desde o início.

Percebemos que começava a ser estabelecida uma nova forma de expressão da imprensa, a caricatura continua sendo atual, com sentido cômico e dúbio até os dias atuais. A caricatura ao registrar um momento, fato político, ou não, significativo do dia, compõe de alguma maneira um aspecto da personalidade do jornal, identifica uma tendência, afirma ou nega uma posição.

Concordamos com Luís Guilherme Sodré Teixeira<sup>177</sup> quando afirma que a proposta da charge não é registrar o real, mas significa-lo além de ser um instrumento de intervenção política. Acreditamos que as charges como as caricaturas funcionam como representação de uma sociedade. Segundo o autor estas charges gozam de estrutura narrativa própria e autônoma.

Tenório cita o filósofo francês Henri Bergson que diz que comicidade esta atrelada a situações onde os aspectos da existência ganham uma face mais rígida incompatível com a dinâmica de tudo que é vivo<sup>178</sup>. Neste sentido, o humor serve de gesto social, uma forma para tornar harmonica à convivência social perdida na rigidez dos atos.

Elias Thomé Saliba<sup>179</sup> tem outra interpretação sobre o humor na dimensão cômica na Primeira República. O autor ressalta a dificuldade de construção de uma identidade nacional diante de uma realidade social tão diversificada socialmente, como era a sociedade brasileira

---

<sup>177</sup>TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

<sup>178</sup>TENÓRIO, op. cit., p.46.

<sup>179</sup>SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: NOVAIS, Fernando (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.p. 235.

da época. O autor afirma que tudo servia de motivo para riso, isso se dava ao fato de que muitas representações da nação, e da República, tinham sentidos rotineiramente confrontados com as vivências dos indivíduos e da coletividade. Segundo o autor, a República inclui forçadamente indivíduos e coletividade no processo de modernização sem a garantia que seus direitos, à cidadania, fossem respeitados.

Essa representação de coletividade que Saliba faz da dimensão cômica da Primeira República era muito mais que uma representação e, cabe conferirmos, nas páginas da revista *O Malho*. Assim como, cabe ressaltar que, as notícias, não eram referentes ao conjunto do que acontecia em determinado contexto, mas sim, o resultado de uma seleção cujo objetivo era chamar atenção para determinados fatos em detrimento de outros, operando na construção de uma memória que servia para determinados interesses.

**Figura 11**

*ALTURA -POLITICA*



*Zé Povo*: - comem o subsidio, arrombam o tesouro, desgraçam o paiz...

*Político*: - vejam só, tão pequenino e tão barulhento!

Coitadinho, nem sabe avaliar a distancia que nos separa...

Fonte: *O Malho*, ano I, número 12, 06 de dezembro de 1902, p. 08.

A charge acima assinada por Kalixto retrata a desigualdade social e o interesse individual de um político acima do coletivo, o povo representado pelo Zé Povo. Percebemos que o político é infinitamente maior que o Zé, e mesmo o pequenino Zé, berrando e tentando chamar a atenção mexendo os braços, o político parece não dar atenção para o que ele fala. Mesmo Zé fazendo de tudo para ser ouvido o político o ignora e ainda o chama de coitadinho, e diz que o Zé não tem a mínima noção da distância entre eles.

Percebemos por meio desta charge a distância e a importância que a população tem perante aos órgãos públicos. Nem é preciso ler a legenda para saber do que se refere a crítica da charge. Kalixto deixa claro que não somos todos iguais, como a Constituição declara, e a imensa dificuldade que o homem comum tem de ser ouvido e visto como um cidadão que, no entanto, deseja exercer seus direitos.

Marcos A. Silva<sup>180</sup> em sua obra fornece algumas indicações interessantes a respeito dos significados operados pelo personagem “Zé Povo”. Segundo o autor as representações do personagem flutuam entre o simbolismo da impotência da população perante os governantes, o fascínio pelo poder e a oposição aos desmandos do Estado republicano.

Para refletirmos sobre a ambiguidade do personagem Zé Povo utilizaremos algumas charges retiradas do artigo de Tenório<sup>181</sup>. A primeira charge abaixo foi estampada na capa da *Revista da Semana*, semanário ilustrado que era complemento do *Jornal do Brasil*, que circula aos sábados, bem similar a nossa revista estudada. Vejamos como a charge retrata a instituição da lei de vacinação obrigatória.

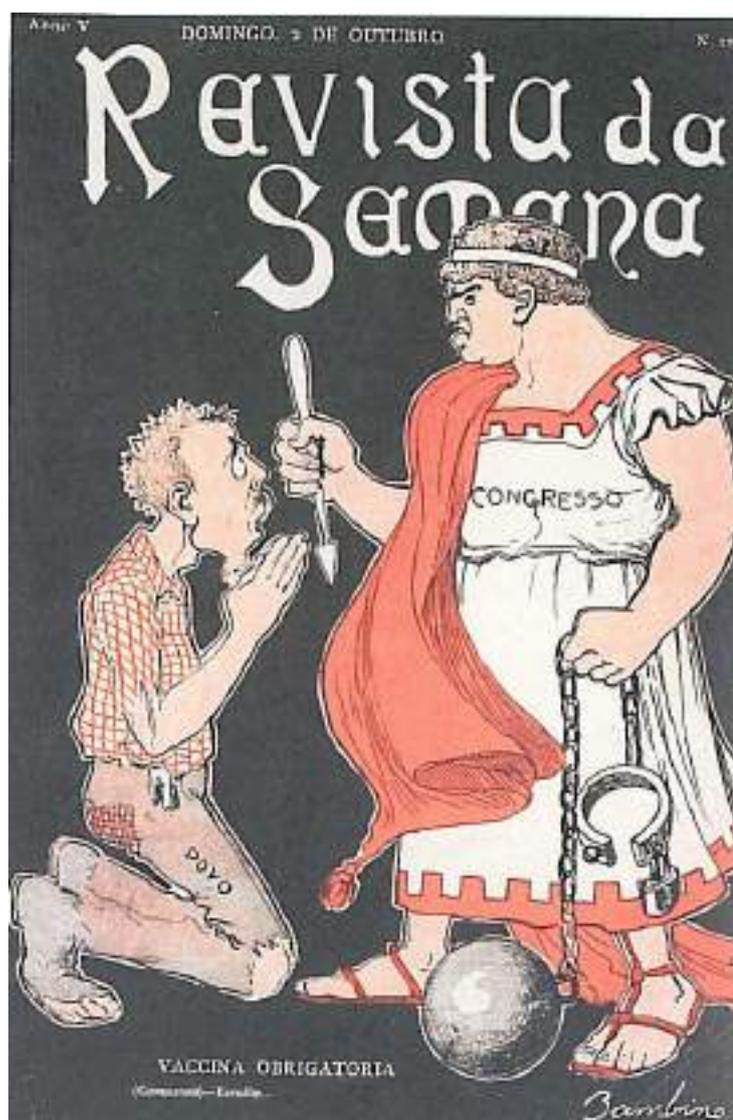
### **Figura 12**

*REVISTA DA SEMANA*

---

<sup>180</sup>SILVA, Marcos A. *Caricata República: Zé povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

<sup>181</sup>TENÓRIO, op. cit., p.3.



Fonte: Revista da Semana, ano V, 02 de outubro de 1904, capa.

No primeiro plano, encontramos os dois personagens principais: O “povo”, ajoelhado em clemência diante do “Congresso”, que segura uma lança e está trajado à maneira clássica. A escolha de tais signos imagéticos teria a intenção, de acordo com Tenório, “de vitimizar a população diante dos desmandos do governo, aqui representado pelo poder Legislativo”<sup>182</sup>.

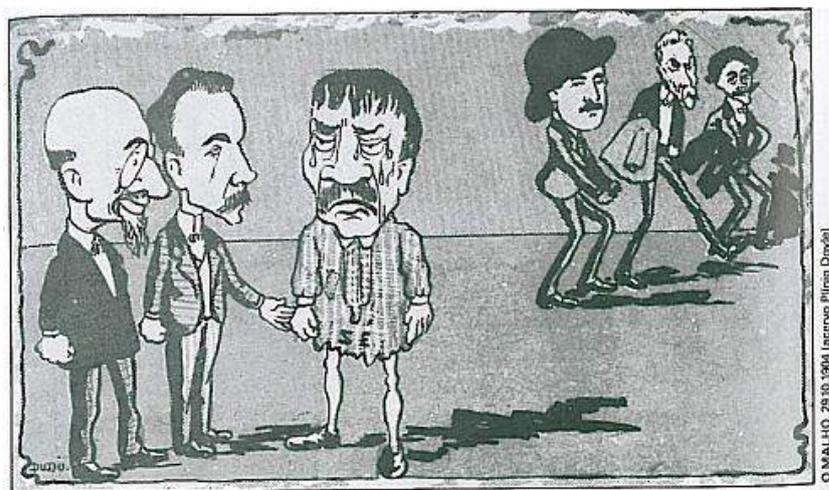
Conforme o apontado sobre a ambiguidade do humor, ainda é possível outra leitura da representação do Legislativo na charge. A escolha por elementos como a veste a romana, a lança e a corrente sintetizam o viés crítico através do qual eram encaradas as ações do poder republicano. Na opinião de Tenório, o tamanho das duas figuras e sua postura corporal são recursos que “reforçam o contraste entre a “pequenez” do povo e o “ditador” do Congresso, desnudando tanto a incapacidade de reação popular como o caráter discricionário da lei que instituiu a vacinação obrigatória”.<sup>183</sup>

<sup>182</sup> Ibidem, p.4.

<sup>183</sup> Ibidem, p.4.

Em algumas das charges publicadas pelo *O Malho* no contexto da Revolta da Vacina, teríamos não só a recorrência ao tema do povo impotente diante da política, como também, a representação de sua intervenção naquele estado de coisas. Na primeira delas, vemos “Zé Povo” tendo suas vestimentas usurpadas por um grupo de políticos e figuras públicas, entre os quais podemos identificar as caricaturas de Oswaldo Cruz, médico-sanitarista e responsável pela campanha de reforma sanitária do Rio de Janeiro.

**Figura 13**

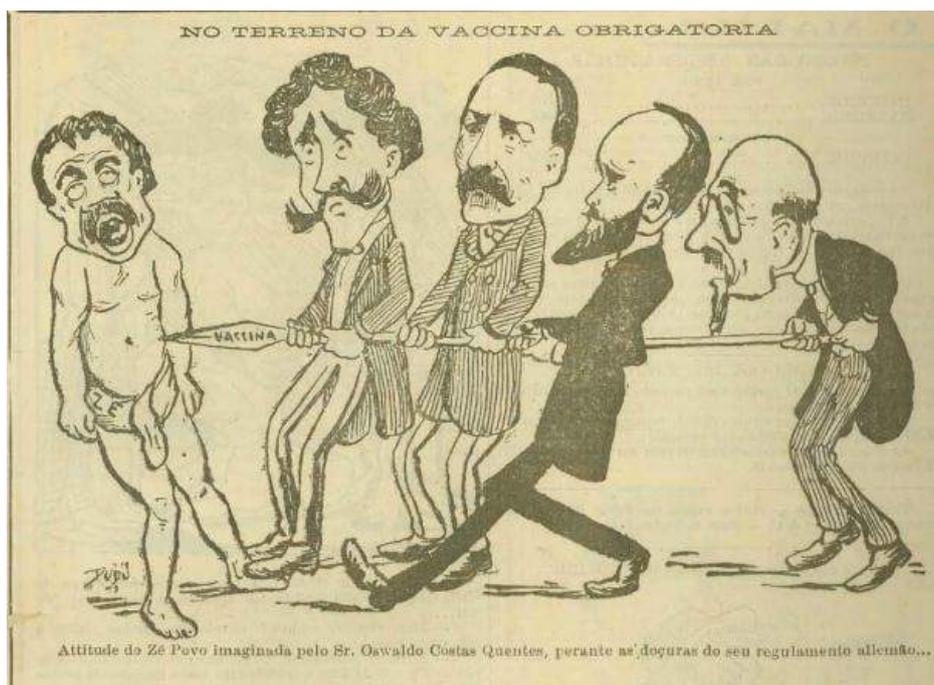


Fonte: *O Malho*, ano III, número 111, 29 de outubro de 1904, p. 25.

Na frente, “Zé” é consolado pelos personagens do ministro J. J. Seabra e Rodrigues Alves, cuja face traz um sorriso. Estes parecem dizer ao “Zé” que tudo aquilo era para seu bem, afinal, a cidade seria reformada e higienizada. Ao fundo, Oswaldo Cruz e outros dirigem o seu olhar para a conversa, ao passo que vão saindo da cena com as roupas de “Zé”. No conjunto de duas charges publicadas em 1904 pelo *O Malho*, rompe-se com a representação do povo vitimizado que é visto na charge da capa da *Revista da Semama* logo acima. É preciso, porém, atentar para o caráter ambíguo de tais imagens, principalmente no que se refere à imagem construída para esse povo e sua reação, a Revolta da Vacina. Em determinadas charges aparece o “Zé Povo” apático, obediente, indefeso e logo depois este mesmo “Zé Povo” furioso, violento e perigoso.

**Figura 14**

*NO TERRENO DA VACCINA OBRIGATORIA*



Attitude do Zé Povo imaginada pelo Sr. Oswaldo Costas Quentes, perante as doçuras do seu regulamento alemão...

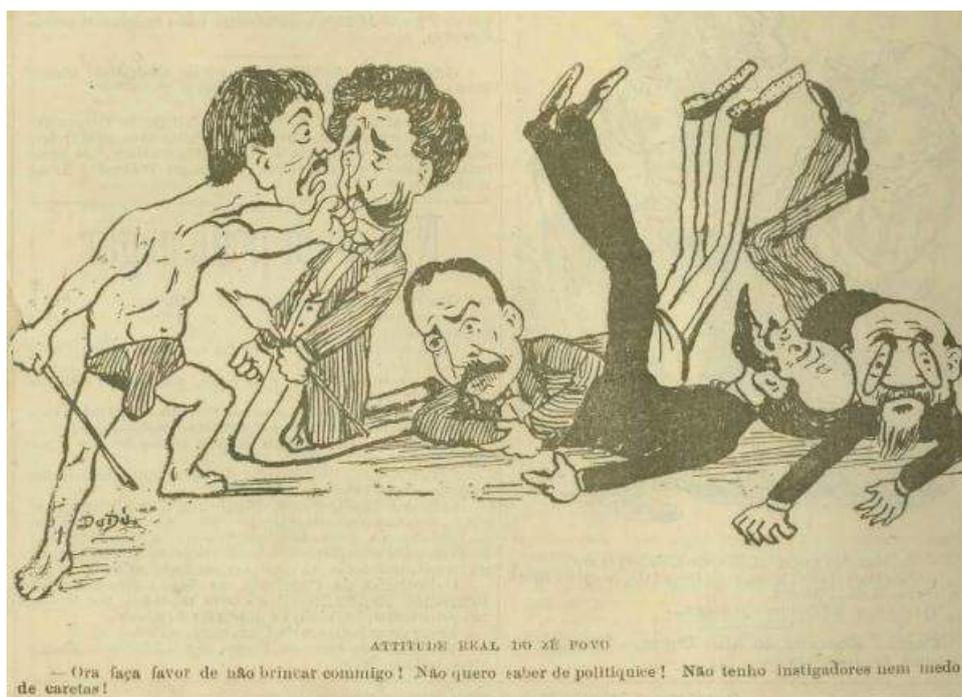
Fonte: *O Malho*, ano III, número 114, 19 de novembro de 1904, p.07.

Na charge acima os políticos avançam para cima de “Zé” com uma lança, a lança que significa a seringa da vacinação, chama a atenção a face do Oswaldo Cruz e a fisionomia de revolta no rosto do personagem, então, representante da classe popular; também é possível notar o contraste entre a vestimentas de ambos os personagens. Segurando a lança, com trajés bem alinhados e elegantes, se encontram os homens representantes da classe dominante, funcionários públicos, responsáveis pelo cumprimento da lei da vacinação obrigatória.

Já o Zé povo, como se percebe, está com um pano que se assemelha a uma tanga. Com as vestimentas podemos ver o contraste entre a barbárie e o civilizado, como se o ato de vacinação fosse um ato de modernidade para uma população cuja pobreza o aproxima da selvageria, como o recurso da tanga parece simbolizar. O último personagem, (Rodrigues Alves) representante do Governo, parece, na charge, se esconder atrás de todos, mas dele partindo a força determinante da agulha na direção do indivíduo totalmente indefeso e fraco diante dos poderes públicos acionados, como sugere, a sua nudez. A nudez aqui tem duplo sentido: a miséria e a fraqueza ou vulnerabilidade.

### Figura 15

*ATTITUDE REAL DO ZÉ POVO*



- Ora faça favor de não brincar commigo! Não quero saber de politiquice! Não tenho instigadores nem medo de caretas!

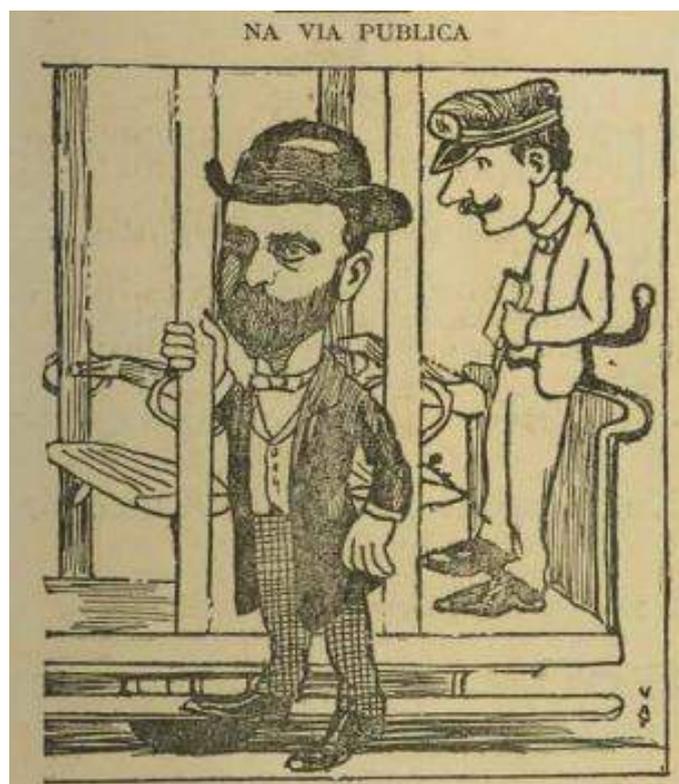
Fonte: *O Malho*, ano III, número 114, 19 de novembro de 1904, p.07.

Aqui a reação popular é representada como um ato de revide violento imposto pela obrigatoriedade arbitrária da vacinação obrigatória. Neste sentido, poderíamos tomar a perspectiva de análise de Marcos Silva, segundo a qual, era comum a prática política republicana ser focada sob a ótica da violência, seja aquela praticada pelos populares, fosse aquela dos governantes e das forças públicas. Deste modo, o humor acaba por deslegitimar a reação popular, igualada a um ato de brutalidade praticado pelo governo, vide a identificação entre a lança e a vacina, como já falamos.

De acordo com Tenório, a delimitação de tais significados não é simples. Não somente por conta da ambiguidade do humor, mas também pela postura assumida pel' *O Malho* ante o processo de reforma urbana do Rio de Janeiro, como temos observado nas charges e outros gêneros que circulavam na revista.

### **Figura 16**

*NA VIA PUBLICA*



*O conductor* : — E' prohibido saltar do lado da entre-linha !

*Lucio de Mendonça* : — Essa prohibição não se entende commigo, ministro do Supremo Tribunal, habituado a saltar por cima e a passar por baixo de todas as entre-linhas, dentro e fóra das sentenças...

Fonte: *O Malho*, ano V, número 174, 13 de janeiro de 1906, p. 17.

A charge se refere ao Ministro do Supremo Tribunal, que se aproveita de seu cargo para não respeitar as leis impostas a todos os usuários de bonde, homens comuns, que estão na via pública, ou seja, lugar comum a todos. Mas, como é retratado na charge e descrito em sua legenda, um dos usuários do bonde é Ministro, e por se tratar de um cargo público, e de suma importância e renome, fazer o que bem entender, em qualquer lugar, dentro ou fora do exercício de seu cargo, parece normal. O pior na legenda é o fato de ele dizer que já está habituado a exercer este tipo de privilégio, ou seja, privilégio individual acima do coletivo era um hábito e não uma exceção, em um país que se proclamou republicano e se pretende regido por uma constituição liberal em que todos são iguais.

Vemos aqui que a linguagem humorística não é neutra e nem tampouco servia apenas de riso, como visto em Lima. Na verdade, as charges também formam e invalidam opiniões servindo como mediadoras e apaziguadores de visões de mundo diferentes.

Esta discussão sobre o significado das charges não pode omitir a questão da recepção ao público-leitor d'*O Malho*. Isto porque as investigações historiográficas acerca da imprensa do início do século passado, a começar pela obra de Nelson Werneck Sodré, ressaltam a

transformação da imprensa artesanal dos novecentos em grandes empresas na busca por ampliação de seu público leitor.

Assim como aconteceu em outras publicações da época, *O Malho* também procurou identificar-se com o leitor de várias formas. No número que comemorava o terceiro aniversário da revista, a seção “Chronica”, salientava a relação da revista com o seu público:

Foi isto que deu ao Malho, desde o seu primeiro número, a sympathia do público. Depois, com o correr dos tempos, essa sympathia ainda mais se estreitou: o jornal e o público se ligaram, confabularam intimamente, trocaram ideias, fundiram-se em sentimento, de modo que o Malho passou a ser jornal em cujas páginas elle encontra o que pensa, o que sente, o que quer, o que aspira, o que aplaude, o que condemna.<sup>184</sup>

Desta forma a revista explica seu sucesso: por expressar o sentimento do público, acabava por confundir-se com ele e mostrava um discurso em que se baseia como defensora dos oprimidos e das classes populares. Mas os leitores d’*O Malho* tinham uma representação menor, ou até mesmo nula na política, e nas páginas da revista podendo ser identificado, em determinadas seções, como “Caixa d’ O Malho”, “Postaes Masculinos” e “Postaes Femininos” seções em que o leitor podia se manifestar e mostrar suas opiniões e dúvidas, mas, na maioria das vezes, os leitores utilizavam essas colunas para publicar poemas e versos.

Na primeira seção “Caixa d’ O Malho” estava destinada às cartas enviadas à revista pelos leitores, as quais eram respondidas pela redação, principalmente, aquelas correspondências em que o leitor queria publicar um poema, verso ou música na revista. Os Postaes independente do gênero traziam pequenas mensagens e pensamentos enviados pelos leitores de ambos os sexos.

Sodré destaca um artigo escrito por Monteiro Lobato, que o público leitor de *O Malho*, segundo informações colhidas no artigo contido no livro, *Ideias de Jeca Tatu*, destaca o sucesso d’*O Malho* e o explica pelo fato de que: “a simplicidade dos desenhos agradaria à falta de padrões estéticos por parte do ‘poviléu’”<sup>185</sup>. Esta também é a tese do crítico de arte Gonzaga Duque: “que estabelece uma diferença entre a caricatura e a arte acadêmica, remetendo a “parca qualidade” do humor visual a necessidade de atender a demanda”<sup>186</sup>.

Outro ponto a destacar no artigo de Lobato ainda citado em Sodré é a sua referência ao público leitor d’ *O Malho*, que conforme suas indicações, “abrangeria trabalhadores da Central do Brasil, chefes de linha, carroceiros, motoristas e porteiros”<sup>187</sup>. Com estas observações podemos delimitar o público leitor da revista.

---

<sup>184</sup> *O Malho*, “Chronica”, 17/09/1903, p.3.

<sup>185</sup>SODRÉ, op. cit., p. 132.

<sup>186</sup>Ibidem.

<sup>187</sup>TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009,p.12.

Temos a argumentação de Marcia Diogo e Tania de Luca a cerca de uma cultura política favorável às ideias republicanas, e ao estilo de vida europeu, no âmbito do espaço público do Rio de Janeiro, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Não podemos negar a aplicação de novos códigos de conduta, ideais e cultura que está embutido no discurso ambíguo da revista *O Malho* para obtenção e um ideal de modernização e civilização da Capital Federal.

Assim, para Tenório: “o significado das charges se colocam bem mais no âmbito da tensão do que propriamente da capitulação diante do estado de coisas, oscilando entre o apoio implícito e a crítica.”<sup>188</sup>

Cabe salientar que, nesse contexto, o Rio de Janeiro, por ser a capital federal, testemunhou um elevado crescimento demográfico e, conseqüentemente, seu número de habitantes carentes aumentou consideravelmente. Paralelamente, Pereira Passos transformou a cidade do Rio de Janeiro, suja, insalubre e arcaica, na “Cidade Maravilhosa”.<sup>189</sup> Tais reformas tiveram um elevado custo social e cultural, tendo em vista que, para serem concretizadas, fora necessário, entre outras coisas, demolições generalizadas que arrasaram em sua maioria as moradias ocupadas pelas classes populares, condenando assim, cortiços, casas simples e casarões situados na área central da cidade.

Com efeito, é esta cidade que pretendemos revelar sobre o discurso da revista *O Malho*. Cidade esta em processo de modernização e as visões dos cartunistas acerca da população, especialmente as classes populares que é o objetivo contemplado por essa pesquisa. Desta forma, pretendemos buscar quais foram as alternativas de participação ou resistência desses grupos sociais frente à opressão e às mudanças empreendidas. A historiografia examinada, como vimos, nos mostra momentos específicos nos quais as classes populares do Rio de Janeiro manifestaram sua insatisfação com violência, assuntando assim, o Estado, que, por sua vez, utiliza de coerção para inibir esses atos de manifestação.

Os chargistas da revista *O Malho* expuseram para população carioca o universo dos pobres que era escondido nas vielas dos projetos de ordem e civilização, na maioria das vezes ocultados pelo processo de modernização da cidade. A pesquisa das fontes nos permite

---

<sup>188</sup>Ibidem, p.9.

<sup>189</sup>“Cidade Maravilhosa” termo utilizado por Jaime Benchimol que observou que no início do século XX, O Rio de Janeiro sofreu uma intensa intervenção que alterou profundamente a sua fisionomia e estrutura e que alterando profundamente a vida de seus habitantes. A partir desta intervenção surgiam novas paisagens e novos estilos de vida e costumes, que reproduzia de varias maneiras a reforma feita por Georges Haussmann, em Paris, três décadas antes. Além das obras de demolição e reconstrução sem precedentes na história dessa e de outras cidades brasileiras, um conjunto amplo de leis e posturas procurou coibir ou disciplinar esferas da vida social refratárias à ação do Estado. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Biblioteca Carioca 1992.v.11.p. 245.

concluir que alguns chargistas atuaram no limite entre a estética e a política, tendo em vista a complexidade de sua charges para apoiar ou criticar o governo, tornando o discurso da revista inteligível para grupos menos instruídos, bem como para pontuar as estruturas sociais oligárquicas do regime republicano. As crônicas, mais principalmente as charges, cumpriram uma função sociopolítica e os seus criadores tentavam reproduzir as expectativas da classe dominante com a propagação de seus ideais em diversas oportunidades.

As classes populares durante a Primeira República continuam a enfrentar um cenário pouco favorável para consolidação de seus direitos. Entre os trabalhadores, por exemplo, não perderam a sua capacidade de lutar por melhores condições de trabalho e de vida, mesmo diante de uma ambiente pouco favorável as sua reivindicações. Greves, Revolta da Vacina e da Chibata são alguns dos movimentos sociais que serão analisados mais a frente e iremos discutir quais eram as possibilidades de participação e resistência das classes populares neste ambiente tão excludente e opressor.

### CAPÍTULO III

## CONTROLE SOCIAL; ORDENAMENTO ESPACIAL E MORAL NO RIO DE JANEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Como vimos no capítulo anterior as crônicas e charges passam a ser instrumentos que confrontam a mentalidade de um período dividido entre valorizar as origens e a tradição ou incorporar os modelos estrangeiros veiculados e apoiados pela imprensa como modelo do que é moderno e civilizado. Tudo que a cidade vivia e experimentava de novo precisava ser colocado no mercado, assim, nada mais esperado que se usar a imprensa como veículo de comunicação e informação para propagar estas experiências para o conjunto da sociedade.

Partiremos para análise de imagens e crônicas sobre este momento da história, sobre as quais temos intenção de refletir sob a perspectiva dos chargistas, os vários aspectos do cotidiano das classes populares que habitavam a cidade do Rio de Janeiro na primeira década do século XX. A partir desta análise pensamos poder recuperar alguns aspectos relativos ao quadro social e econômico das classes populares durante a Primeira República que se fazem presentes nas páginas d' *O Malho*.

As revistas e jornais, de acordo com Luca, “funcionavam como espaços de sociabilidade e divulgação de ideias.”<sup>190</sup> As mensagens vinculadas pelo discurso adotado pel' *O Malho* passam a conformar e alterar os ideais de uma sociedade que passava por transformações, dividida entre o tradicional e o moderno como já anunciado.

É esta cidade em processo de modernização e as visões dos chargistas e cronistas acerca das classes populares que são os objetivos contemplados por essa pesquisa. Dessa forma pretendemos analisar, através d' *O Malho*, quais foram as alternativas de participação e/ou resistência das classes populares perante as reformas urbanas tão almejadas por diferentes propagandistas da época. A historiografia do período estudado mostra que em determinados momentos as classes populares revelam suas insatisfações e seu descontentamento com o Estado em manifestações violentas como veremos mais adiante.

Falando sobre divulgação de ideias, vamos discutir na charge abaixo o discurso ambíguo da revista, que a primeira vista, no exemplar número 1 (20 de setembro de 1902, ano I) ressalta a importância do trabalhador e de sua opinião na imagem colocada na capa. Percebemos como o seu discurso agora vai de encontro aos interesses da classe dominante e aprova os projetos do governo de excluir as classes populares do centro da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>190</sup>DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p.52.

**Figura 17**  
*POUR ÊPATER LES BOURGOIS*



Fonte: *O Malho*, ano I, número 7, 01 de novembro de 1902, p.06.

Na charge assinada por Kalixto podemos observar os projetos com fim de higienização social que têm como objetivo principal retirar das ruas da cidade do Rio de Janeiro prostitutas, jogadores, ladrões, alcoólatras e malandros. Vemos o prefeito Pereira Passos segurando uma grande pasta de projeto e removendo a “população de rua”. Tanto as pessoas que estão sendo levadas aparentemente presas como as que estão no terceiro plano assistindo a retirada, não fazem nada, são pacíficas e dóceis, não há levante e nem questionamentos o que sugere que a população, segundo a revista, concordaria com os projetos de higienização adotados pelo governo. Pode ainda ir mais além, as classes populares além de aprovarem os projetos, também concordam com a maneira que eles são executados.

O prefeito aparece em primeiro plano e em destaque como figura principal da charge, evidenciando seu poder e controle exercidos sobre as demais pessoas que aparecem em segundo plano e em dimensão bem menores face aos passos largos e decididos que então caminhava a modernidade representada pelo *Malho*. Podemos dizer que se trata de um discurso de domínio, submissão e “apaziguamento”. Domínio por parte de um representante do governo que controla a situação sozinho, e claro, de submissão e apaziguamento das classes populares que parecem não esboçar nenhuma reação ao que está ocorrendo inevitavelmente. O jornal vende a imagem das classes populares como dóceis, apáticas que não lutam e nem se revoltam, dando a entender que estão conformadas e “apoiam a situação”.

É importante interpretar também o título da charge: “*Pour épater les bourgeois*”, ou seja, “Para impressionar os burgueses”. Percebemos que Pereira Passos usa de pouca força para conduzir estas pessoas, não há expressão de esforço em seu rosto e braços ao retirá-las da rua, ou seja, estava sendo fácil e rápido realizar a limpeza moral da cidade.

Pereira Passos não está apenas limpando a cidade do Rio de Janeiro fisicamente mas também moralmente. A reforma não é apenas física e/ou arquitetônica, mas também atingindo os velhos costumes das classes populares em beber e jogar, por exemplo. O título é bem claro: este tipo de política objetiva agradar os burgueses que são os detentores do capital e que possuem investimentos na cidade. Para isto, precisavam se sentir seguros a fim de que pudessem investir em imóveis, comércio e até mesmo nas obras de embelezamento e saneamento da cidade.

E por que o título está escrito em francês? Levemos mais uma vez em conta que nesta época a classe dominante se espelhava no que acontecia na Europa, principalmente na França. Assim, o mais adequado seria colocar um título em francês para chamar atenção da classe dominante que o objetivo era a modernização e a civilização da cidade do Rio de Janeiro, embasado nos parâmetros franceses que eram referências nesta época. Além de impressionar a classe dominante local a ideia é também mostrar aos estrangeiros que as reformas na cidade não teriam abrangência apenas física, mas também cultural, moral e de costumes.

Um aspecto que vale a pena ser observado são as roupas. A princípio, as pessoas em segundo plano, puxadas por Pereira Passos estão bem vestidas; usam terno, vestidos, sapatos e chapéus. Para o leitor identificar que estas pessoas são malandros, prostitutas, ladrões e vagabundos foi necessário escrever em suas roupas o que representavam. Interpretamos haver aqui dois objetivos da revista: primeiro, mostrar que as classes populares têm acesso a esta modernidade e que não são tão miseráveis como aparentam e conseqüentemente podem circular normalmente entre a classe dominante; segundo, pensamos que se pretende mostrar à classe dominante que este tipo de pessoa está sendo controlada, combatida por um governo aparentemente “salvador” e eficiente que sabe bem o que fazer para identificar quem é criminoso e quem está fora da conduta estabelecida. Na charge fica evidente que o objetivo do governante é retirar das ruas do centro do Rio de Janeiro as classes populares que parecem perpetuar no tempo o arcaísmo ainda imperial e anterior à República, entretanto, a revista silenciando completamente em relação aos destinos que seriam então dados à essas pessoas conduzidas pelo modernizador.

Podemos encontrar crônicas demonstrando o controle, a higienização social e o apoio da revista a tais medidas. Vejamos um trecho retirado da coluna “Crônica”, número 28, ano II, de autor desconhecido:

[...] Apllaudo por isso o Dr. Chefe de polícia na caça aos mendigos das ruas, na maior parte validos para o trabalho e a ele sequestrados apenas pelo nosso enternecimento piegas, ou pela conveniência de nos libertamos do choramingas que nos aborda, nos tolhe o passo e nos rouba o tempo roubado a esmola.<sup>191</sup>

Notamos que o discurso da revista é de apoio à caça aos mendigos nas ruas. Eles são rotulados como vadios que não gostam de trabalho e exaltam o chefe de polícia por livrar a população das choramingas e dos roubos, tanto o roubo no sentido literal, de se apropriar de algo que não lhe pertence, como também o roubo do tempo despendido pela população com os pedintes de esmolos.

Podemos nos embasar em Robert Pechman que diz que o folhetim evoca mesmo onde o suposto mal não é fruto da classe operária, “o medo da cidade.”<sup>192</sup> Mesmo na cidade do Rio de Janeiro, mostra como o negro é relacionado ao mal – “escravo miasma.”<sup>193</sup> Encarnando todo mal social, o negro deixa de ser percebido somente como escravo e passa a ser visto também como habitante da cidade.

Notamos que o problema da mendicância no centro da cidade está ligado diretamente às classes populares, principalmente ao negro desempregado. É principalmente este negro pobre que será o protagonista da exclusão urbana, pois nele é identificada a origem de todos os males e perigos sendo visto, entre outras coisas, como uma ameaça à ordem urbana e à manutenção da paz social. O autor argumenta que o negro não é temido só por sua condição escrava (fujão, ladrão, assassino e revoltoso). É temido, porque sua figura ativa medos urbanos: o medo da doença, da morte, da peste. Ou seja, o negro reativa o medo do convívio. Pechman diz: “O temor urbano do negro não é apenas porque ele pode contaminar a cidade com seus ‘maus ares’, ‘maus hábitos’, ‘desordem’ e ‘crimes’ – é o pior de todos, é o mal contaminando a civilização.”<sup>194</sup>

Podemos perceber na citação acima que as classes populares, principalmente o negro, não são elementos bem vindos, e suas práticas, a mendicância, impede o fluxo normal da cidade moderna. Assim, são realizadas formas e criados instrumentos no sentido de se retirar e/ou de se controlar as classes populares do centro urbano. O governo retira o problema da rua; este mal que pode contaminar toda a sociedade. A revista aceita este argumento e o reproduz dizendo que é produtivo, aceitável e um favor para a sociedade a retirada do mendigo, do ladrão e da prostituta das ruas.

<sup>191</sup>“Chronica”, *O Malho*, 28 de março, 1903, número 28, ano II. p.3.

<sup>192</sup>PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p.310.

<sup>193</sup>Ibidem.

<sup>194</sup>Ibidem.

**Figura 18****TRANSFORMISMO**

Colônia – Correccional

Uma invenção genial

Fonte: *O Malho*, ano II, número 17, 10 de janeiro de 1903, p.08.

**Figura 19****ME SORTE, SEU SORDADO**



- Estão sem sorte estes pequenos vendedores da sorte, depois que o Dr. Passos começou a dar sorte!  
 Fonte: *O Malho*, ano II, número 17, 10 de janeiro de 1903, p.06.

A primeira charge é assinada por Kalixto e a segunda, por RX. Elas representam bem o que temos relatado sobre o discurso da revista. A primeira mostra o objetivo das colônias correcionais. Segundo a charge, as pessoas entravam pobres e com uma má formação de caráter e lá dentro se transformaram, saindo bem educadas e aparentemente com certo poder aquisitivo, pelo que se percebe nas roupas. Como o próprio título da charge já dá a entender, a pessoa passaria por mudanças, transformações que se dariam dentro da colônia. Por isto, seria necessária a internação. De lá sairiam cidadãos dignos de viver e conviver em uma sociedade moderna e civilizada. As colônias eram vistas como uma primeira solução para qualquer desvio de caráter e de conduta imposto por esta nova sociedade. Sendo uma forma eficiente de dar um destino às pessoas marginalizadas e desqualificadas que eram retiradas das ruas.

O que ocorria de fato dentro destas instituições era muito diferente do que apontado pela revista. As pessoas na maioria das vezes não saíam de lá transformadas, pelo contrário, saíam desqualificadas e com dificuldades de se reintegrarem à sociedade. Estas formas de punição, em geral, servem para disciplinar e subjugar as classes populares, principalmente o homem pobre e negro, deixando marcas cada vez mais profundas de desigualdade e exclusão social.

A segunda charge vai pelo mesmo caminho, enfatizando o discurso de apoio à colônia de correção. A charge dá crédito ao soldado que prendeu os dois jovens ladrões e ainda exalta

o prefeito Pereira Passos como incentivador das prisões. Na charge os meninos parecem surpreendidos pelo policial que os suspende no ar tornando inútil uma das principais estratégias dos desclassificados ainda criança: a velocidade, o que contrasta com a representação da passividade, geralmente presentes nas charges.

**Figura 20**

*DIREITOS ENGARRAFADOS*



- E esta! Então o Sr. Passos quer por-me a casa abaixo, eu ponho a boca no mundo e o Supremo Tribunal põe-me a rolha na boca? E esta!

- Meu caro, não são só as esquadras que podem ser engarrafadas: é também o direito de propriedade! ...

Fonte: *O Malho*, ano III, número 96, 16 de julho de 1904, p.27.

A charge acima cuja autoria não foi identificada demonstra a oposição e a revolta das classes populares acerca dos eventos relacionados ao bota-abaixo, movimento de destruição dos casarões e cortiços, por parte do Estado, situados no centro da cidade do Rio de Janeiro. O que nos leva a pensar o fato de ter um movimento de opinião contrária ao governo e suas políticas públicas adotadas na reforma urbana.

Com esta imagem podemos extrair determinadas especificidades que nos levam a crer que os personagens em destaque sintetizam a opinião de muitos proprietários de cortiços situados no centro da cidade do Rio de Janeiro, os quais tiveram que negociar a venda de seu

imóvel com o governo. Percebemos a clara intenção do governo em retirar essas pessoas pobres do centro da cidade, para tanto, a estratégia das demolições atendia perfeitamente a esse interesse, mas não somente, na medida em que a retirada do mapa dos antigos casarões atendia igualmente ao projeto de se eliminar com o passado colonial escravista que eles simbolizavam.

Com efeito, chama-nos a atenção a bengala e a vestimenta dos personagens, e, sobretudo, o fato de possuírem propriedades no centro da cidade nos sugere que há pelo menos dois tipos de classes distintas que se integravam em um único espaço as quais *O Malho* buscou registrar. Nota-se também que o chargista retratou o desejo de pessoas diferentes que circulavam os setores intermediários da sociedade.<sup>195</sup>

Percebemos também que foi retratada a insatisfação das pessoas que, embora não pertencendo aos grupos dos excluídos do processo, também foram diretamente afetadas no processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro, por conta disso, a denuncia sugerida com relação ao autoritarismo exercido por Pereira Passos para modernizar e sanear o centro da Capital Federal. No entanto, os próprios retratados concluem que se encontrava em um meio no qual as garantias constitucionais dos cidadãos e a liberdade de expressão estavam sujeitas às diversas variações e formas de censura e exclusão, que nem sempre esteve destinada apenas aos trabalhadores pobres do centro, mas ao conjunto da sociedade, nela incluída as camadas médias que ainda possuíam alguns tipos de recursos. Nas duas crônicas anteriores podemos observar que um dos pontos em destaque é a autoridade exercida pelo prefeito Pereira Passos junto às classes populares.

Assim, através da análise dessa fonte é possível mapear uma série de especificidades dos habitantes do Rio de Janeiro da Primeira República. Ela nos indica, na perspectiva do chargista, que os brasileiros conviveram com um regime político autoritário e avesso à liberdade de expressão, principalmente dos cariocas e, por outro é possível concluir que os moradores e proprietários do Rio de Janeiro não aceitaram passivamente a destruição dos seus lares, esboçando a convicção dos seus direitos e a revolta com o Supremo Tribunal Federal, que deveria assegurar justiça e o cumprimento dos direitos de propriedade dos cidadãos, direito elementar e básico de toda e qualquer sociedade liberal burguesa, no entanto, colocava-lhe “a rolha na boca”, ou seja, o Supremo Tribunal permaneceu omissos e negligenciou a vontade das classes populares, mesmo daquela parte da sociedade não

---

<sup>195</sup>Quando me refiro setor intermediário, estou me referindo as pessoas de classe média que são pequenos burgueses que não estão ligados a política e nem ao universo intelectual, por exemplo, um pequeno comerciante que aluga um quarto em sua casa.

inteiramente miseráveis e reconhecedores de alguns direitos elementares, como o da propriedade, paradoxalmente, paradigma da sociedade liberal.

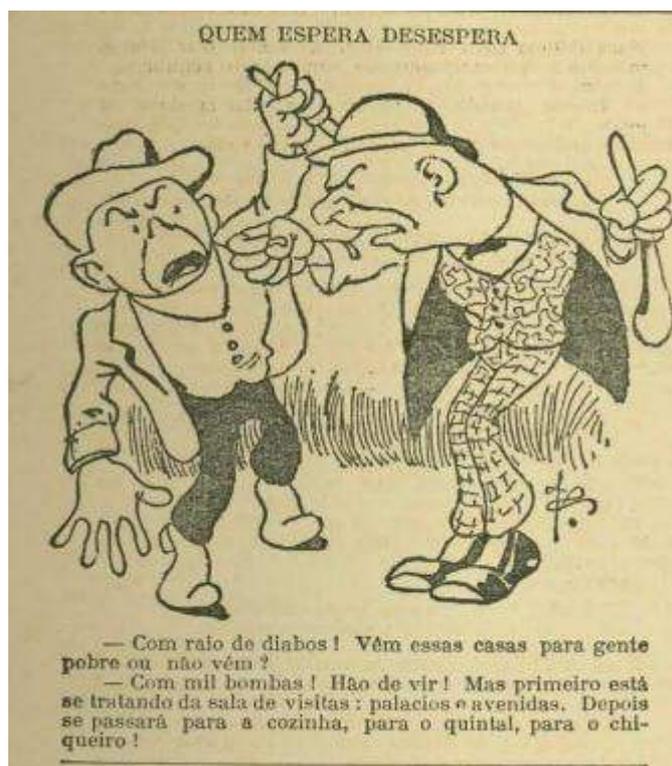
Em outras palavras, o chargista ao explicitar em sua charge a sua perspectiva sobre os moradores da antiga capital federal salientou a violação dos direitos de propriedade e das liberdades fundamentais das quais diversos proprietários e inquilinos foram destituídos. Nessa perspectiva, sob o olhar do chargista determinadas condutas aprovadas pelo governo mantinham os ideais e o projeto de reurbanização seria efetivado e que a conforme a opinião e a vontade da maioria da população envolvida não seriam ouvidas, que nos leva a concluir em claro abuso de poder por parte das instituições que a principio seriam para garantir e proteger a opinião e as necessidades das classes populares.

Nessa perspectiva, a charge em foco nos mostra que ocorria na antiga Capital Federal um disciplinamento em relação às moradias do centro da cidade e adjacências o que gerou a indignação dos proprietários das casas que foram destinadas para a demolição situadas nos principais pontos da cidade. Por esse lado, a modernização implicou em questionamentos legais e jurídicos no qual esteve previsto o novo ordenamento espacial e legal da geografia residencial de parte da cidade palco das primeiras investidas do “progresso”. Tal medida era necessária em prol da concretização dos maiores objetivos do projeto de reurbanização da cidade, ou seja, a ampliação das principais vias urbanas, o que transformaria o seu aspecto urbano, bem como a regeneração moral e a consequente modernização da Capital Federal nos padrões do mundo burguês e civilizado.

*O Malho* deixa claro em suas páginas que é a favor do projeto de reurbanização, modernização, civilização e as respectivas consequências que as intervenções estruturais por ventura acarretariam na população carioca.

### **Figura 21**

*QUEM ESPERA DESESPERA*



- Com raio de diabos! Vêm essas casas para gente pobre ou não vêm?
- com mil bombas! Não de vir! Mas primeiro esta se tratando da sala de visitas: palácios e avenidas. Depois se passara para cozinha, para o quintal, para o chiqueiro!

Fonte: *O Malho*, ano V, número 182, 10 de março de 1906, p.32.

Nesta charge de autoria não identificada em destaque temos dois homens, provavelmente moradores da cidade do Rio de Janeiro, que discutem sobre o problema da moradia. Após o bota-abixo e das respectivas desapropriações tendo como consequência a demolições dos casarões e dos cortiços há uma grave crise habitacional. Esta charge critica especificamente o emprego das verbas públicas destinadas a moradia, ou melhor, das verbas que não foram destinadas a esta situação.

Mais uma vez é necessário salientar a vestimenta e o tom da conversa usado pelo chargista para criticar o mau uso do dinheiro público. O chargista utiliza do seu discurso político e sugere que naquele momento o dinheiro público era exclusivamente direcionado para o embelezamento, saneamento e alargamento das avenidas do centro do Rio de Janeiro. Ou seja, direcionado exclusivamente para o combate a insalubridade, melhoria da infraestrutura, bem como a melhoria da rede de transporte que só melhorara o centro da cidade do Rio de Janeiro.

É possível identificar nessa imagem a construção de uma mensagem contrária ao destino dado pelo poder republicano às verbas públicas que, conforme representa o chargista, não eram apenas os brasileiros carentes, pobre, que tinham interesse em vê-las sendo

utilizadas ao seu favor. Como se constata na charge, na visão dos mais abastados, o dinheiro deveria ter como prioridade a melhoria das condições de vida das classes populares.

Através dos gestos e das expressões faciais dos personagens que aparecem em primeiro plano nesta charge, é possível perceber indignação, revolta e ao mesmo tempo uma determinada aceitação de perceber e reconhecer o problema de má utilização do dinheiro público e aceitar as prioridades estabelecidas por uma minoria que não compartilham da mesma realidade e problemas sociais da maioria da população carioca, ao menos no plano do discurso.

A posição da mão do personagem, bem como seus olhos assustados e sua testa contraída demonstram a sua irritação e nos dá a impressão de que o seu objetivo era acabar com aquele descaso do poder público para com o enorme contingente de pessoas desempregadas, famintas e desabrigadas que eram observadas constantemente nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

Assim, por vezes, a charge traduz a preocupação de alguns brasileiros, que viviam na Capital Federal, em face do quadro de pobreza e do abandono com os quais as classes populares se viram obrigada a conviver, sobretudo, desde que se observara a intensificação do processo de modernização.

### 3.1 A cidadania em *O Malho*

Como vimos, o Rio de Janeiro vivenciava a sua *Belle Époque*, representada pela edificação de belos teatros e os encontros da elite carioca nos cafés centrais e salões culturais da cidade, bem como pelos banquetes realizados em virtude da inauguração das obras do porto e da Avenida Central, em projetos nos quais era empregado uma boa parte do dinheiro público.

Temos o objetivo de demonstrar nessa seção como as relações de poder são exercidas através do controle social utilizando charges e crônicas da revista *O Malho* para refletir as desigualdades sociais e os direitos civis de acordo com as aspirações do sistema republicano brasileiro. Uma questão levantada é a importância dos direitos civis para manter a ordem republicana e para garantir a igualdade política e social em particular. Não cabe aqui a discussão jurídica sobre direitos civis, isso é uma vasta e rica discussão que não temos tempo para fazer neste estudo.

Desta forma, torna-se relevante explicitar alguns argumentos clássicos sobre a questão de cidadania e direitos civis para posteriormente contrastá-los com as charges retiradas da revista para podermos refletir como se estabeleciam as relações sociais na sociedade do Rio de Janeiro no início do século XX.

De acordo com Thomas Marshall a relações entre a cidadania e os direitos civis:

Pretendo dividir o conceito de cidadania em três partes. (...) Chamarei estas três partes de, ou elementos, de civil, política e social. O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual - liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último se difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros (...). Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo. (...) O elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais.<sup>196</sup>

Segundo esta teoria clássica, o conceito e o exercício da cidadania está ligado ao âmbito do estado nacional e à proteção dos direitos individuais:

[...] a evolução da cidadania envolveu um processo duplo, de fusão e separação. A fusão foi geográfica e a separação, funcional. O primeiro passo importante data do século XII quando a justiça real foi estabelecida com força efetiva para definir e defender os direitos civis do indivíduo – tais como o eram então – com base não em costumes locais, mas no direito consuetudinário do país.<sup>197</sup>

Notamos no discurso de Marshall a ideia de que esse tipo de direito e os tribunais de justiça são instituídos para a proteção do indivíduo que antes eram súditos, servos e agora são

<sup>196</sup>MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e "Status"*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, p.63.

<sup>197</sup>Ibidem, p.64.

cidadãos da república. Mas acreditamos que há diferença, no ponto de vista dos fundamentos da desigualdade nos dois contextos. Para Marshall, a desigualdade esta fundamentada moral e juridicamente no *status*, afirmando-se jurídica, social e politicamente o modelo de uma sociedade republicana hierarquizada que se garantiu a “igualdade jurídica” aos cidadãos onde as desigualdades se justificam pelas diferenças de classes sociais, econômica e política.

Podemos dizer com isto que a cidadania, mesmo em suas formas iniciais, constitui-se no principio da igualdade mesmo sendo naquela época uma instituição em desenvolvimento. Começamos pelo ponto em que todos os homens são livres, na teoria, capazes de exercer seus direitos, a cidadania se desenvolveu pelo enriquecimento, como vimos acima, pelo conjunto de direitos de que os cidadãos eram capazes de usufruir.

Para José Murilo de Carvalho<sup>198</sup> o exercício de certos direitos, como a liberdade de pensamento e o voto, não gera automaticamente o gozo de outros, como a segurança e o emprego. O exercício do voto não garante a existência de governos atentos aos problemas básicos da população. À liberdade e a participação não levam de imediato à resolução de problemas sociais.

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos. Esclareço os conceitos. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos.<sup>199</sup>

Carvalho explica muito bem a divisão dos cidadãos em duas partes bem distintas, os que possuem direitos civis e aqueles detentores da cidadania civil e da possibilidade de participação política. Junto a estes grupos temos a parte os grupos sociais excluídos – mulheres e analfabetos, por exemplo – que foram se manifestando ao longo de décadas para ter seus direitos com a ampliação da cidadania política para além de determinados grupos seletos.

Neste sentido iremos começar pela Constituição de 1891, que após várias discussões, validou alguns interesses liberais, entre eles a restrição do voto aos brasileiros adultos e alfabetizados do sexo masculino que não fossem soldados ou religiosos.

---

<sup>198</sup>CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.8.

<sup>199</sup> Ibidem, p.9.

Estamos de acordo com Carvalho quando afirma que é possível que haja direitos civis sem direitos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a uma determinada classe da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Quando falamos em direitos políticos, nos referimos ao direito ao voto. Pode haver direitos civis sem direitos políticos, mas o contrário não é cabível.

Sem direitos civis, principalmente o direito a liberdade de opinião e organização, os políticos, sobretudo o voto podem existir apenas formalmente ficando esvaziados da participação popular, não representando a população.

Apoiado em dados estatísticos Carvalho, afirma que é quase nula a participação política da população carioca na Primeira República. Contestamos esta afirmação de Carvalho já que notamos várias estratégias de expressão e manifestações políticas da população que circulavam na sociedade carioca da época entre elas: os motins, greves, manifestações e formação de associações de auxílio mútuo como vamos ver na revista.

Enquanto isso, na Constituição de 1891, a discussão em torno dos direitos sociais tomou outro ângulo. De um lado, a existência de uma população à margem do mercado de trabalho que é propícia à “desordem”, por isso muitos parlamentares defenderam duas ordens de ação: a repressão policial e a educação para valorizar o trabalho. Por sua vez os elementos ligados ao socialismo reformista também defendiam a educação do trabalhador, só que não no sentido de classe dominante, mas também para a promoção da cidadania dos operários.<sup>200</sup>

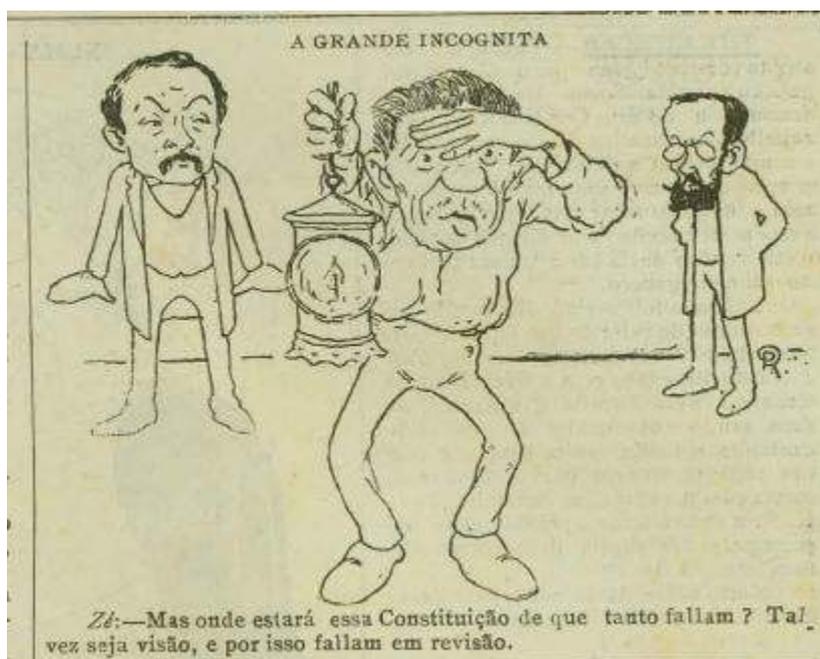
Podemos perceber nas charges e crônicas a seguir retiradas da revista ilustrada *O Malho* que o discurso adotado pela revista tem o objetivo de construir uma cultura política favorável ao regime republicano que implica em um conjunto de discursos extremamente ambíguos e controversos em algumas situações, como podemos constatar a partir da análise das fontes abaixo.

## **Figura 22**

### *A GRANDE INCOGNITA*

---

<sup>200</sup> TENÓRIO, op. cit., p.67.



Zé: - Mas onde estará essa Constituição de que tanto falam? Talvez seja só visão, e por isso falam em revisão.

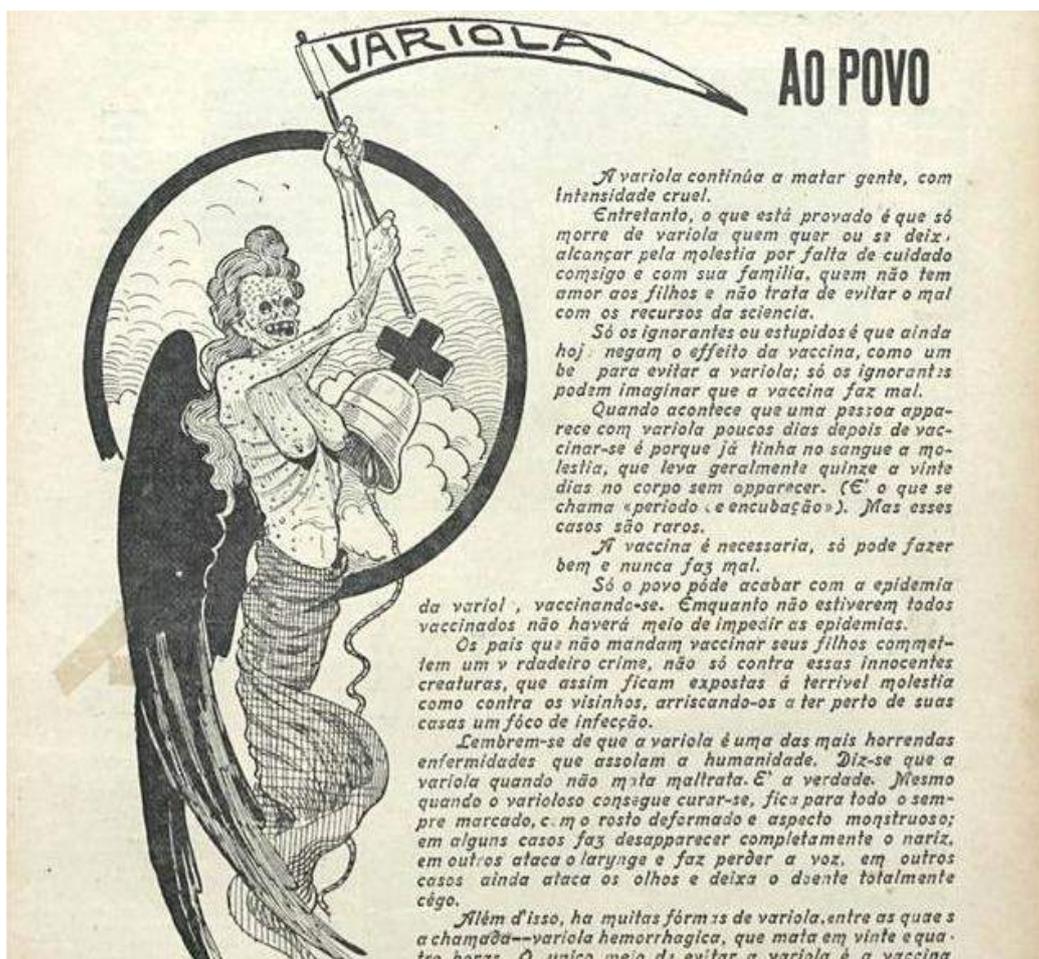
Fonte: *O Malho*, ano II, número 60, 08 de agosto de 1903, p. 06.

Na charge acima percebe-se em primeiro plano “Zé” segurando um lampião. Ele representa o povo, população do Rio de Janeiro que está na escuridão, sozinho, perdido e a procura de seus direitos civis estabelecidos na Constituição. Atrás, no segundo plano, está Rui Barbosa responsável pela elaboração e formulação do texto constitucional que foi aprovado em 1891. Rui Barbosa e o outro parlamentar estão quietos só observando que caminho o “Zé” está seguindo. Essa charge critica diretamente os representantes do povo e sua omissão nas políticas públicas. Tais representantes não estão cumprindo com seus deveres e a população esta reivindicando seus direitos, ou seja, procurando-os nos limites que seu próprio esclarecimento permite enxergar, a partir da metáfora de se trazer à luz.

Em 1908, a revista publica uma coluna chamada “Ao povo – Demonstração de sua miséria”. Esta coluna irá circular por apenas 2 (dois) meses entre setembro e novembro de 1908, em geral ocupa 1 (uma) página inteira e fala sobre um tema específico. A primeira crônica ira defender a vacinação contra a varíola e ira criticar fervorosamente as pessoas que não se vacinaram e que não vacinaram seus filhos. A crônica dá apoio explicitamente a política pública do governo em querer vacinar a população carioca em massa, e utiliza um discurso duro que enfatiza a falta de amor e cuidado daqueles que por alguma razão não vacinaram seu filhos e familiares, como veremos a seguir:

### **Figura 23**

*AO POVO*



Fonte: *O Malho*, ano VII, número 312, 05 de setembro de 1908, pg.08.

A coluna começa enfatizando “[...] o que está provado é que só morre de vacina quem quer ou se deixa alcanças por esta moléstia por falta de cuidado comsigo e com sua família, quem não tem amor aos filhos e não trata de evitar o mal com os recursos da sciência.” Mais uma vez a revista usa seu discurso imperativo e opressivo para evidenciar que o surto de variola é responsabilidade da população que não se vacina. A revista em momento algum explica o que é a vacina, como ela é aplicada ou seus efeitos colaterais, caso exista. A revista só impõe que a população se vacina e joga toda a responsabilidade sobre as classes populares que ainda relutam a se vacinar após a Revolta da Vacina. Com efeito, em momento algum a revista utiliza este espaço para esclarecer a população o que é a vacina.

Outra matéria da coluna “Ao povo – Demonstração de sua miséria”, publicada em 12 de setembro de 1908, traz em anexo uma tabela com os gastos do governo em varias áreas:

### Figura 24

AO POVO



(O povo que veja este quadro, que o estude em todas as suas divisões, e muito poderá aprender com esse esforço diante da eloquência dos algarismos. Não o auxiliaremos e no próximo número trataremos com elle as consequências do seu estado, publicando o enorme desequilíbrio entre o que se gasta em seu real benefício e o que se gasta por assim dizer inutilmente.)

FORÇAS ARMADAS	SERVIÇO DA DÍVIDA	APPARELHO GOVERNAMENTAL	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
Exército..... 62.377.000\$000	Juros e amortização, divida externa..... 48.250.000\$000	Serviços fiscaes.. 29.200.000\$000	Portos, pharões e outras obras, etc. 21.030.000\$000
Marinha (*)..... 52.563.000\$000	Juros e amortização, divida interna..... 35.333.000\$000	Serviços diplomaticos..... 6.130.000\$000	Navegação, viação, agricultura, immigração, etc. 19.100.000\$000
Policia e Bombeiros..... 9.862.000\$000	Juros, cofre de orphãos, Caixas Economicas, bilhetes do Thezouro..... 10.143.000\$000	Congresso não entrando as propozições que importam em egual somma)..... 3.666.000\$000	Hygiene, assistencia, soccorros, etc..... 8.850.000\$000
122.822.000\$000	Resgate de papel moeda, serviço de dividas especiaes..... 28.260.000\$000	Serviços do Acre.. 2.833.000\$000	Instrução..... 4.718.000\$000!!!
(*) Do orçamento da marinha foram aqui deduzidas as verbas que se referem aos serviços dos portos e pharões, e que, de certo modo, se podem considerar de utilidade publica.	121.995.000\$000	Justiça..... 2.087.007\$000	Museu, bibliotheca, observatorio, etc..... 1.174.000\$000
		Secretarias dos ministerios..... 1.462.000\$000	54.932.000\$000
		Presidencia..... 377.000\$000	
		Aposentados, pensões e dispõiveis..... 11.711.000\$000	
		Outros serviços: exercicios findos, restituições, Guarda Nacional, eventuaes, etc..... 18.927.000\$000	
		76.393.000\$000	

Vejam os agora como são gastos e em que são desperdiçados esses 376.142 contos.

Nas tabelas estão discriminados os gastos do governo nas seguintes áreas: Forças Armadas, Serviço de Dívida, Aparelho Governamental e Serviços de Utilidade Pública, demonstrando que o serviço de segurança e pagamento da dívida demandavam cerca de 122.000\$000 e 121.000\$000, o que representava o dobro da despesa com serviços públicos.

Podemos observar que o uso da tabela tinha o propósito de provar que o dinheiro público era mal utilizado, acarretando na situação de “miséria” do povo a qual vivia a grande parte da população brasileira. A crônica finaliza seu discurso “*Ao povo que veja este quadro, que o estude em todos os detalhes, que compare a totalidade de cada uma de suas divisões, e muito aprenderá com esse pequeno esforço diante da eloquência de algarismo.*” Observamos que a revista deseja que a população tome conhecimento de como o dinheiro público esta sendo utilizado. Isto é, há um desequilíbrio entre grandiosidade que existe para alguns na Capital Federal e a miséria que não era percebida pela população brasileira e por isso esta coluna para evidenciar esta realidade e “acordar” a população da sua real situação.

O cronista não assina a coluna, mais expõe a miséria rural que a maioria da população sofre e mostra a ineficiência do Estado como aponta a “passividade do povo” em sua crônica.

Ocupado em cavar a vida, sem tempo para coçar, o povo não sabe a quantas anda nem como é empregado o seu rico dinheirinho.

Deixando à revelia os seus negócios, só sentindo que vai mal, quando os impostos augmentam, e a carestia de vida se torna por demais insuportável, o povo deve queixar-se de si mesmo, porque não fiscaliza a administração dos seus haveres, e não sabe por si que o dinheiro que paga em impostos e que representa o seu sangue é gasto principalmente que nada produzem, em verdadeiros desperdícios, ao passo que só uma pequena parte é empregada de modo a promover a riqueza e o desenvolvimento do país.<sup>201</sup>

O cronista atribui essa passividade a nenhuma incapacidade específica ao povo. Trata-se apenas que as classes populares não intervêm nas decisões do Estado. Mas esta “omissão” por parte das classes populares que “*não fiscaliza a administração dos seus haveres, e não*

<sup>201</sup> Coluna “Ao povo”, *O Malho*, ano VII, número 313, 12 de setembro de 1908, pg.08.

*sabe por si que o dinheiro que paga em impostos*” e justificada pela situação de miséria que as classes populares vivem que eram obrigadas a lutar diariamente pela sua sobrevivência e não tinha como dá atenção aos gastos e negócios públicos.

O cronista em outro exemplar de sua coluna vislumbrar um projeto que almeja o poder político das classes populares;

E isto continuará assim por muito tempo, si o povo, mystificado nas eleições, não procurara conhecer os males que o afligem, o cancro que o devora e que precisa extirpar.

E isto continuará assim, si o povo não eleger, de verdade, presidentes que estejam a altura do cargo, que tenham programas reaes e bem definidos, abrangendo todas as necessidades do paiz, e os executem com firmeza.<sup>202</sup>

Assim, segundo este cronista a situação das classes populares seria melhorado quando 2 (duas) providencias fossem tomadas: primeiro as classes populares teriam que tomar conhecimento dos males que as afligem; depois o “povo” teria que escolher governantes que atendessem as necessidade e que seriam firmes para executar o programa prometido nas eleições. Se antes o “povo” estava ocupado tentando sobreviver, agora ele ocupa uma posição que até então desconhecia, de definir o destino de sua vida e exterminar todos os seus males.

Podemos concluir então que os direitos sociais como podemos perceber garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação dos cidadãos no governo, os direitos sociais garantem o bem-estar coletivo. Entretanto, pelo que vimos a partir de alguns exemplos retirados da revista *O Malho* a realidade não é tão igualitária como propunha a Constituição de 1891, prevalecendo os interesses de uma minoria preocupada em manter seu *status* que eram incompatíveis naquela sociedade e aludido n’*O Malho*.

O comendador Acciloy continua a preparar tudo para engazopar o povo no próximo pleito eleitoral! Não há violência que elle não pratique, umas a bruto, outras pelo sistema do morcego: mordendo e soprando. Eu tenho dito a esta gente e agora repito: mesmo amarrado, o burro só se deixa chupar enquanto quer.

Essa afirmação tanto serve para o Ceará como para todos os estados governados pelas oligarquias roedoras e sugadoras.<sup>203</sup>

No texto acima, além da explicita crítica às praticas politicas utilizadas pelas oligárquicas de todo o país para se manter no poder há uma alusão pejorativa à presença das classes populares na politica; “o *burro* só se deixa chupar enquanto quer”, com esta frase o cronista menciona a possibilidade que a população pode reagir contra a oligarquia. Ao chamar as classes populares de “burro” nos remete a significado de “ignorância” e desconhecimento do que esta fazendo, ou seja: votar.

Como na crônica anterior o cronista afirma que é necessário que a população aprenda a votar para poder mudar seus males. Esta crônica mostra que a população ignora a

<sup>202</sup> Coluna “Ao povo”, *O Malho*, ano VII, número 314, 19 de setembro de 1908, pg.08.

<sup>203</sup> Coluna “Correspondência do Ceará”, *O Malho*, ano VIII, número 332, 23 de janeiro de 1909, pg. 15.

importância e o feito do voto e que esta passivamente e indiferente aguardando o resultado das eleições. O discurso da revista é de dar voz as classes populares nas urnas, apoia e força política ao povo. Entretanto para reverter essa ignorância era preciso a intervenção dos intelectuais, ou seja, da imprensa. Através da revista as classes populares teriam acesso às ideias positivistas que seriam embasados pela ciência como arma de regeneração desta população que ira aprender a vestir, trabalhar, morar em locais adequados e a votar de acordo com os ideais e representações que o moderno e civilizado irão moldar sua identidade nacional.

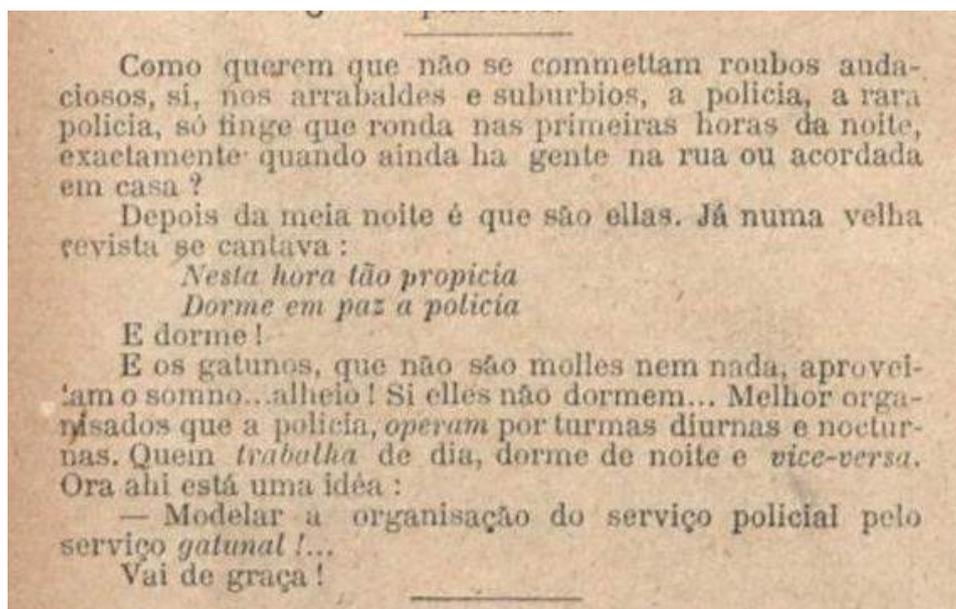
Resumindo, em tese os direitos sociais podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos, mas na ausência destes, seu objetivo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem que a sociedade não produza excessos de desigualdade social garantindo o mínimo de bem-estar para todos. Mas não é o que percebemos ao analisar a revista *O Malho*.

Seja como for, uma coisa é certa: que essa cidadania poderia ser estendida as classes populares desde que esta se adaptasse aos moldes impostos pelas concepções de modernidade em curso, através da vacinação, da boa moradia, da mudança dos hábitos e costumes, da disciplina do comportamento, do comprometimento com a busca do trabalho honesto e disciplinado. Enfim, pela incorporação dos ideais da civilização. Então temos uma cidadania moldada na perspectiva social, ou seja, do comportamento civilizado em todas as instâncias onde se processavam as transformações trazidas pela modernidade, nunca ultrapassando os limites impostos pela classe dominante.

### **3.2 O cotidiano das classes populares em *O Malho***

A partir destas referências pode-se constatar que os chargistas da revista *O Malho* apresentaram à população de leitores através de uma linguagem bem simples, inteligível para a maioria da população, as contradições e os conflitos de um país de dimensões continentais que se conclamava como sendo civilizado e moderno e, no entanto, convivia lado a lado com a pobreza, o infortúnio e o descaso do governo federal para com o quadro social do país. Nesse sentido, fica muito claro o desejo dos chargistas e cronistas d' *O Malho* em mostrar a dualidade do processo de modernização do Brasil e, sobretudo da sua capital.

#### **Figura 25**



Fonte: *O Malho*, ano IV, número 172, 30 de dezembro de 1905, p.10.

Para mostrar a ambiguidade no discurso da revista *O Malho* retiramos parte de uma coluna que mostra seu apoio à intervenção policial para tirar os “gatunos” das ruas. Critica que o policiamento não está sendo efetivo durante a noite e debocha que os “gatunos” são muito mais organizados que o serviço policial.

A punição passa a integrar um sistema social muito mais amplo, Foucault chama de disciplina<sup>204</sup>: uma serie de mecanismos que visa separar o indivíduo dos outros e de si mesmo. Assim como podemos ver nas charges e crônicas acima esses mecanismos servem para qualificar este individuo em louco ou não, moral ou amoral, sadio ou doente, bom cidadão ou delinquente – vândalo. Há o deslocamento do problema da infração à norma ao problema da amoralidade da conduta do indivíduo. Passam a existir menos punições e mais vigilância.

A disciplina é administrada pelo Estado através das casas de correção, hospícios, escolas e o serviço policial etc., entre outros mecanismos de disciplinarização, podemos ir mais longe e inserir a imprensa, a revista estudada como forma de disciplina como analisamos em Gramsci<sup>205</sup>. São mecanismos modernos de exercer controle e poder para produzir sujeitos capazes de funcionar como engrenagens desta nova sociedade moderna e europeizada idealizada pela classe dominante em formação.

O Estado transmite a imagem de que esse poder exercido sobre os indivíduos é cordial e benevolente, algo que supostamente pretende corrigir e reabilitar a pessoa, nunca apenas pune algo positivo e necessário. Isso, porém, revela uma intolerância crescente contra

<sup>204</sup>O conceito de disciplina está exposto no capítulo I. FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir - História da Violência nas Prisões*. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1987.p.133.

<sup>205</sup>Já discutido no capítulo I os mecanismos de disciplinarização. COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

qualquer desvio das normas de comportamento. Vale a pena ressaltar que a teoria da construção do discurso de disciplina de Foucault<sup>206</sup> em que afirma que há novas formas e praticas de trabalho e de punição características da sociedade moderna, observa-se, como exemplo dessa situação a teoria e a prática da disciplinarização que era feita pelo Estado carioca, administrado por meios autoritários de Pereira Passos, nas charges estudadas nas Figuras 19, 20 e 21.

Para finalizar essa seção, destacamos na crônica abaixo a defesa das obras e dos projetos políticos de modernização republicanos. As questões sociais, as dificuldades e a exclusão social experimentada pelas classes populares não são divulgadas. O jornal defende o discurso de que os planos do governo para a cidade são os melhores para a população e que a mesma está aprovando tais projetos participando da inauguração. Como veremos, logo após a crônica encontra-se uma foto da inauguração das obras que irão alargar a avenida, para ilustrar a preocupação que a revista tinha de acompanhá-las.

Assim, em 12 de março de 1904 *O Malho*, faz circular com essas palavras a notícia sobre o principal ícone das transformações:

[...] E a grande Avenida Central, como as obras do porto, representam os factores os mais bem planeados para a solução desse problema, que se desdobra na conquista da salubridade e na realização do embelezamento da cidade do Rio de Janeiro. E é por isso que muito justificado foi contentamento da população desta capital quando accorreu jubilosa e em massa a assistir ao acto da inauguração [...].<sup>207</sup>

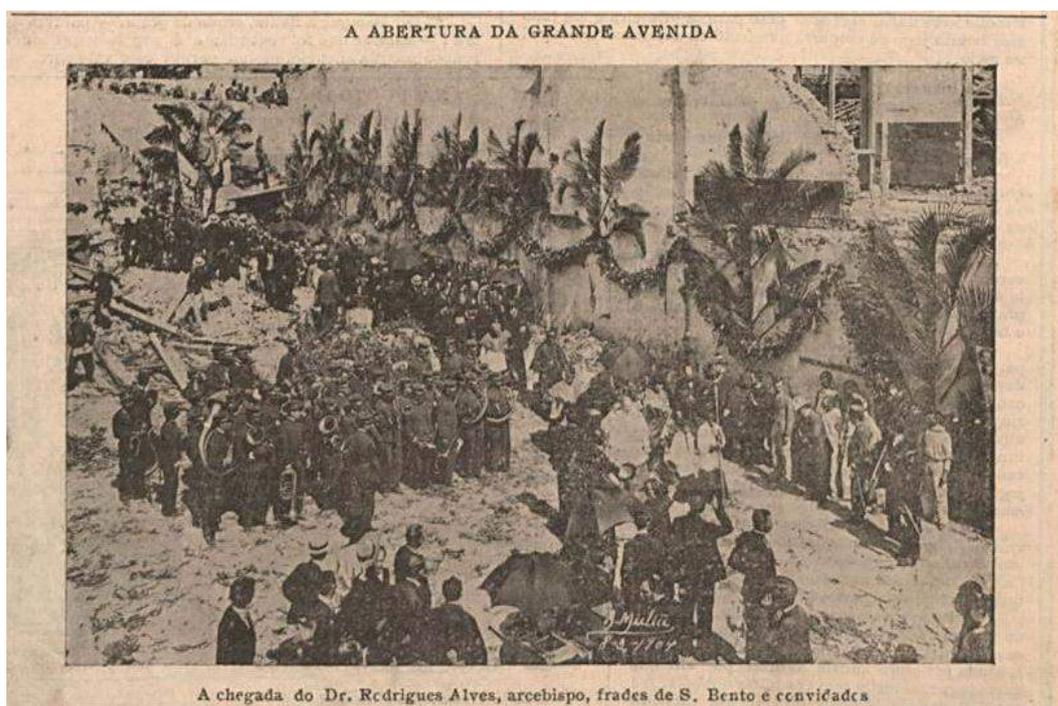
### **Figura 26**

#### *A ABERTURA DA GRANDE AVENIDA*

---

<sup>206</sup> FOUCAULT, p.134

<sup>207</sup> *O Malho*, 12 de março de 1904.p.17.



A chegada do Dr. Rodrigues Alves, arcebispo, frades de S. Bento e convidados.

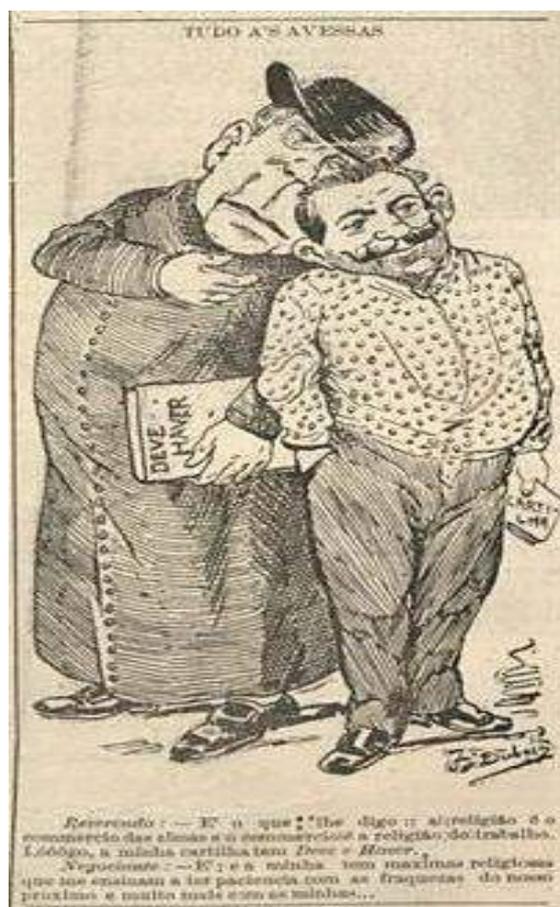
Fonte: *O Malho*, ano III, número 78, 12 de março de 1904, p.05.

Na foto, podemos destacar a tentativa de angariar o apoio da Igreja e da população com ideais conservadores com a presença dos frades do convento São Bento. São mais de 10 frades convidados para a festa de abertura da avenida. Além da bênção dos frades há uma banda de música e a presença de engenheiros, intelectuais e do presidente Rodrigues Alves.

A revista ainda destaca a ida de membros da Igreja, padres, monges, bispos, entre outros, na inauguração das obras da avenida e do porto, mostrando como é necessária a sua presença como forma de legitimação deste evento político. Esta participação ganhou destaque por semanas. As bênçãos da Igreja eram necessárias ao processo de modernização e, ainda que as instituições, Igreja e Estado, tenham sido separados no início do novo regime, os valores tradicionais, como o catolicismo, não poderiam ser completamente abandonados em nome da modernização.

### Figura 27

*TUDO AS AVESSAS*



Reverendo: - E' o que lhe digo: a religião é o commercio das almas e o commercio é a religião do trabalho. Lóóógo, a minha cartilha tem *Deve e Haver*.

Negociante: - É, e a minha tem máximas religiosas que me ensinam a ter paciência com as fraquezas do nosso próximo e muito mais com as minhas...

Fonte: *O Malho*, ano III, número 104, 10 de setembro de 1904, p.24.

A charge de autoria não identificada faz uma dura crítica à Igreja e à compara ao comércio e o reverendo explica para o comerciante como funciona o “commercio das almas” por ele explorado. Na foto anterior, figura 26, podemos perceber que a presença da Igreja principalmente a Igreja católica é de suma importância para apoiar e validar os projetos de reurbanização da cidade. O governo precisa que a Igreja aceite e abençoe seus projetos, mas além dessa necessidade, essa crônica também informa que o que era religioso, santo, benigno e tradicional naquela época e espaço, agora, no contexto da modernização, parece começa a ser visto como uma instituição corrompida e nada religiosa.

Quando o reverendo afirma que comércio é a religião do trabalho está dizendo que as novas regras do trabalho e do capital são validas, além de isentar e absolver todo e qualquer ato que vai contra o comércio, qualquer crítica ou duvida que possa pairar sobre ele.

### 3.2.1 Usos e costumes

A limpeza moral e física da cidade do Rio de Janeiro era um dos principais objetivos dos projetos de urbanização, sendo necessário realizar as obras de alargamento das principais ruas da cidade para melhorar a circulação do ar e o bem estar físico das pessoas. As obras do porto, além de modernizar a cidade, a tornar mais agradável aos olhos do estrangeiro, da classe dominante e revigorariam o comércio na área.

#### Figura 28

##### O MALHO

##### O «MULAMBO» DA «FAROFA»...



Mais uma *fit*a oferecida aos poderes municipais e outros amantes do progresso. É um dos trechos mais frequentados da capital carioca e por onde costumam passar visitantes estrangeiros, que, assim, recebem bellas primícias impressionistas de *bons costumes*...  
 Fonte: *O Malho*, ano IX, número 413, 13 de agosto de 1910, p. 38.

Esta charge ilustra muito bem o discurso de apoio a higienização não só espacial, mas como também de costumes. Pede que o poder municipal e os “amantes” do progresso tomem providencias e retire das ruas cariocas pessoas cujo habito e o costume de ficarem “vagando”, dormindo pela cidade parecem contrastar com os princípios da assepsia perseguidos. Assegura que nesta capital as ruas são frequentadas por visitantes estrangeiros e esses não podem ficar expostos a esses “*bons costumes*” de um “passado” não muito remoto que a revista expõe e repudia. A preocupação e crítica observadas na figura 22 com relação à má

utilização do dinheiro público é uma crítica a não utilização da verba pública para a moradia popular. Com esta charge podemos ver a real intenção dos chargistas em querer retirar das ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro as pessoas que não se enquadram no perfil branco, moderno, civilizado e europeu.

A crítica à falta de habitação popular não é pura e simplesmente direcionado ao problema da falta de moradia das classes populares, mas antes expressão de um olhar sobre a nova cidade em construção no qual uma fração importante da sociedade é eliminada (deslocada) das novas ruas e avenidas no trajeto da modernidade. Esta nova cidade moderna não tem espaço para velhos hábitos como a mendicância, o costume de vagar ou de dormir nas ruas, e inúmeras vielas e becos do centro. Essas pessoas precisam de um lugar afastado do centro da Capital Federal para viver: o subúrbio, processo como sabemos bastante presente na obra de Lima Barreto (1881-1922).

Para finalizar, as duas (2) cenas a seguir iram mostrar como a revista estava empenhada em alterar o costume e a vida cotidiana das classes populares. A primeira se trata de uma charge e a segunda de uma foto de um comerciante de peixe nas ruas da cidade do Rio de Janeiro.

### Figura 29

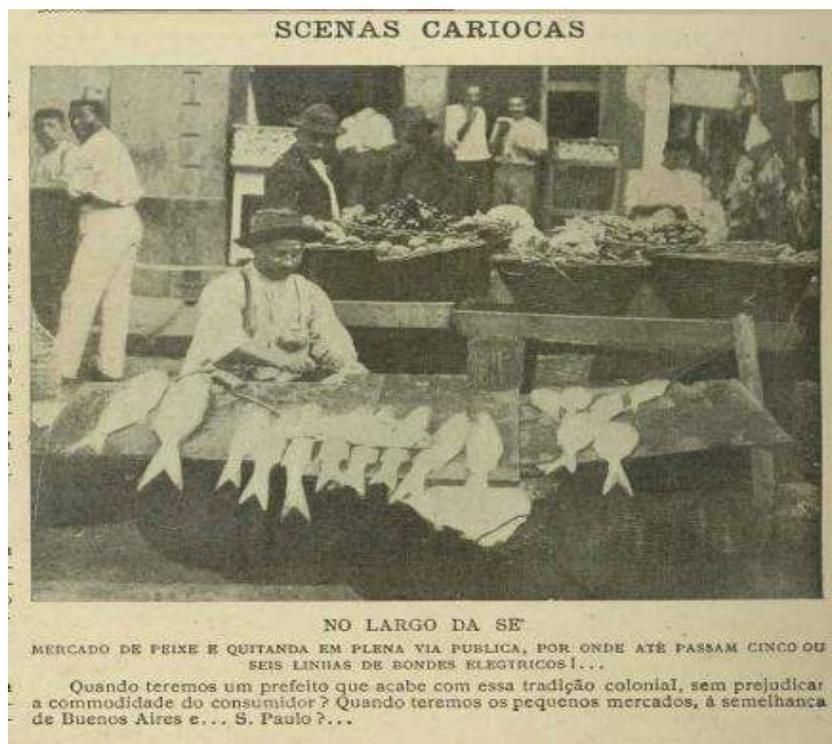
#### USOS E COSTUMES O VENDEDOR DE AVES VULGO – O HOMEM DAS GALLINHAS



Continuando a campanha contra os maus usos e costumes da Capital da Republica, apresentamos hoje o famoso *homem das galinhas*, com o seu estafado bucephalo, sobre cujo lombo duas *capoeiras* de cipó torturam os galináceos, por effeito dos boléos que lhes dá a pesada e trôpega andadura do animal quasi sempre lazarento. Ao lado, vê-se um rascunho do que *devia ser* o vendedor de aves, com a sua *capoeira ambulante* sobre um leve vehiculo. Um pouco mais de humanidade para com os pobres bichos e um pouco mais de limpeza e civilização para com os homens!

Ahi fica a ideia com vistas á Protectora dos Animaes, á hygiene e á esthetica municipaes...

Fonte: *O Malho*, ano IX, número 413, 13 de agosto de 1910, p. 35.

**Figura 30****SCENAS CARIOCAS****NO LARGO DA SE'**

Mercado de Peixe e QUITANDA EM PLENA VIA PUBLICA, POR ONDE ATÉ PASSAM CINCO OU SEIS LINHAS DE BONDES ELÉTRICOS!...

Quando teremos um prefeito que acabe com essa tradição colonial, sem prejudicar a comodidade do consumidor? Quando teremos os pequenos mercados, á semelhança de Buenos Aires e ....S.Paulo?....

Fonte: *O Malho*, ano IX, número 413, 13 de agosto de 1910, p.44.

A primeira charge repudia a utilização do animal, o burro, como forma de locomoção do ambulante que vende galinhas denunciando os maus tratos tanto do burro quanto das galinhas que vão presas a um cesto – chamado de capoeira – no lombo do animal, em contra partida faz um “rascunho” do que seria o desejável vendedor de galinhas. Este agora possui um veículo leve, aparência de bicicleta, com centos mais ventilados para carregar as galinhas. E não podemos de evidenciar a vestimenta deste novo vendedor de galinhas, agora ele possui uniforme, sapato e chapéu muito bem alinhado para andar de acordo com a capital da República.

O texto da charge ainda finaliza pedindo “mais humanidade para com os pobres bichos e um pouco mais de limpeza e civilização para com os homens!” Agora nós questionamos quem são esses homens que a revista esta pedindo a tão idealizada limpeza e civilização? Para os estrangeiros que passam constantemente pelo centro da cidade, os burgueses, para as classes populares que consomem ou são os ambulantes que precisam deste trabalho para sua sobrevivência.

Percebemos que o cronista se refere aos ambulantes, eles tem que mudar e se enquadrar no novo modelo de limpeza e civilização que esta cidade e a sociedade em formação se impõe, e, para isso, é necessário a disciplina tanto na forma de se vestir quanto de trabalhar. É necessário que esses ambulantes mudem sua forma de trabalho, assim como sua cultura e costume de viver ao alterar sua vestimenta e locomoção. Em outras palavras, aos trabalhadores mais simples, identificados com um mundo a se superar, se impunha novas necessidades de forma e maneiras para o seu “novo” enquadramento social.

A foto logo em seguida pertence também ao mesmo contexto de limpeza social e espacial. A foto questiona quando o prefeito ia acabar com essa tradição colonial, exigindo local específico, ou seja, mercados para a comercialização de produtos e ainda questiona quando iremos parecer com Buenos Aires, um exemplo de civilidade e modernidade na América Latina.

Entretanto, a cidade era dominada por figuras semelhantes às acima descritas, figuras como o *Zé Povo*, homem pobre, subempregado, estivador, ambulante e o desempregado que vive à margem da sociedade moderna e civilizada, que mendigava dinheiro e a atenção dos políticos. Como percebemos, existiu uma preocupação sociológica e política entre os cronistas e chargistas estudados n’ *O Malho* em retratar e documentar esta população tão diversa e múltipla.

Nessa perspectiva, através do *Malho* é possível também concluir que a diversidade social presente na capital da República contrasta diretamente com os ideais estéticos da modernidade avesso à essa diversidade. O fato da presença, em grande número, de pobres e mendigos nas ruas do centro do Rio de Janeiro, especialmente nas regiões alvos dos benefícios das reformas urbanas se confrontam nas páginas do *Malho*. Nesse ambiente a pobreza em excesso nas ruas do centro gera um mal-estar entre as elites, que costumava frequentar os teatros e salões situados nas áreas nobres da cidade, a presença da diversidade social carioca entre a pobreza e a miséria contrariando os padrões da nova estética moderna.

### **3.3 Movimentos sociais na revista *O Malho*.**

Vimos nas crônicas, charges e fotos como a revista *O Malho* foi excludente, preconceituosa, opressora etc. ao manifestar seu apoio ao discurso do Estado como se este representasse os interesses da maioria da população. Com efeito, chamamos a atenção para o fato que de início a revista mostra um discurso cativante e de apoio à população, mas, na evolução das análises das charges, fotos e crônicas percebemos que *O Malho* defende os interesses e a ideologia dominantes.

Neste tópicO pretendemos analisar como os movimentos populares, como as greves, a Revolta da Vacina e Revolta da Chibata foram discutidos nas páginas da revista ilustrada e qual foi o discurso adotado pela revista nas diferentes ocasiões. Da mesma forma, pretendemos observar através da perspectiva do *Malho* como foram tratadas pela revista as manifestações ou reações das classes populares a toda essa opressão e desigualdade em curso nos anos iniciais da Primeira República.

Percebemos que os chargistas e cronistas estavam balizados na incorporação do cômico, do ridículo e da sátira e que o riso tem uma perspectiva apaziguadora e regeneradora do homem e da sociedade, fato que nos leva a mais uma vez lembrar Guilherme Mendes Tenório, quando se refere ao papel da imprensa na sociedade de massa: “(...) a mediação se faz também no espaço da competência cultural das coletividades. A partir dai, passa a fazer sentido porque *O Malho* conjugava referências eruditas com referências populares, adequando sua produção simbólica aos mais distintos públicos”.<sup>208</sup>

Entretanto, podemos dizer que a apropriação da cultura popular<sup>209</sup> pelo *O Malho* não seguiu exclusivamente à lógica econômica e sim à política. A partir de considerações de Lima<sup>210</sup> é possível afirmar que a utilização de símbolos para expressar ideias políticas tinha como objetivo a construção de uma cultura política favorável ao regime republicano.

### 3.3.1 As greves

Iremos refletir a partir das charges e das crônicas qual foi o discurso da revista *O Malho* sobre os movimentos sociais da época em foco. Para tanto, recorreremos mais uma vez a Tenório, quando afirma que, *O Malho* chegava tanto aos trabalhadores mais humildes da Central do Brasil, como carroceiros e aos membros das associações<sup>211</sup>, como também aos setores representantes da modernidade do trabalho, como os operários e os sindicatos.

Discordamos desta afirmação e com os exemplos a seguir das charges e crônicas iremos observar que a revista possui um discurso ambíguo e que reproduz o discurso da classe dominante a fim de propagar os valores, ideais e tradições importados da Europa.

<sup>208</sup>TENÓRIO, op. cit., p.46.

<sup>209</sup>Adotamos o conceito de cultura popular embasados no teórico Roger Chartier, ele afirma que é possível reduzir as inúmeras definições da cultura popular a dois grandes modelos de descrição e interpretação. O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irreduzível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos, então, de um lado, uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrado em si mesmo, independente, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada. CHARTIER, Roger. Cultura Popular. Revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol.8, no.16, 1995, p.179-192.

<sup>210</sup>LIMA, op. cit., p.23.

<sup>211</sup>TENÓRIO, op cit, 2009, p.80.

Em 27 de junho de 1903 n' *O Malho* editou na seção Chronica:

Preencheram o interesse dos primeiros dias da semana os operários do Novo Lloyd Brasileiro, declarando-se em *grève* visto lhes ter sido imposto um director de officinas que com elles não irá a missa e com quem elles não estavam dispostos a ir, nem para o céu. Os operários, em movimento de acção uniforme, bem combinada, puderam manter-se durante dias seguidos nessa attitude-e Deus sabe e nós sabemos quanto custa, quantos sacrificios se impõem as classes dirigidas quando assim se colocam, ausentes do trabalho, do labor que é o seu único ganha-pão de todo dia. Firmes no seu proposito, imperturbaveis na sua decisão de não conceberem a idea de quererem á fina força lhes impingir o Sr. Conceição, o que lhes deu a victoria final, - não ha negar - foi o animo resolute, calmo e pacifico que conservaram em toda a difficil emergência, demonstrando que sabem ser enérgicos mas prudentes, fortes porem reflectidos e odeiros.

Bella licção para os moços do Lloyd, o Novo, que com suas innovações e modernismo dão por páos e por pedras. Profícuo emsinarmento, que oxalá aproveite aos Horacios e Curiacios, para que saibam quanto valem e como prevalecem o direito e a justiça contra as imposições da iniquidade e do pouco senso administrativo.

Um bravo aos operarios do Lloyd e parabéns a toda a classe operaria, que marchou em toda a campanha direitinha como um só homem – mas um homem de valor, ás direitas.<sup>212</sup>

### Figura 31

#### *A VICTORIA DOS OPERARIOS DO LLOYD*

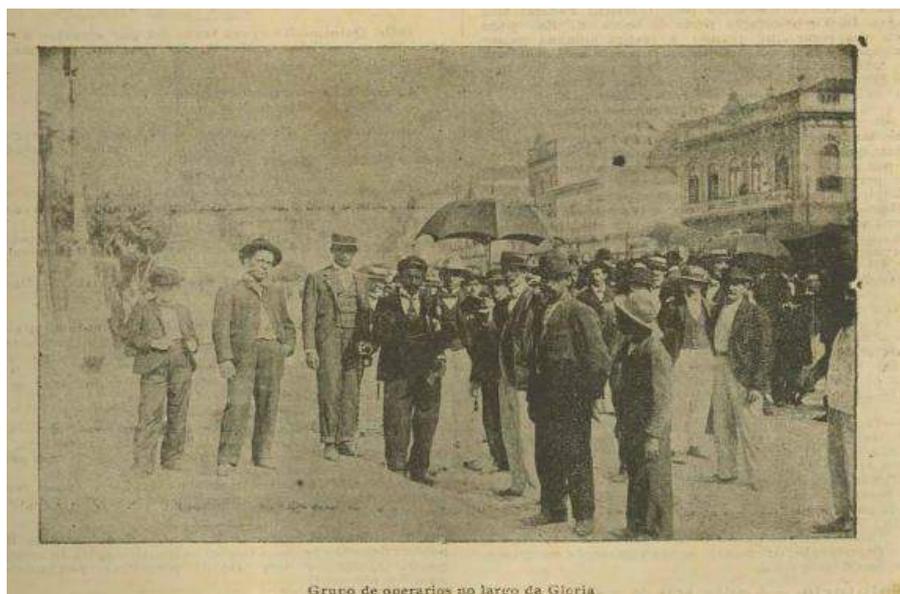


Grupo de operarios quando se dirigiam ao palácio do Cattete  
Fonte: *O Malho*, ano II, numera 41, 27 de junho de 1903, p. 04.

### Figura 32

#### *GRUPO DE OPERARIOS DO LARGO DA GLORIA*

<sup>212</sup> *O Malho*, ano II, número 41, 27 de junho de 1903, p. 03. Grifo no original



Fonte: *O Malho*, ano II, número 41, 27 de junho de 1903, p. 04.

Nesta crônica seguida das fotos sobre a greve e manifestação dos operários do Novo Lloydy, a revista apoia a manifestação e chancela o movimento operário como *sabendo ser enérgicos mas prudentes, fortes porém reflectidos e ordeiros*. *O Malho* em algumas charges associa os operários ao “povo” tendo suas ações simbolicamente legitimadas, mas estas ações são só legitimadas quando são ordeiras e pacíficas, sendo assim um exemplo de sociedade civilizada. Destacamos a forma que a revista se refere e parabeniza os operários pela organização e a forma que conduziram a manifestação:

[...] em movimento de acção uniforme, bem combinada, puderam manter-se durante dias seguidos nessa atitude-e Deus sabe e nós sabemos quanto custa, quantos sacrifícios se impõem as classes dirigidas quando assim se colocam, ausentes do trabalho, do labor que é o seu único ganha-pão de todo dia.<sup>213</sup>

E a revista finaliza seu apoio e felicitações afirmando que os operários apoiam o governo e as reformas que a capital esta passando, quando mencionando que os operário marcharam *direitinha*, e depois para concluir a frase usa abertamente o termo “*ás direitas; um bravo aos operarios do Lloyd e parabéns a toda a classe operaria, que marchou em toda a campanha direitinha como um só homem – mas um homem de valor, ás direitas.*” E ainda sustenta o discurso que um homem de labor marcha de acordo com os ideais e propostas de um determinado grupo politico que esta no poder, a direita.

Uma particularidade da revista *O Malho* é que ela publicou e deu apoio às manifestações ordeiras, os que saem deste perfil são vistos como bárbaros e/ou não são publicados, quando são publicados, esta forma de manifestação *O Malho* critica duramente expondo assim seu discurso de apoio á classe dominante. Mas quando esses movimentos

<sup>213</sup> Trecho retirado da crônica: *O Malho*, ano II, número 41, 27 de junho de 1903, p. 03.

sociais saem do controle da polícia e dos órgãos institucionais, o movimento é deslegitimado e suas ações são interpretadas como prejudiciais ao cotidiano da população, são chamados de: desordeiros, bárbaros e que não merecem pertencer a esta sociedade.

É visível também como algumas vezes a revista procura opor o “povo” ao movimento operário, deslegitimando as suas ações e afirmando que esses movimentos são prejudiciais ao cotidiano da população. Devemos também considerar outro ponto, o conhecimento, ou seja, a necessidade de integrar as classes populares à nossa situação política e social que estava em curso na primeira década do século XX, que era o regime republicano, isto implica na tentativa de direcionar as experiências culturais populares para subordina-las ao Estado.

Daí resulta a ambiguidade do discurso utilizado pela revista *O Malho*, um misto de aprovação e repúdio às experiências políticas e sociais populares, nas quais eram salientados em suas páginas os aspectos ordeiros ou desordeiros, civilizados ou bárbaros, rudes.

Logo, uma análise das charges e crônicas sobre a classe trabalhadora é de suma importância para entender as várias formações da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro. Formação não apenas no sentido daquilo que eles incorporam em sua experiência mais como é a construção do sujeito social e qual a representatividade através das charges e crônicas nas páginas da revista. Mas infelizmente não temos tempo suficiente para realizar esta análise, esses questionamentos ficam para uma outra pesquisa, provavelmente para o doutorado.

Neste trabalho podemos perceber a dimensão simbólica na construção de cidadania como experiência social entendendo as classes populares como produtores e sujeitos sociais. Assim observamos com os textos e imagens retirados d’*O Malho* que a revista seleciona os indivíduos que seus pares que são considerados cidadãos. Esta classificação é vinculada a experiência social e política integrada com a existência de um poder simbólico dos intelectuais, jornalistas que compreende a nomeação e classificam as ações políticas e sociais.

De acordo com Tenório na imagem crítica do humor, a ideologia oficial apresenta uma face contraditória. Mas nem por isso a sátira deixa de vincular uma visão de mundo particular sobre o funcionamento da política e da sociedade, uma visão que pode ser exclusiva do chargista ou ter a interferência dos editores da revista.<sup>214</sup>

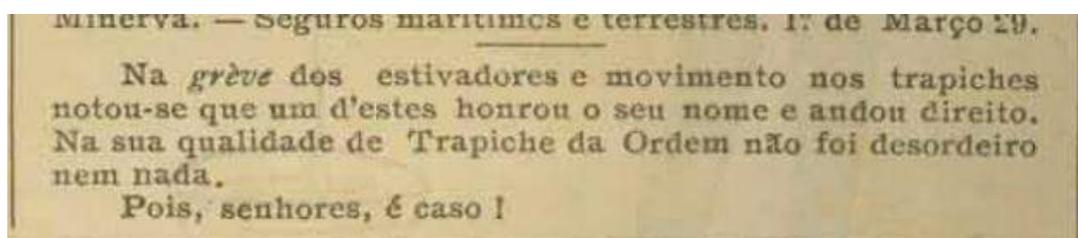
Os exemplos das charges e crônicas abaixo são para ilustrar a quantidade de greves que estavam eclodindo na época mostrando assim, o descontentamento da classe operária

---

<sup>214</sup>TENORIO, op. cit., pg. 81.

perante seus “patrões” e como a revista deu destaque a esta dando ênfase a estes movimentos. Nota-se como as palavras direita(o) e desordeiro aparece com frequência.

**Figura 33**

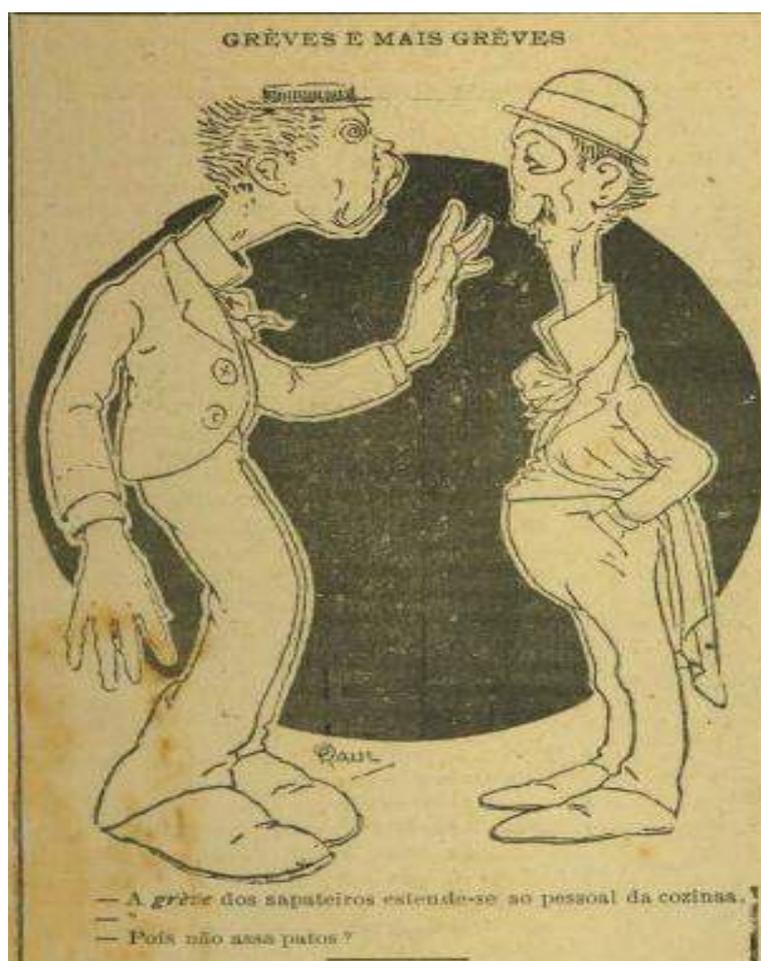


Fonte: *O Malho*, ano II, número 51, 05 de setembro de 1903, p. 12.

Então, a greve dos operários de tecidos não passou de uma peça?  
 - é; foi uma peça muito mal tecida... não passou de uma peça de brim...  
 - Hein?  
 - De brim...cadeira!<sup>215</sup>

**Figura 34**

*GRÈVES E MAIS GRÈVES*



- Greve dos sapateiros estendeu-se ao pessoal da cozinha

<sup>215</sup> *O Malho*, ano II, número 41, 21 de junho de 1903, p. 07.

- Pois não se assa patos?  
 Fonte: *O Malho*, ano II, número 65, 12 de dezembro de 1903, p. 06.

### Figura 35

#### *ECHOS DA GREVE*



*Operarios: - Sr. Chefe! nós queremos garantias contra os nossos companheiros em greve, que não nos querem deixar trabalhar....*  
*Chefe: - Ah! querem garantias? Aqui as têm: é um sacco para apanharem...*  
*Operarios: - As pedras?*  
*Chefe: - E o mais que vier....*

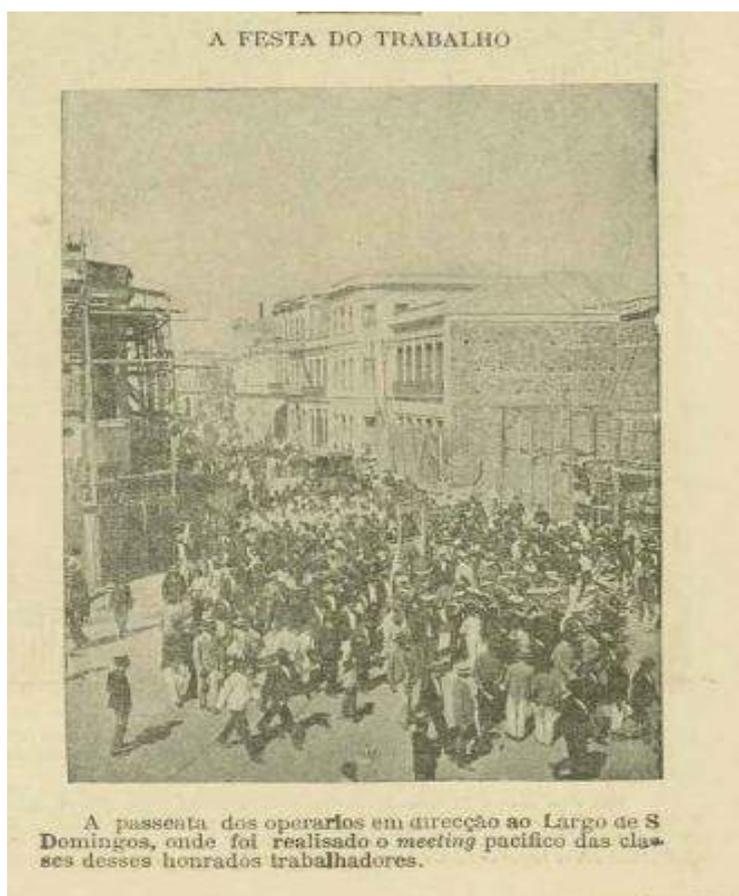
Fonte: *O Malho*, ano IV, número 142, 03 de junho de 1905, p. 29.

Em outro momento incipiente no que diz respeito aos movimentos sociais esta charge confunde os papeis a revista se colocando contra a greve, e se pondo ao lado do operário que pede garantias contra os companheiros que estão em greve e que o impede de trabalhar. O Chefe por sua vez oferece um sacco de pedras para jogar nos companheiros grevistas. Este tipo de situação resulta da ambiguidade no discurso adotado pela revista: em um primeiro momento, apoiava o operário grevista, mas, em um segundo momento, 2 anos depois esta está incentivando os mesmos operários a saírem da greve incitando os mesmos a irem contra seus colegas de trabalho para poder enfraquecer o movimento de greve, incitando um operário contra o outro. Podemos perceber o poder da revista, dando um misto de aprovação e repudio

as experiências políticas populares nas quais eram salientados os aspectos ordeiros ou desordeiros, civilizado ou rude.

### Figura 36

#### A FESTA DO TRABALHO



A passeata dos operarios em direcção ao largo de S. Francisco, onde foi realizado *meeting* pacifico das classe desses honrados trabalhadores.

Fonte: *O Malho*, ano V, número 192, 19 de maio de 1906, p. 18.

Mais uma foto de uma passeata pacífica dos honrados trabalhadores no dia do trabalho. *O Malho*, como sempre, valorizando a passividade das pessoas ao se manifestarem. Podemos concluir que este olhar sobre o trabalho incide sobre uma visão simbólica da construção da cidadania como experiência individual e social nesses movimentos sociais. Assim observamos como os textos e como as imagens de *O Malho* busca definir o comportamento e seleccionam os indivíduos dignos de serem considerados honrados cidadãos.

Na imagem crítica do humor, a ideologia oficial se esbarra com sua face contraditória. Mas nem por isso a sátira deixa de se vincular a uma visão de mundo pré-estabelecida nos

moldes europeus sobre o funcionamento da política e da sociedade, uma visão que pode ser exclusiva do chargista ou ter influência dos editores da revista.

Em todo caso, esta construção de sujeitos políticos e sociais por meio do discurso da imagem não se dava no vazio. Isto é, as charges e os textos da revista conferiam sentido às experiências sociais de indivíduos e sociedade que eram reais na Primeira República, dando legitimidade a determinadas ações.

**Figura 37**

*A PROPOSITO DO CONGRESSO*



- Então, tens gostado do Congresso Regional dos Operarios?
- Chi! Mito! A rapaziada tem estado valente como diabo. E o Mususo? Metteu a catana Na imprensa que não foi graça...”Venal, escrava da burguesia... eu sei lá...
- Excessos de linguagem. O que acho melhor é que elles tratem de obter, por bem ou Por mal, as 8 horas de trabalho e a habitação hygienica e confortavel.
- De certo! São cousas que entendem com a vida, com a saúde – e nessas cousas não deve haver meias medidas.
- Mesmo porque, si os operarios não se moverem, o governo fica no molle e a tuberculose continuará a grimnar....

Fonte: *O Malho*, ano V, número 188, 21 de abril de 1906, p. 26.

*O Malho* nesta charge estimula a participação do operário na política e cita algumas políticas públicas como moradia e higiene que deve ser melhoradas e ampliadas para a classe operaria, assim como a carga horaria de 8 horas que era um assunto bem recorrente na época.

Observamos que a revista estava dando ênfase para a questão trabalhista e a luta da classe operária. Também não podemos descartar a hipótese de que a revista disputava a atenção dos trabalhadores, suas charges não faziam rir, mais valorizavam a certas experiências do trabalho e políticas, principalmente aquelas mais coerentes como uma cultura de política de participação. No dia 9 de maio de 1903, nas comemorações do dia do Trabalho, a crônica escrita:

Uma passeata ordeira, uma festa pacifica, realizada tão somente entre manifestações de ruidosa alegria, sem os incidentes que nos centros europeus costumam assignalar esse dia escolhido pelo operário para seu abraço de confraternidade numa folga de algumas horas, todos reunidos como família.<sup>216</sup>

Novamente os adjetivos “*ordeiras e pacificas*” se repete e ganham ênfase quando o cronista relata os incidentes europeus que ocorreram no dia da comemoração do Dia do Trabalhador, provavelmente é referência a confrontos com a polícia relacionado ao fluxo de ideais anarquistas que a revista não apoiava. O exemplo a seguir ilustra uma das charges para exemplificar a campanha anti-anarquismo propagada pela revista.

### Figura 38

#### PRECAUÇÕES



*Polícia:* - Hum!... Não sei como se há de conhecer o individuo que é anarchista...  
Pois si elles não trazem letreiro na testa!...

*Secreta:* - Mas trazem-n'o na língua: são os que fallam de Deus e todo mundo....

*Polícia:* - Hum!!... Nesse caso temos de prender o Rio de Janeiro em peso...  
Ainda não ouvi ninguem fallar bem de cousa nenhuma. Até o Irineu Machado  
metteu a catama em tudo!...

Fonte: *O Malho*, ano VII, número 283, 15 de fevereiro de 1908, p. 19.

<sup>216</sup> CRONICA, *O Malho*, 09/05/1903, p.03.

Conforme Nicolau Sevckenko<sup>217</sup>, o imaginário da ordem foi uma das características singulares da República no Brasil, dando incentivo a práticas de controle social e de enquadramento das relações sociais em um novo complexo de hierarquias em substituições ao Império.

A historiografia contemporânea tem se interessado pelas práticas de ordenamento social que emergiram com o sistema republicano. Tal ordenamento passou a ser explorado em espaços como fábricas, hospícios, presídio, escolas e principalmente nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, cujo processo urbanístico alinou-se ao controle de higiene social, ou seja, retirar as pessoas indesejadas das ruas que no plano da política estavam no plano de não cidadãos, assim como os anarquistas. Esse grupo, anarquistas, ameaçava a ordem e os costumes que a Primeira República desejava implantar e para isso era preciso retirá-los de circulação, mesmo não tendo certeza, ou provas de quem eles eram.

### **3.4 Revoltas: perspectivas e problemas**

#### **3.4.1. Revolta da Vacina**

Nessa seção lançamos mão de dois episódios emblemáticos do período em análise, a Revolta da Vacina (10 a 16 de novembro de 1904) e Revolta da Chibata (22 a 26 de novembro de 1910) com intenção de analisarmos algumas perspectivas do tipo de controle social e formas de opressão presentes no início do século XX. Estes exemplos são recortes feitos pelo *Malho* do cotidiano da cidade no qual teve que se posicionar. A revista nessas ocasiões se pretende um espelho da rotina nas ruas da cidade do Rio de Janeiro alterada por acontecimentos que atingem a vida da cidade no quesito mais caro que diz respeito à manutenção da ordem social o que nos leva a indagação sobre o lugar e à função d' *O Malho* no contexto político e social vigentes nos primeiros tempos da ordem republicana.

Nessas situações observa-se da parte da revista uma sintonia com o discurso da classe dominante no sentido de se manter afastado do centro urbano, no caso, da cidade do Rio de Janeiro, as pessoas que não se enquadram no novo perfil de civilização. A cidade, nas páginas d' *Malho*, não tem mais espaço para todos. À revista também possui seu grupo de excluídos. A partir das crônicas abaixo e das fotos publicadas sobre a Revolta da Vacina e da Chibata entenderemos este discurso opressivo e excludente presentes na revista:

A' hora em que escrevemos esta chronica rapida, a situação assumiu um caráter profundamente diverso do que tinha, quando começávamos a preparar este numero do *Malho*. A vacina obrigatória era a bandeira da agitação popular. A massa não a queria e protestava, protestava talvez excessivamente; mas emfim, si a ordem publica estava alterada, o governo, as instituições não estavam atacadas. *O Malho*,

<sup>217</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensão sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras. 2003.p. 93.

jornal popular por excellencia, traduzindo e corporificando as aspirações, o desejo, a vontade do povo, não podia deixar de mostrar qual era a ineluctavel vontade do povo neste particular.

Era somente a isso que se limitaria a sua acção.; Brincando, rindo, criticando, comentando com a pena e o lapis actos e factos, o *Malho* não é, porém, por isso inimigo da estabilidade social e politica; ao contrario, se lhe dão licença é até um de seu melhores factores. Não é por nos gabarmos, mas somos o que pôde chamar – uma coluna da ordem.

\*\* contra a revolução, somos sem hesitação. Contra a revolução em geral, contra toda e qualquer revolução e muito especialmente contra esta, que Dr. Lauro Sodré preparou tão desastrada, quanto injustamente, *O Malho* afirma positivamente que não trepida em se declarar. Quando o governo se divorcia do sentimento popular, a correcção está na opinião publica, o que quer dizer em boa parte esta nestas columnas, livres e francas, em que se faz a critica que não se fere nem molesta, mas corrige, aparta o erro, mostra o sentimento do povo e reage sempre de modo eficaz sobre os dominantes.

A força da opinião é a única insopitavel: contra ella não ha poder, nem dominio. Ella derrama-se como em partículas imponderaveis na atmosfera e o governo respira: ha de sentil-a queira ou não queira, e quem a ella não se subordina, não pode viver. O appello á força é um retrocesso aos processos aos processos bárbaros: faze-lo é caminhar para traz e afastar-se violentamente do objeto colimado.

\*\* O que factos provam é que o Sr. Lauro Sodré quis prevalecer-se da situação anormal da população para dar um golpe galgar o poder. E como fez isso? Enganando dos bravos rapazes da Escola Militar, iludindo-os, declarando que todo exercito estava com elle e só faltava a Escola. E depois de por meio dessa perfidia haver levado os rapazes ao combate, depois de haver sacrificado a vida de alguns e a carreira de todos – e entre elles havia muitos que terminariam o curso para o mez – no momento em que era preciso que ao menos subesse resgatar a sua culpa, entrando em fogo e sabendo morre, fugiu vergonhosamente, fugiu miseravelmente!

\*\* *O Malho* não pode pedir ao governo piedade; mas pôde pedir-lhe justiça. Seja implacável, tanto quanto o rigor da lei o permite, com os promotores desse movimento injustificavel, leviano, criminoso e pérfido; mas tenha a benevolencia possivel para com esses valentes rapazes da Escola, que, ainda errando, procediam em nome de um sentimento nobre, revelavam um character asinda puro, superior, incomparavelmente superior ao triste ambicioso, que vergonhosamente os sacrificou!

.....

Os nossos aplausos ao governo são sem reservas e muito sinceros, por ter suffocado o “pronunciamento” militar na madrugada de 15. A população desta cidade recebeu a noticia da repressão com mostras intimas de vivo prazer, porque o seu bem estar não exige o sacrificio da legalidade e porque a ditadura com que queriam “presentear” a nação seria inquestionavelmente um presente de gregos – fonte perenne das maiores calamidades que pôdem pesar sobre um paiz novo, sedento da máxima liberdade, dentro da paz e da ordem.

Podemos garantir que foram esses sentimentos da grande massa que trabalha, da maioria enorme deste povo pacatissimo, com o qual estamos identificados até á medulla – nós, que lhe conhecemos intimamente todas as vibrações da grande alma. [...]<sup>218</sup>

A crônica escrita por Rui Vaz ilustrar o discurso ambíguo do periódico *O Malho*. Nela o cronista diz que é contra a “revolução popular”, mas, ao mesmo tempo afirma que “*O Malho, jornal popular por excelência, traduzindo e corporificando as aspirações, o desejo, a vontade do povo, não podia deixar de mostrar tal qual era a ineluctavel vontade do povo neste particular*”.

<sup>218</sup> Fonte: *O Malho*, ano III, número 114, 19 de novembro de 1904, p.3. Grifo no original.

*O Malho* diz que é um jornal popular por excelência e que a vontade do povo deve ser respeitada. Esta vontade inclui a opção de escolha de querer ou não se vacinar. Contudo, as classes populares são contra a vacinação obrigatória e é neste ponto que ele se coloca em oposição à vontade da população. O periódico “é contra a revolução em geral, contra toda e qualquer revolução e muito especialmente contra essa [...]”.

A revista vai além afirmando que o “país novo, sedento de máxima liberdade, dentro da paz e da ordem” que significa que a revista entende a revolta e *não concorda como a forma de protesto esta afetando a ordem pública* e deseja que tudo ocorra dentro da paz e da ordem. Este é um ponto chave para entender sua posição. *O Malho* apoia a vacinação, mas também entende que as classes populares têm voz, opinião e a respeita desde que não cause nenhuma desordem pública. Com efeito, está crônica foi publicada em novembro e o episódio da Revolta da Vacina se deu em 9 de novembro de 1904. Provavelmente eles não queriam que o episódio do quebra-quebra se repetisse ou tomasse mais força sendo notícia da revista da época como já dissemos.

No periódico, outra observação importante diz respeito ao uso do conceito de revolução para se referir ao movimento. Com o termo, *O Malho* maximiza seu significado diante de uma sociedade que se opunha a ideias revolucionárias e radicais. Acreditamos que o periódico queira criar uma antipatia ao movimento o tornando perigoso e violento em razão da “desordem popular”, além de nocivo à saúde por negar a vacinação, aumentando a proliferação de doenças.

*O Malho* defende abertamente a violência que foi exercida sobre os manifestantes. Como já dissemos antes estes manifestantes são chamados de bárbaro e por isso foram tratados como tal, com violência e a revista apoia esse ato dizendo “Os nossos aplausos ao governo são sem reservas e muito sinceros, por ter suffocado o “pronunciamento” militar na madrugada do dia 15. A população desta cidade recebeu a notícia da repressão com mostras intimas de vivo prazer [...]” deixa claro que a revista enaltece a violência utilizada para reprimir a revolta e mantém o discurso afirmando que a população recebeu esta notícia de repressão violenta da revolta com “vivo prazer”. Mais uma vez a revista toma a frente na “opinião popular” afirmando o que ela deseja e propagando suas expectativas como se fosse uma verdade.

Defendendo o governo abertamente e apoiando a vacinação obrigatória, o periódico diz: “[...] Sr. Presidente da República intervenha nesse caso da vacinação obrigatória, por modo de tornar aceitavel essa lei, uma vez que ella é considerada medida de salvação publica [...]”. Aqui se chega a defender o fim da vacinação obrigatória, mas o discurso muda no final da crônica. O tempo todo se posicionou contra a opinião popular e enaltecendo a justiça e a

legalidade da obrigatoriedade da vacina: “[...] Contra a revolução, somos sem hesitação. Contra a revolução em geral, contra toda e qualquer revolução...O apelo à força é um retrocesso aos processos bárbaros: faze-lo é caminhar para traz e afastar-se violentamente do objeto collimado”.

Nesta crônica podemos perceber que a revista mantém o discurso de apoio à vacinação obrigatória e que é contra a manifestação popular. A revista é claramente contra a manifestação popular e pede ao governo que tome providências em relação ao esclarecimento da população. Para manter a ordem é necessário que o governo conscientize esta população a fim de que ela compreenda os benefícios da vacina e aceite sem questionar e menos ainda causar uma “revolução” como a revista nomeia a Revolta da Vacina, aspecto que merece estudos mais detalhado sobre os horizontes da cultura política dessa revista no contexto dos primeiros tempos da Primeira República.

*O Malho* divulga fotos sobre a revolta, mais mantém a sua posição e só mostra um lado da manifestação, o da punição e exclusão dos envolvidos na manifestação. Observem como a revista é agressiva quando fala sobre as pessoas presas na Revolta da Vacina “[...] *Que os bons ventos os levem e que para cá não volte. Olhem só a cara delles!*” Essa oscilação da revista interessa o aprofundamento na medida em que *O Malho* deve ser também considerado como um produto e expressão de uma época onde se representam diferentes universos sociais e culturais no momento de definições e implantações do moderno e de suas concepções, espaciais e sociais, na sociedade carioca e que são passíveis de recuperação e exame como um conjunto de representações de um discurso político presente nas páginas ilustradas d’ *O Malho*.

O discurso político presente n’ *O Malho* sobre a revolta é contundente. As fotos destacadas abaixo são as únicas mostradas na revista. Vale ressaltar que, *O Malho* não mostrou a revolta em si; aquelas fotos clássicas da Revolta da Vacina em que a população coloca fogo nos bondes, quebra os lampiões e da polícia agredindo os manifestantes. Sintomaticamente, a revista publica apenas a prisão dos manifestantes ou, na linguagem utilizada pel’ *O Malho*, “bárbaros”.

É curioso destacar o discurso adotado pel’ *O Malho*. Como vimos houve dezenas de mortos e feridos, mas a revista apenas divulgou os presos. E ainda fez questão de mostrá-los, como vemos nas fotos selecionadas abaixo, sendo humilhados, para servirem de exemplo para que o episódio não tornasse a acontecer.

### Figura 39



O pessoal d'arrelia que andou quebrando lampeões e bonds, gente desembolada e que vai seguir para o Acre. Está hospedado na ilha das Cobras á espera de vapor. Que bons ventos o levem e que para cá não volte.

Olhem só para a cara delles!

Fonte: *O Malho*, ano III, número 115, 26 de novembro de 1904, p.3

### Figura 40

#### A SEPARAÇÃO DOS PRESOS



Os presos que seguiram para o Acre

Fonte: *O Malho*, ano III, número 116, 3 de dezembro de 1904, p.14.

Podemos observar nas fotos selecionadas pelo *O Malho* o conjunto bastante heterogêneo que compunha então a malta que punha em foco: mulheres, crianças e idosos, todos presos e banidos, o discurso político da revista não fazendo nenhuma distinção em relação ao grupo focado que não fosse o da condenação. Eles são tão perigosos assim? São

perigosos por tentarem questionar, terem voz, vontade e quererem exigir seus direitos sobre o próprio corpo e vida.

De acordo com a crônica anterior, estas pessoas são “bárbaras”, devem ser mantidas afastadas da sociedade. Elas representam todos os males e são perigosas para a população de cidadãos civilizados que habitam a cidade do Rio de Janeiro. Por isto, são isoladas em locais distantes. O destino deles era muitas vezes o Acre, sem perspectiva de retorno. Observamos ainda, através das fotos, não haver nenhum preso branco. Todos são negros.

Nesse ambiente, as classes populares, em especial os descendentes de escravos numa sociedade recém-liberta da escravidão são perseguidas e marginalizadas. Como diz Chalhoub, eles pertencem às classes perigosas; são negros e pobres e, conseqüentemente, marcados por vícios. Quanto maior a ociosidade e o não-trabalho, maiores são os vícios dado que, para muitos, as expressões “pobre” e “vicioso” significavam a mesma coisa.<sup>219</sup>

Assim é que a noção de que a pobreza de um indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes conseqüências para a história subsequente de nosso país. Este é, por exemplo, um dos funcionamentos teóricos da estratégia de atuação polícia nas grandes cidades brasileiras desde pelo menos as primeiras décadas do século XX.<sup>220</sup>

#### 3.4.2. Revolta da Chibata

Percebemos este mesmo dilema em outra manifestação popular alguns anos mais tarde, na Revolta da Chibata que teve início em 22 de novembro de 1910, aproximadamente 8 anos após a Revolta da Vacina. A Revolta da Chibata foi um importante movimento social no qual as heranças da escravidão foram difíceis de ocultar, os marinheiros brasileiros eram punidos com castigos físicos em regimes de trabalho e condições plenas de heranças das concepções da sociedade escravista. As faltas graves eram punidas com 25 chibatadas, com certeza o ritual das torturas tendo vários graus de condições até hoje pouco explorados. Esta situação gerou uma intensa revolta entre os marinheiros.

O estopim da revolta ocorreu quando o marinheiro Marcelino Rodrigues foi castigado com 250 chibatadas, por ter ferido um colega da Marinha, dentro do encouraçado Minas Gerais. O navio de guerra estava indo para o Rio de Janeiro e a punição, que ocorreu na presença dos outros marinheiros, desencadeou a revolta. O motim se agravou e os revoltosos chegaram a matar o comandante do navio e mais três oficiais. Já na Baía da Guanabara, os revoltosos conseguiram o apoio dos marinheiros do encouraçado São Paulo.

---

<sup>219</sup> CHALHOUB, op. cit., p.20.

<sup>220</sup> Ibidem, p.23.



**Figura 41***ORDEM E PROGRESSO!...*

Como se faz uma reclamação - aliás justa - perante um governo constitucional, novo, bem intencionado, e nas *bochechas* de uma de uma capital civilisadíssima, com um milhão de almas pacíficas e timoratas...

Fonte: *O Malho*, ano IX, número 429, 03 de dezembro de 1910, pg. 26.

Na charge de Storni notamos o marinheiro é alto, forte, com semblante de raiva e esta muito bem armado, está tomando de assalto a “indefesa e civilizadíssima” Capital Federal que esta visivelmente apavorada com a situação. Ao lado da Capital Federal esta o responsável pelo governo, calmo e também armado, só que não tão bem armado quanto o marinheiro. Na legenda da crônica Storni afirma que a reclamação é justa perante a um governo constitucional, novo e bem intencionado, mais não é o que a imagem do desejo mostra. A charge mostra violência e excesso de “poder”- por meio das armas - por parte do marinheiro, fica evidente que o marinheiro é o vilão nesta charge, sendo a vitima a cidade do Rio de Janeiro e o possível herói, o governo.

O chargista afirma que estamos em uma capital civilizada e que esta capital com um (1) milhão de almas pacíficas e timorata, ou seja, uma população dócil, tímida e que nunca seria uma ameaça aos marinheiros. Isto é, os marinheiros estavam utilizando de violência por serem bárbaros, não sabem dialogar e nem expor suas reivindicações para o governo. Vale destacar o título da charge: “ordem e progresso”. O chargista quer chamar atenção que aquela situação esta fora de controle, que não há ordem estabelecida na Capital Federal e que o

progresso tão desejado ainda esta longe de se tronar realidade com tal ato de barbárie. A revista vai mais além, para mostrar que o movimento é ilegítimo e violento mostra fotos das crianças mortas no confronto, este tipo de foto não foi utilizada na Revolta da Vacina.

**Figura 42**

*VICTIMAS DA REVOLTA*



**HERNANI E RICARDINA, FILHOS DO SR. HORACIO BAPTISTA LEAL, DESPEDAÇADOS PELA EXPLOSAO DE UMA GRANADA ATIRADA PELO CURAÇADO <<MINAS GERAES>>, QUANDO NNA MANHÃ DO 23 DE NOVEMBRO BRINCAVAM DESCUIDADAMENTE A PORTA DE SUA POBRE CASINHA, NO MORRO DO CASTELLO**

Hernani foi feito em pedaços, que foram atirados longe, sendo depois reunidos e recomposto o cadáver.  
Ricardina foi apanhada por um estilhaço que lhe quebrou as pernas, vindo a fallecer, momentos depois, na Santa Casa. O pai das innocentes victimas pediu e obteve do marechal Hermes recursos para enterra-las.

Fonte: *O Malho*, ano IX, número 429, 03 de dezembro de 1910, pg. 40.

O apelo dessas fotos foi o que mais nos impressiona, a legenda descreve como as crianças foram mortas; despedaçadas pela explosão de uma granada atirada pelo encouraçado, Minas Gerais, e que os pais não tinham condição de enterra-las e teve que contar com a ajuda do caridoso Marechal Hermes para custear com o sepultamento. Para aumentar o choque da morte das crianças a revista informa seus nomes e de seu pai e relata com detalhes como o corpo das crianças foram “preparados” para o sepultamento, assim como relata a forma trágica de como os estilhaços da bomba atingiram as crianças em frente a “sua pobre casinha”. O tempo todo a revista cita o nome das crianças nos procedimentos para criar um ambiente de empatia e vitimização com o governo e o sentimento de indignação contra os

marinheiros. “Hernani foi feito em pedaços, que foram atirados longe, sendo reunidos e recomposto do cadáver.” Ricardina foi apanhada por um estilhaço que lhe quebrou as pernas, vindo a falecer, momentos depois[...].”

Podemos perceber que este tipo de relato não é para mostrar o que está acontecendo na revolta, mais sim levar a população a pensar que a revolta é violenta e sem propósito já que tanto o governo como a população são pacíficos e civilizados. Em momento algum a revista mostra a causa, o por quê da manifestação. Somente enfatizando o momento de violência e de descontrole que a Capital Federal passava a mercê dos considerados homens bárbaros, violentos e impiedosos que matam qualquer pessoa segundo a concepção expressa no *Malho*.

Através das análises desenvolvidas neste trabalho, procuramos recuperar parte do ambiente político e social do Rio de Janeiro, Capital Federal, no início do século XX. Utilizamos a revista ilustrada *O Malho* para nos ajudar a entender como a cidade e as classes populares experimentaram aquele contexto de mudanças. Como vimos a Capital Federal não foi só projetada, construída e idealizada pelos engenheiros e arquitetos. Esta cidade reurbanizada e com novos hábitos também foi construída pelos cronistas e diretores dos periódicos em circulação, entre eles *O Malho*. Como vimos a partir de Márcia Diogo, os cronistas são também os projetistas desta nova cidade civilizada e moderna.

O texto não é somente um produto intelectual e estético, mas uma prática significativa, produtora de sentidos que procuram conferir inteligibilidade às coisas e ao mundo, no caso, dar sentido ao Rio de Janeiro idealizado pelo programa modernizador. Através das revistas e, em particular, da crônica era possível encontrar a ordem em meio a convulsão que se encontrava nas ruas da cidade.<sup>221</sup>

Para Diogo, a escrita da revista propõe sempre um sentido, representações que ajudam o leitor a decifrar e apresentam o seu mundo, num trabalho que remete a vários diálogos e redes de articulações entre o texto, a imagem e a experiência do leitor<sup>222</sup>. Percebemos que a revista é um meio pelo qual a população tem acesso mais rápido às informações. Ela é utilizada para propagar e vender novos costumes, hábitos e estilos de vida. Tânia de Luca enfatiza que as revistas têm um caráter de difusão de novos princípios e manifestos, um papel estratégico que consagra e transforma a novidade em rotina para os leitores<sup>223</sup>.

Podemos perceber claramente nas crônicas, charges e fotos analisadas o discurso ambíguo e elitista da revista *O Malho*, discurso este voltada para os ideais e novos costumes da classe dominante. A princípio o discurso é apresentado de forma geral, como opinião da toda uma população que deseja a reforma urbana e a higienização social. Assim, a revista toma para si um discurso generalista afirmando que é a voz do povo e ou todos desejam.

---

<sup>221</sup>DIOGO, op. cit., p.126.

<sup>222</sup>Ibidem, p.109.

<sup>223</sup>DE LUCA, op. cit., p. 37.

Procuramos analisar e discutir neste último capítulo as representações das classes populares nos movimentos sociais publicados nas páginas da revista *O Malho*, as quais repercutiram opiniões e impressões dos chargistas e cronistas acerca do quadro social e do cotidiano das classes populares na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira década do século XX. Podemos afirmar após baseados na historiografia e na análise da revista que o universo intelectual desses profissionais do humor – chargistas e cronistas – era coerente e compatível as representações clássicas das classes populares difundidas durante do período da escravidão, uma vez que os traços grosseiros de suas feições, assim como a simplicidade das roupas, a presença constante de erros de português nas falas, e a postura de submissão e obediência perante a um político ou a uma pessoa da classe dominante são aspectos recorrentes nas charges publicadas pelo *O Malho*.

Da mesma maneira podemos concluir que o conteúdo das charges nos sugere que as classes populares teriam que conviver com a precariedade, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, falta de higiene e de moradia. Esses obstáculos eram impostos por uma sociedade em vias de modernização e adepta das teorias de civilização e reurbanização importadas da Europa e adaptadas à realidade da cidade do Rio de Janeiro.

Por outro lado, é necessário esclarecer que esse veículo da imprensa denunciou uma série de medidas de opressão, violência e autoritarismos exercidos pelo estado sobre as classes populares. Medidas essas que impactaram diretamente vida e a rotina das classes populares limitando a ascensão social e determinando o seu espaço físico.

O exame das charges nos permitiu determinar que apesar de todo um processo realizado pela imprensa de inserção de controle social e urbano por parte do Estado com o apoio da imprensa podemos perceber que as classes populares resistiram e lutaram contra essa opressão e autoritarismo, nos quais destacamos as greves e a Revolta da Vacina e a da Chibata. Esses movimentos fazem com que nos deparemos com a consciência das classes populares acerca de seus direitos, bom como sua conscientização de liberdade, autonomia e controle do ritmo de suas vidas.

Podemos interpretar as charges como opressoras, autoritárias e ao mesmo tempo como exemplo de cidadãos conscientes, participativos, autônomos e instruídos. São poucas as charges e crônicas que retratam as classes populares como participativas e instruídas, entanto, mesmo que as denigrem e subestimam as classes populares tendem a reforçar a conquista, exclusão e a participação na sociedade carioca. As charges e crônicas nos revelam a existência de problemas essenciais relativo a questões sociais e políticas públicas que nem sempre são assinadas e explicitadas.

Nós deparamos com charges evidenciando o descontentamento, insatisfação, raiva e até atos de violência das classes populares face ao cenário social em que vivem. Concluimos que a revista *O Malho* de uma maneira ou de outra, mostra as classes populares e seus questionamentos, ou seja, essas pessoas são vistas, percebidas no seu cotidiano nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que posteriormente sejam ignorados pela classe dominante e seus políticos. Restando a essas pessoas estabelecer laços de sociabilidade para preservar sua cultura e seus costumes, bem como denunciar e reagir contra situações de autoritarismo e reivindicar as garantias inerentes a um cidadão.

## CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou resgatar um pouco das memórias da cidade do Rio de Janeiro, as classes populares que ali habitavam, da sua política e das transformações relacionadas a reforma urbana e os movimentos sociais para os quais a cidade serviu de palco durante o contexto conhecido como *Belle Époque*. Procuramos escolher e estudar as charges e crônicas que trazem consigo estruturas dinâmicas e carregadas de historicidade para que contribuíssem para resgatar a história da cidade, Rio de Janeiro, durante a Primeira República.

A figura do brasileiro mulato, mal vestido, descalço, pouco instruído, portador de feições grosseiras, mas que entendia e conhecia os reais interesses que moviam as ações e os projetos encaminhados pelos principais políticos que estavam a frente do comando da Capital Federal ditando aonde seriam empregadas as verbas públicas.

Da mesma forma, é possível perceber que as classes populares representadas nas charges reconheciam as razões pelas quais a engenharia dos melhoramentos da cidade era tão deficiente e falha que permitia a ocorrência de medidas autoritárias e excludente perante a esta população. A despeito disso, é notável a desconfiança das classes nos seus políticos, que são vistos como representantes dos interesses das classes dominantes e distantes da sua realidade. Assim, essas imagens e crônicas nos permitiram traçar um perfil das classes populares e de seus representantes que moravam na capital federal.

Em suma, essas fontes nos revelaram a diversidade das classes populares, bem como suas estratégias de sobrevivência diante de determinadas adversidades. Por outro lado, o exame das charges e fotos nos permitiu concluir que as classes populares não contavam com o auxílio do Estado para que suas vidas melhorassem principalmente os moradores despejados dos cortiços e casarões condenados pela vigilância sanitária ou pelo projeto de reurbanização realizado na Capital Federal na primeira década no início do século XX e que estavam longe de serem contemplados por qualquer política pública.

Assim, abandonados a sua própria sorte, as classes populares tinham que mobilizar esforços e recursos próprios para mudarem sua condição de vida em uma cidade cujos frutos da modernização e saneamento não estavam ao seu alcance. As relações travadas entre as classes populares e o poder público percebemos que houve conflitos, luta, ou seja, a população não ficou passiva ao autoritarismo e a opressão estabelecida por parte de seus governantes e foi em busca de seus interesses se expressando nos movimentos sociais como a Revolta da Vacina, da Chibata e as greves neste trabalho analisadas.

O discurso difundido na revista ilustrada *O Malho* acerca do comportamento das classes populares e de sua mobilização, destacamos que a revista não apoiou as classes populares, ao contrario, defendia as classes dominante, assim como o poder político vigente ratificando seu discurso positivista, excludente e o modelo europeu de comportamento. A revista ilustrada nos surpreendeu, pois acreditamos que iríamos encontrar um discurso inteiramente favorável às classes populares – discursos este apresentado na crônica inaugural da revista e em todos os exemplares estudados neste trabalho – logo percebemos uma visão ambígua e muitas vezes excludente. Este processo foi relevante, pois pudemos analisar a revista mais atentamente e com mais maturidade as crônicas e charges pel’ *O Malho* publicadas e tomando-o fonte e objeto de estudo.

Com efeito, de início a revista mostra um discurso cativante e de apoio à população - dizendo ser *representante do povo, a voz do povo* - mas no decorrer das análises das charges, fotos e crônicas percebemos que *O Malho* defende os interesses e a ideologia dominantes. Acreditamos estes novos ideais e estilos de vida inspirados na modernização europeia estavam entranhados na sociedade por isso essa aceitação e propagação de ideais realizados pelos agentes da imprensa. Os intelectuais da época – e neles incluo os redatores, jornalistas, cronistas e chargistas da revista – absorveram e apoiaram este discurso como se a maioria da população o tivesse também absorvido.

A cidade do Rio de Janeiro como vimos não foi só projetada, construída e idealizada pelos engenheiros e arquitetos. Esta cidade reurbanizada e com novos hábitos também foi construída pelos cronistas e diretores dos periódicos em circulação, entre eles *O Malho*.

O texto não é somente um produto intelectual e estético, mas uma prática significativa, produtora de sentidos que procuram conferir inteligibilidade às coisas e ao mundo, no caso, dar sentido ao Rio de Janeiro idealizado pelo programa modernizador. Através das revistas e, em particular, da crônica era possível encontrar a ordem em meio a convulsão que se encontrava nas ruas da cidade.<sup>224</sup>

Para Diogo, a escrita da revista propõe sempre um sentido, representações que ajudam o leitor a decifrar e apresentam o seu mundo, num trabalho que remete a vários diálogos e

---

<sup>224</sup> DIOGO, op. cit., p.126.

redes de articulações entre o texto, a imagem e a experiência do leitor<sup>225</sup>. Percebemos que a revista é um meio pelo qual a população tem acesso mais rápido às informações. Ela é utilizada para propagar e vender novos costumes, hábitos e estilos de vida. Tânia de Luca enfatiza que as revistas têm um caráter de difusão de novos princípios e manifestos, um papel estratégico que consagra e transforma a novidade em rotina para os leitores.<sup>226</sup>

Desta forma, pode-se afirmar que os agentes da imprensa acabaram influenciando as escolhas políticas dos brasileiros e, ao mesmo tempo, contribuíram para a sua instrução e percepção acerca dos interesses disfarçados às ações dos principais atores sociais, ajudando na reconstrução agora moderna e civilizada da história da sociedade carioca.

Como uma forma de medir e registrar os processos sociais, os crônicas, fotos e as charges veiculadas na revista revelaram não apenas o cotidiano de uma cidade em vias de modernização, mas também as particularidades da vida dos seus moradores, sobretudo daqueles setores que moravam no centro da Capital Federal. O estudo das imagens humorísticas focalizadas ao longo da pesquisa nos permitiu entrar em um passado revelador de singularidades que fizeram e fazem parte da vida das classes populares daquela época estuda 1902 a 1910.

Os processos e experiências abordados ao longo deste trabalho foram exemplos manifestos da resistência, da ação e adequação das classes populares perante aquela sociedade, modernizada e excludente, na qual buscavam encontrar brechas para exercer sua participação política, que possibilitaria a eles a ampliação dos seus direitos.

As informações contidas na revista *O Malho* não se esgotaram. O presente estudo privilegiou alguns fragmentos da memória desses profissionais na arte do humor e da sátira, que viram na imprensa ilustrada, um espaço de registro da luta das classes populares para extraírem a sua sobrevivência. Homens e mulheres que até então estavam ocultos e eram, muitas vezes, vistos como membros das “classes perigosas”. O presente estudo não se encerra aqui. Na realidade abriram-se novas possibilidades e formas de leitura, uma vez que as charges, fotos e as crônicas, dão margem a interpretações que não se esgotam. O historiador, ao se deparar com essas fontes, descobre novas perspectivas, caminhos metodológicos e perguntas, o que resulta, em uma nova forma de explicar o objeto estudado.

---

<sup>225</sup> Ibidem, p.109.

<sup>226</sup> LUCA, op. cit., p. 37.

## REFERÊNCIA

### FONTES

#### Revista:

Biblioteca Nacional:

Revista *O Malho*, 1902 a 1904. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20190&pesq=>.

Acessado a partir de 08 de março de 2014.

Casa Rui Barbosa:

Revista *O Malho*, 1902 a 1904. Disponível em:

[http://www.casaruibarbosa.gov.br/\\_omalho/?lk=14&qry=1902&imageField.x=25&imageField.y=3#](http://www.casaruibarbosa.gov.br/_omalho/?lk=14&qry=1902&imageField.x=25&imageField.y=3#). Acesso a partir de 10 de março de 2014.

### BIBLIOGRAFIA

**BARBOSA**, Marialva. *Os donos do rio: imprensa, poder e público*. Niterói: Vício de Leitura, 2000.

**BARCELOS**, Ana Paula. *Discurso jurídico e (des)qualificação moral e ideológica das classes subalternas na passagem à modernidade: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2007.

\_\_\_\_\_. *Discurso Jurídico e (des)qualificação moral e ideológica da pobreza urbana: Evaristo de Moraes (1871-1939)*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2011.

**BATISTA**, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

**BENCHIMOL**, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

\_\_\_\_\_. *Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro*. In:

**FERREIRA**, Jorge & **DELGADO**, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano*. vol.1. O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

**BRESCIANI**, M. S. M.. *Metrópoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 5, n°8/9, 1985, p. 35-68.

\_\_\_\_\_. *Acidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos*. Urbana – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade, v.6, p.64-95, 2014.

\_\_\_\_\_. *Cidades e o urbanos. Uma possível análise historiográfica*. Politéia (UESB), v.9, p.21-50, 2009.

**CARVALHO**, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

**CHALHOUB**, Sidney. *A Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

\_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de História*. V.8, n.16, março / agosto de 1998.

**CHARTIER**, R. “*CULTURA POPULAR*”: *revisando um conceito historiográfico*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995, p.179-192.

**COUTINHO**, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

**DANTAS**, Carolina V. *O Brasil Café com Leite: mestiçagem e identidade nacional em periódicos: Rio de Janeiro, 1903/1914*. Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2010.

\_\_\_\_\_. “Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na Primeira República”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 13, p. 67-90, 2009.

**DIOGO**, Márcia Cezar. *O RIO EM REVISTA. A reforma Pereira Passos nas crônicas da Revista da Semana, d'O Malho e da Kosmos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

**FOUCAULT**, Michael. *Vigiar e Punir - História da Violência nas Prisões*. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1987.

**FAUSTO**, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

- GRAMSCI**, Antônio. *Cadernos do cárcere - Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. 4ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, v. 3.
- HOLANDA**, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LE GOFF**, Jacques. *Calendário*. In: *História e memória*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990
- LIMA**, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.  
 \_\_\_\_\_. *História da caricatura no Brasil*. vol. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- LUCA**, T. R. de. *Leituras, projetos e (re)vistas(s) do Brasil (1916-1944)*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.  
 \_\_\_\_\_. MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Coleção Paradidáticos. Série sociedade, espaço e tempo).  
 \_\_\_\_\_. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza & DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUSTOSA**, Isabel. *Humor e Política Na Primeira Republica*. Revista USP, v. 3, 1989, p. 53-64.
- MARTINS**, A. L. *Revistas Ilustradas a Serviço da República: imagem, literatura e técnica*. In: Armando Malheiro da Silva; Maria Luiza Tucci Carneiro; Stefano Salmi. (Org.). *República, Republicanismo e Republicanos. Brasil, Portugal, Itália*. 1ºed. Coimbra - Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011
- MOREL**, M. *Os primeiros passos da palavra impressa*. In: Martins, Ana Luiza; Luca, Tania Regina de. (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. v. 1. São Paulo: Contexto, ed. 2, 2008.
- NEDER**, Gizlene. “Cidade, Identidade e Exclusão Social”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 1, n. 2, p. 104-136, 1997.  
 \_\_\_\_\_. *Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil: criminalidade justiça e constituição do mercado de trabalho (1890-1927)*. Niterói: Editora da UFF, 2 ed., 2012.
- PECHMAN**, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.
- SALIBA**, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na República. In: NOVAIS, Fernando (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.
- SILVA**, L. F. P. *O Povo no imaginário dos letrados: As representações dos setores populares nas páginas da revista O Malho (1904-1908)*. Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, Departamento de História, 2014.

**SILVA**, Marcos A. *Caricatura na República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero/CNPQ, 1990.

**SEVCENKO**, Nicolau. *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**SODRÉ**, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

**TEIXEIRA**, Luiz Guilherme Sodré. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

\_\_\_\_\_. *O traço como texto: História da Charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Papéis Avulsos, nº38. FCRB, 2001.

**TENÓRIO**, Guilherme Mendes. *Zé povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

**VELLOSO**, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e quixotes*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.